

1875

Catagallo - Esc. Albuquerque

JUZO MUNICIPAL



CATÁLOGO VIRTUAL DE

Processos da Nobreza



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário

CATÁLOGO VIRTUAL DE

Processos da Nobreza

Setembro 2022
TJERJ

R585 Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça.

Catálogo virtual de Processos da Nobreza / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, RJ : Tribunal de Justiça, 2022
124 p. : il. ; 30 cm.

Conteúdo: Processos da Família Imperial Brasileira e da Nobreza Titulada.

Disponível em <http://ccmj.tjrj.jus.br/acervo/publicacoes>

Bibliografia e Índice.

1. - Família imperial – Brasil – 2. Nobreza Titulada no Império – Processos. 3. Rio de Janeiro (Estado) – Tribunal de Justiça - História I. Figueira, Henrique Carlos de Andrade (Apres.). II. Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça. Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento. Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário III. Título.

CDU 342.56(815.3)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira
PRESIDENTE

Comissão de Preservação da Memória Judiciária

Des. Décio Xavier Gama
Des. Orlando de Almeida Secco
Des. Ronald dos Santos Valladares
Des. Marcus Antônio de Souza Faver
Dr. Joel Pereira dos Santos

Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

José Carlos Tedesco - DIRETOR-GERAL

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Marcus Vinicius Domingues Gomes - DIRETOR

Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário

Simone Araujo Fontarigo - DIRETORA

SERVIÇO DE ACERVO TEXTUAL AUDIOVISUAL E DE PESQUISAS HISTÓRICAS – SEATA

Gilmar de Almeida Sá - CHEFE de SERVIÇO

PESQUISA HISTÓRICA

EQUIPE

Alexandra Lucia Porto Daibert - Técnico em atividade judiciária e historiador
Ana Paula Silveira de Andrade – Pesquisador em história
Fábio dos Santos Teixeira - Analista Judiciário e historiador
Fernanda Coutinho Monteiro - Pesquisador em história
Priscila dos Santos Vieira - Pesquisador em história
Sérgio Ricardo von Sydow – Analista Judiciário

RESTAURO, DESCRIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

EQUIPE

Adriana da Costa Camelo - Arquivista
Ana Lucia da Silva Angelo – Auxiliar de documentação
Elizabeth de Freitas Neves - Arquivista
Valéria Pereira Chagas - Pesquisador em história

Revisão Ortográfica

Maria Regina Zany Cristóvão

SERVIÇO DE IDENTIDADE VISUAL - SEIVI

CAPA

Juliana Veiga – Designer

Sumário

Sumário.....	1
Apresentação.....	3
Introdução	5
As formas de morar da aristocracia cafeeira e os inventários	10
Família Imperial.....	18
Imperatriz Amélia de Beauharnais (1812– 1873).....	19
Imperador Dom Pedro II (1825-1891).....	21
Princesa Isabel (1846–1921).....	23
Príncipe Dom Pedro de Alcântara (1875 -1940).....	26
Príncipe Dom Luiz Gastão (1911-1931)	28
Nobreza Titulada	29
ABRANTES, Marquês de	30
AGAREZ, Conde de (Título Português)	32
ALJEZUR, Conde de (Título Português)	33
ALVES MACHADO, Conde de (Título Português)	36
AVELLAR, Conde de (Título Português)	38
BAEPENDY, Marquês de.....	41
BAEPENDY, Conde de (2º).....	44
CAMBOLAS, Conde de (Título Francês)	46
CAXIAS, Duque de	48
CEDOFEITA, Conde de (Título Português)	50
FEITOSA, Conde de (Título Português)	53
FRONTIN, Conde de (Título concedido pela Santa Sé)	54
ITAGUAÍ, Conde de.....	56
ITANHAÉM, Marquês de.....	58
MENDES DE ALMEIDA, Conde de (Título concedido pela Santa Sé).....	60
MODESTO LEAL, Conde de (Título concedido pela Santa Sé).....	62
MONTE ALEGRE, Marquês de	64
MOREIRA LIMA, Conde de	66
MOTTA MAIA, Conde de	67
NOVA FRIBURGO, Conde de	69
PALARIN, Marquês de (Título Francês).....	71
PARANAGUÁ, Marquês de (2º)	73

PARATY, Conde de (1º - Título Português)	75
PARATY, Conde de (2º - Título Português)	76
PENAMACOR, Conde de (3º - Título Português)	78
PEREIRA MARINHO, Conde de (Título Português)	80
POMBEIRO, Conde de (10º - Título Português).....	81
PORTO BRANDÃO, Conde de (Título Português)	82
RIO NOVO, Condessa do	83
SÃO CLEMENTE, Conde de	86
SÃO COSME DO VALLE, Conde de (Título Português)	88
SÃO JOÃO DA PALMA, Marquês de	90
SÃO JOÃO MARCOS, Marquês de	92
SÃO MAMEDE, Conde de (3º - Título Português)	94
SÃO SALVADOR DE MATOSINHOS, Conde de (1º - Título Português)	95
SÃO SALVADOR DE MATOSINHOS, Conde de (2º - Título Português)	97
SÃO SIMÃO, Conde de	99
SÃO VICENTE, Marquês de	101
SEBASTIÃO DE PINHO, Conde de (Título Português)	103
TOCANTINS, Conde de	104
Referências	106

Apresentação

No ano de 2022 comemora-se o bicentenário da Independência do Brasil. Em alusão à data cívica de grande importância para a nação brasileira, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reafirma o seu compromisso com a preservação e disseminação da memória institucional e da história social brasileira.

O Catálogo Virtual de Processos da Nobreza é fruto das atividades de identificação, classificação, conservação, restauro, digitalização e pesquisa acerca dos processos judiciais de reconhecido valor histórico que envolvem membros da família imperial e detentores de títulos nobiliárquicos (duque, marqueses, condes, viscondes e barões) e seus consortes durante o Período Imperial e início do Republicano.

Com a emancipação de 1822, o Brasil rompia definitivamente os laços de subordinação à Portugal e passava a gerir seus próprios destinos, para o que se constituiu, em torno da realeza e por dádivas do imperador, uma nobreza aos moldes dos reinos europeus. Tais personagens desempenharam papel relevante nos aspectos político e econômico do país e, conseqüentemente, na afirmação do Estado Imperial, tornando-se objeto de pesquisa para historiadores, genealogistas e estudiosos em geral, especialmente aqueles ligados às ciências humanas.

A cidade, enquanto corte imperial, e a então província do Rio de Janeiro tornaram-se residência e palco das atividades de grande parte dos membros desta nobreza e, conseqüentemente, foro de suas demandas, as quais estão sendo identificadas e tratadas para disponibilização. Além dos nobres titulados pelo Império brasileiro, há também ações envolvendo nobres de outras nacionalidades, especialmente portugueses, que aqui residiam ou mantinham negócios e, invariavelmente, recorriam à Justiça.

Esse novo instrumento de pesquisa tem por objetivo divulgar e tornar acessível às comunidades acadêmica, científica e à sociedade em geral parte do valioso patrimônio cultural do Poder Judiciário Fluminense, acumulado ao longo de sua existência.

O projeto, desenvolvido pelo Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário, está alinhado às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 324 de 2020 e do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário, que institui como dever dos órgãos da Justiça brasileira a promoção da cidadania por meio da preservação e do pleno acesso ao patrimônio histórico e cultural e ainda será objeto de futuras ampliações, conforme avançarem as pesquisas, o tratamento técnico de muitos outros bens já identificados, além da aquisição de novos recursos tecnológicos.

DESEMBARGADOR HENRIQUE CARLOS DE ANDRADE FIGUEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Ao longo de sua existência, o Império do Brasil teve na nobreza um elemento de grande importância em sua organização política e social. A nobreza de corte brasileira inspirou-se nos exemplos europeus, em especial na antiga metrópole portuguesa, reproduzindo em solos tropicais uma tradição das monarquias europeias da Era Moderna. Se, por um lado, a versão brasileira seguiu as cortes do velho continente, por outro, guardou peculiaridades que a tornaram um exemplo único no mundo.

Deslocada no tempo e no espaço, a nobiliarquia imperial brasileira crescia enquanto a instituição entrava em decadência na Europa, onde o modelo de sociedade estamental típico do antigo regime desmoronava-se a partir do advento das revoluções. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, a importância das cortes europeias cresceu a partir do Renascimento, tendo atingido seu auge nos séculos XVII e XVIII. Além disso, o processo de independência das Américas gerou sistemas republicanos de Norte a Sul do continente, o que torna o modelo local um elemento que expressa a peculiaridade do Império brasileiro neste lado do Atlântico.

De acordo com Vera Lucia Tostes, a concessão dos primeiros títulos em terras brasileiras se deu por ocasião da presença do príncipe regente D. João e da corte portuguesa, haja vista nunca terem sido concedidos durante o período colonial, quando a metrópole agraciava aqueles que se estabeleciam na colônia apenas com foros de fidalgos, uso de brasão de armas e graus de cavaleiros das ordens militares. Após a Independência, cabia ao Monarca, conforme previa a Constituição de 1824, a exclusividade na concessão dos títulos, bem como de outras mercês, prerrogativa da qual nossos soberanos muito se utilizaram.

Enquanto prerrogativa do Monarca, a concessão de títulos foi utilizada como um importante instrumento na busca por apoio político e arrecadação. Corrobora para essa conclusão, o aumento no número de concessões nos momentos de maior desgaste político. Lilia Schwarcz salienta que tanto no período de promulgação das leis abolicionistas, quanto nos últimos anos do Império, quando a imagem do Imperador se

desgastava frente às elites agrárias, o número de concessões aumentou de forma significativa como estratégia de compensação pelos prejuízos causados. Já no período Joanino, o Príncipe Regente teria realizado várias concessões em busca de fidelidade em um momento de extrema dificuldade na manutenção da Monarquia.

Os títulos nobiliárquicos apresentavam uma hierarquia na qual os Duques, Marquêses e Condes (em ordem decrescente de importância) possuíam, além do status de nobres, o de “grandes do Império”, privilégio que não acompanhava os títulos de Visconde e Barão, a exceção daqueles concedidos com status de “com grandeza”. Lilia Schwarcz explica que “Conselheiros de Estado, Fidalgos e Oficiais das Casas Real e Imperial formavam, junto com a Nobreza titulada, o grupo especial, que durante o segundo reinado viveu, na América, uma nova versão da Corte, só incomodada pelo sol de quarenta graus, mais próprio ao clima dos trópicos”.

Ainda não há um consenso entre os pesquisadores quanto ao número exato de títulos concedidos no Brasil. A autora citada acima contabilizou 1439 concessões em suas pesquisas, observando que uma pessoa, muitas vezes, recebia mais de um título.

O processo de titulação dependia de dois elementos em especial: o desejo do Imperador e o pagamento das custas, que ficavam totalmente a cargo do agraciado. Eram comuns cartas de indicação, nas quais se procurava demonstrar, com auxílio de documentos autênticos, o mérito do indicado. Por decreto, o Imperador concedia o título, no qual o agraciado só seria investido após a emissão da Carta Imperial, o que também dependia do pagamento de taxas, como explica Vera Lucia Tostes. Estando dispensados destas apenas os militares, conforme Lei a 719 de 28 de setembro de 1853.

A aquisição de um título de nobreza permitia ao agraciado a utilização de um símbolo que o representava, evidenciando suas características e qualidades, os brasões de armas. Os símbolos brasonados surgiram, de acordo com a autora, para identificação dos cavaleiros, que utilizavam armaduras nos jogos e combates típicos da época medieval, sendo pintados sobre os seus escudos, e tornando-se, posteriormente, símbolos de família. As representações, aos poucos, ganham regras e significados guardados pela heráldica.

No Brasil, o uso destas representações simbólicas recebeu uma nova roupagem, de leitura menos simbólica e mais pragmática, suavizando a rigidez das normas heráldicas, especialmente quanto ao uso das cores e figuras. Apesar da utilização de muitos símbolos já em uso de longa data em solo europeu, como a cruz e outros motivos religiosos, ou o leão, muito utilizado tanto na Europa quanto no Brasil, outros elementos representativos da fauna e flora local demonstram a força do aspecto agrário do Império. Figuras indígenas foram utilizadas na esteira do Romantismo de cunho indianista que vigorou no século XIX e também se manifestou em vários nomes adotados por alguns titulares.

O uso do brasão não era obrigação e sim uma faculdade do agraciado. Lilia Schwarcz enumera 166 cartas de brasão para 1400 titulados em todo o Brasil, o que demonstra que o número dos que se dispuseram a pagar pela ostentação de um brasão de armas, além da titularidade em si, foi proporcionalmente pequena.

Muitos escudos ostentados no Brasil eram, na realidade, referentes a títulos concedidos em outros países, pois a legislação imperial previa um procedimento judicial para confirmação de títulos e armas a que nobres de outras nacionalidades podiam recorrer para obterem autorização para uso local. Vários desses nobres estrangeiros que por aqui passaram ou viveram deixaram registros importantes em processos judiciais, como os que o leitor irá se deparar neste instrumento de pesquisa.

Quanto às mulheres, essas utilizavam os títulos concedidos aos maridos, cabeça do casal, sendo reconhecidas como nobres pelo matrimônio. Ocorria também a elevação do título adquirido pela via do casamento após a viuvez, como foi o caso de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Baronesa e Viscondessa por casamento e elevada à Condessa do Rio Novo após o falecimento de seu consorte, e de quem há processos relacionados neste catálogo.

Os títulos concedidos em solos brasileiros eram apenas honoríficos e não guardavam qualquer referência aos seus significados originais. Na alta Idade Média, época em que predominavam as constantes lutas por terras, os nobres eram guerreiros e, ao mesmo tempo, representantes da autoridade central, imbuídos de poderes policiais e judiciários nos mais longínquos pontos do Reino, única forma viável para manutenção

da unidade territorial. Com o passar do tempo e na ausência de conflitos em que a liderança Real precisasse fazer-se presente para unir os súditos contra a ameaça externa, os antigos emissários do rei (Condes, Marqueses etc.) passam a desfrutar de uma grande autonomia no território que passam a administrar como seus.

A História da Era Moderna foi também a da recuperação da autoridade real frente à nobreza de sangue e hereditária, descendentes dos antigos emissários do rei. Norbert Elias em “O Processo Civilizador” demonstra como a partir do final da Idade Média, juntamente com a crescente centralização monárquica, ocorre um processo de cooptação das nobrezas tituladas, que passam a gravitar em torno da autoridade central, que se fortalecia. Enquanto no medievo o Rei era, de fato, o principal entre os nobres, mas sem maior ingerência nos territórios controlados pelos outros nobres, com o crescimento da autoridade central este cenário muda definitivamente.

Portugal é um exemplo desse processo de “domesticação da nobreza”. Segundo Vera Lúcia Tostes, já no fim do século XV, a autoridade Real procurou impor-se de forma a evitar as constantes usurpações de terras da Coroa, instituindo um procedimento de confirmação das concessões de terras aos vassallos a cada novo reinado, momento em que se verificava a existência de usurpações. Outra medida foi a definição dos direitos da nobreza, bem como a necessidade de comprovação de serviços prestados ao Rei para o gozo dos direitos e privilégios inerentes a fidalguia, limitado a três gerações.

Quanto ao Brasil, a peculiaridade mais importante da nobreza, talvez tenha sido a não hereditariedade de seus títulos. Diferentemente da tradição europeia, em que os títulos de nobreza eram transmitidos pelo sangue, a Carta Magna de nossa jovem nação instituiu no país uma nobreza pessoal e vitalícia, de modo que, após a morte do titular, o título voltava ao patrimônio heráldico do Império até que o soberano o concedesse, livremente, a outro indivíduo que julgasse merecedor e não necessariamente um descendente do antigo titular.

Outra importante característica era a total discricionariedade do Imperador na concessão de títulos e honrarias aos futuros membros da Nobreza. Característica esta que, aliada à primeira, garante ao Estado Imperial Brasileiro um valioso instrumento na manutenção da Ordem e da governabilidade, o que os Estados absolutos europeus só

conquistaram após séculos de tensão e disputas entre Coroa e Nobreza, como foi sucintamente abordado.

Analisando os aspectos apresentados, pode-se concluir que a nobreza brasileira já nasceu sob a influência do Soberano, com prerrogativas constitucionais que fortaleciam um caráter centralizado e político atribuído a esta instituição.

Apesar do desdenho de vários críticos, em especial de republicanos, a nobreza brasileira teve suma importância em um período especial da história do país, tendo desempenhado um papel relevante na condução da vida política e econômica do Império. As adaptações e improvisos que aqui se fizeram, bem como a frouxidão na observação das regras da heráldica não invalidaram o imaginário da população, que via na instituição o caminho aberto para a ascensão e distinção social daqueles que conseguissem alcançar o favor do Soberano.

Os títulos foram oficialmente abolidos pelo sistema republicano, mas esta medida não foi de todo exitosa, tendo em vista que muitos continuaram a utilizar seus títulos ao invés dos nomes de batismo, inclusive nos processos judiciais, como o leitor poderá perceber adiante.

GILMAR DE ALMEIDA SÁ
Chefe do Serviço de Gestão de Acervo Textual Audiovisual e de Pesquisa Históricas

As formas de morar da aristocracia cafeeira e os inventários

Esse breve artigo apresenta informações sobre projeto de pesquisa em andamento sobre casas dos “Barões do Café”, do Vale do Paraíba, comenta a importância dos inventários como fonte de informação sobre a ocupação dessas casas, seus usos e objetos e destaca estudo sobre a Fazenda Santa Mônica e o inventário de seu proprietário, o Marquês de Baependi.

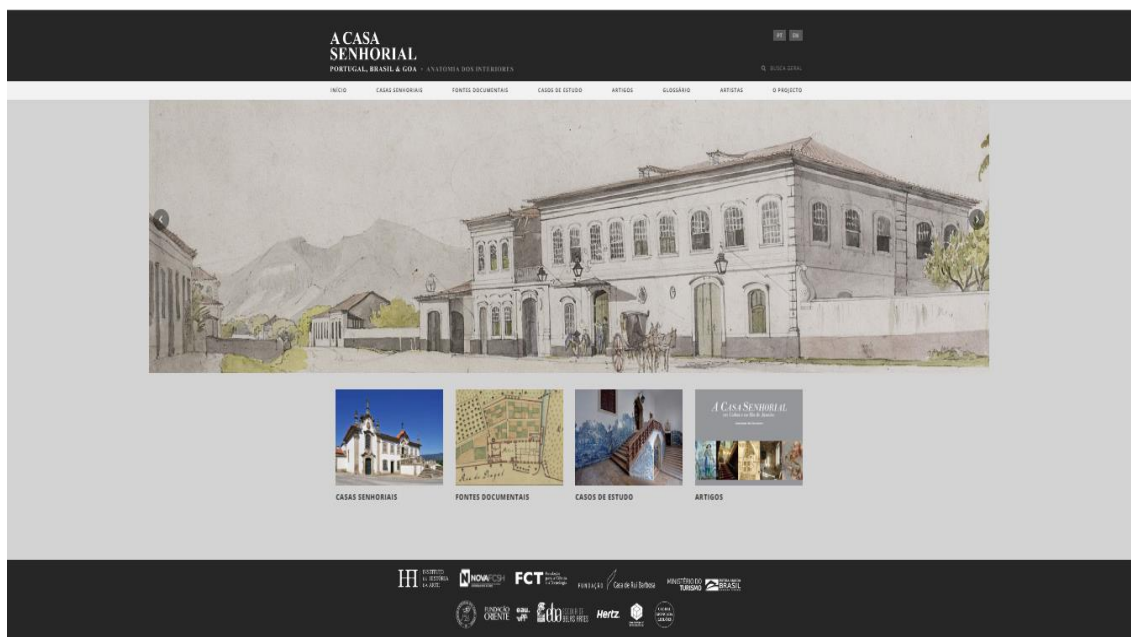
O projeto **A casa senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café** é dedicado ao estudo das formas de morar de um grupo das elites oitocentistas no Estado do Rio de Janeiro, os "Barões do Café", a partir da análise de suas residências rurais e urbanas no Vale do Paraíba Fluminense, bem como de sua atuação na região e suas redes de sociabilidade.

Para análise, estão sendo privilegiados conjuntos residenciais entre aqueles inventariados pelo Inepac, com ênfase em três importantes centros produtores e políticos do período, Piraí, Valença e Vassouras, e seus arredores. Até o momento, já foram analisadas 14 propriedades¹ em pormenores, realizados estudos de aspectos relevantes de outras 13 propriedades², além de transcritos 39 inventários e outros documentos relacionados.

Iniciado em novembro de 2019, o projeto é um desdobramento de parceria estabelecida, em 2011, pela Fundação Casa de Rui Barbosa com a Universidade Nova de Lisboa, em torno do projeto **A casa senhorial em Portugal, Brasil e Goa: anatomia de interiores**, coordenado pelo Prof. Helder Carita.

¹ Casa Barão do Itambé; Casa Lea Pentagna; Fazenda Aliança; Fazenda das Palmas; Fazenda do Secretário; Fazenda Flores do Paraíso; Fazenda Guaritá; Fazenda Monte Alegre; Fazenda Pau Grande; Fazenda Santa Justa; Fazenda Santo Antônio do Paiol; Fazenda Três Saltos; Fazenda Ubá e Fazenda Vista Alegre.

² Casa das 14 Janelas; Casa de Francisco Jose Teixeira e Souza; Casa do Barão de Vassouras; Fazenda Bela Aliança; Fazenda Campos Eliseos; Fazenda Chacrinha; Fazenda da Piedade; Fazenda do Pinheiro; Fazenda Santa Mônica; Palacete Barão do Amparo Vassouras; Palacete Barão do Amparo, Rio de Janeiro; Palacete Barão do Rio Negro, Rio de Janeiro e Palacete João Evangelista Teixeira Leite Jr.

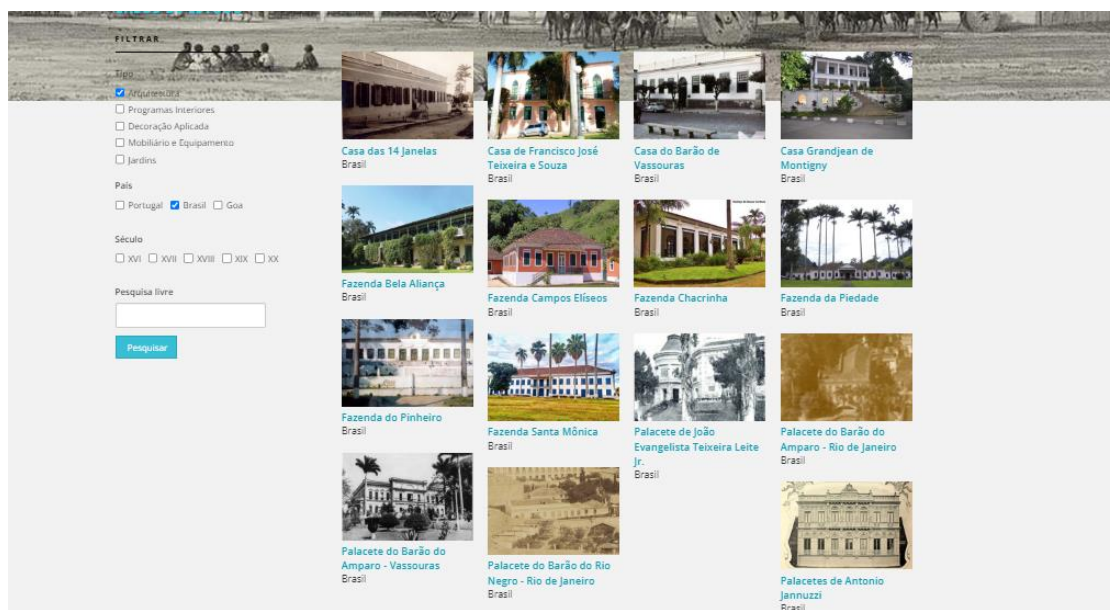


SITE A CASA SENHORIA EM PORTUGAL, BRASIL E GOA: ANATOMIA DOS INTERIORES

Nesse estudo, a Casa Senhorial é tomada como expressão da cultura política, econômica e social, como espaço de materialização das redes de sociabilidade e de alcance do status social e interesses financeiros particulares. Ela é resultado das diversas estratégias utilizadas pelas elites para ampliação de sua rede social e, portanto, fonte de cultura material e imaterial e testemunha das relações estabelecidas, dos valores e das relações construídas pela família senhorial do século XIX.

O projeto **A casa senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café** se destaca, portanto, por aprofundar o estudo do patrimônio cultural material e do imaterial no Brasil, como também de sua preservação. É, outrossim, uma iniciativa inovadora, tendo em vista a multidisciplinaridade dos componentes do projeto e do diálogo entre a arquitetura, história e patrimônio. Ressalta-se que, no período analisado, as famílias formavam uma instituição fundamental para a construção do emergente Estado Imperial, que possibilitou a estruturação da classe senhorial, tanto no seu sentido simbólico como material.

Desse modo, observar as dinâmicas familiares e as fazendas na região cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense possibilita o melhor entendimento e compreensão do conceito de Casa e de Patrimônio em seus aspectos materiais e simbólicos.



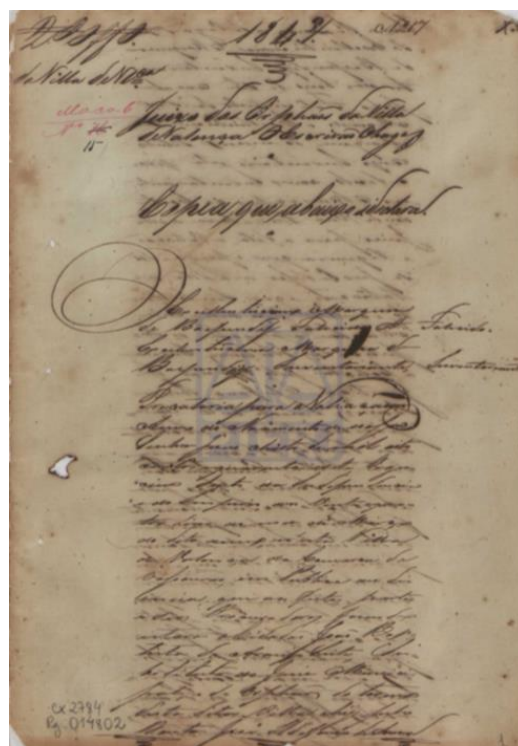
As atividades de pesquisa envolveram a leitura de bibliografia especializada bem de documentos arquivísticos disponíveis nos acervos *online* do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e a transcrição dos inventários localizados no Iphan de Vassouras e no Museu da Justiça, cujo atendimento prestimoso foi de grande importância para a pesquisa. Dos inventários, foram transcritas as avaliações de bens, o que inclui uma lista de móveis e objetos no interior das casas, bem como a quantidade da produção de café e número de escravos no patrimônio. Ainda é possível identificar a maneira pela qual esse patrimônio familiar é acumulado e herdado, bem como as redes de sociabilidade através de apadrinhamento, matrimônio e uma grande rede de dívidas e empréstimos.

Os resultados desse estudo estão sendo publicados no sítio eletrônico do projeto “A Casa Senhorial – Anatomia de Interiores” (<http://acasasenhorial.org/>) que traz informações completas sobre o interior das casas e fazendas, além de plantas, fotografias, biografia dos familiares, documentação e inventários.

O estudo da nobreza fluminense conta com a documentação recolhida, tratada e divulgada pelo Serviço de Acervo Textual e Audiovisual e de Pesquisas Históricas – SEATA, do Museu da Justiça que, além de manter consulta *online* de sua base de dados, produziu o Catálogo Descritivo e Seletivo dos Processos da Nobreza Brasileira, 2014. Nesse sentido, a transcrição paleográfica dos inventários é uma das maiores contribuições que o projeto oferece para diversas outras áreas e projetos de pesquisa.

Essa documentação editada sobre as fazendas do Vale do Paraíba Fluminense permite conhecer seu espaço e ligações; a cultura material constituída por meio do seu mobiliário, decoração e arquitetura; assim como também entender as relações familiares existentes na região, fundamental para a compreensão da História do Brasil, das elites e suas dinâmicas econômicas, políticas e sociais oitocentistas.

Nesse sentido, a pesquisa não contribui apenas para se conhecer melhor o universo do Vale do Paraíba. Ela também colabora para o estudo da história da arquitetura e das artes e suas dimensões socioculturais no Brasil Império. Espera-se que os documentos já coletados e divulgados suscitem futuros estudos e pesquisas, sobre o Vale do Paraíba Fluminense, o Brasil Imperial e as elites cafeeiras.



INVENTÁRIO DO MARQUÊS DE BAEPENDI, 1847.
MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CASO DE ESTUDO: O MARQUÊS DE BAEPENDI E A FAZENDA SANTA MÔNICA



FAZENDA SANTA MONICA, SEC. XXI.

Partindo do estudo da Fazenda Santa Mônica, propriedade da família Nogueira da Gama localizada em vasta sesmária concedida nas proximidades de Valença, na região do Vale do Paraíba Fluminense, buscou-se observar a “estrutura simbólica de representação do poder de uma família e da sua hierarquia no contexto da sociedade em que se enquadra” (CARITA, p, 15).

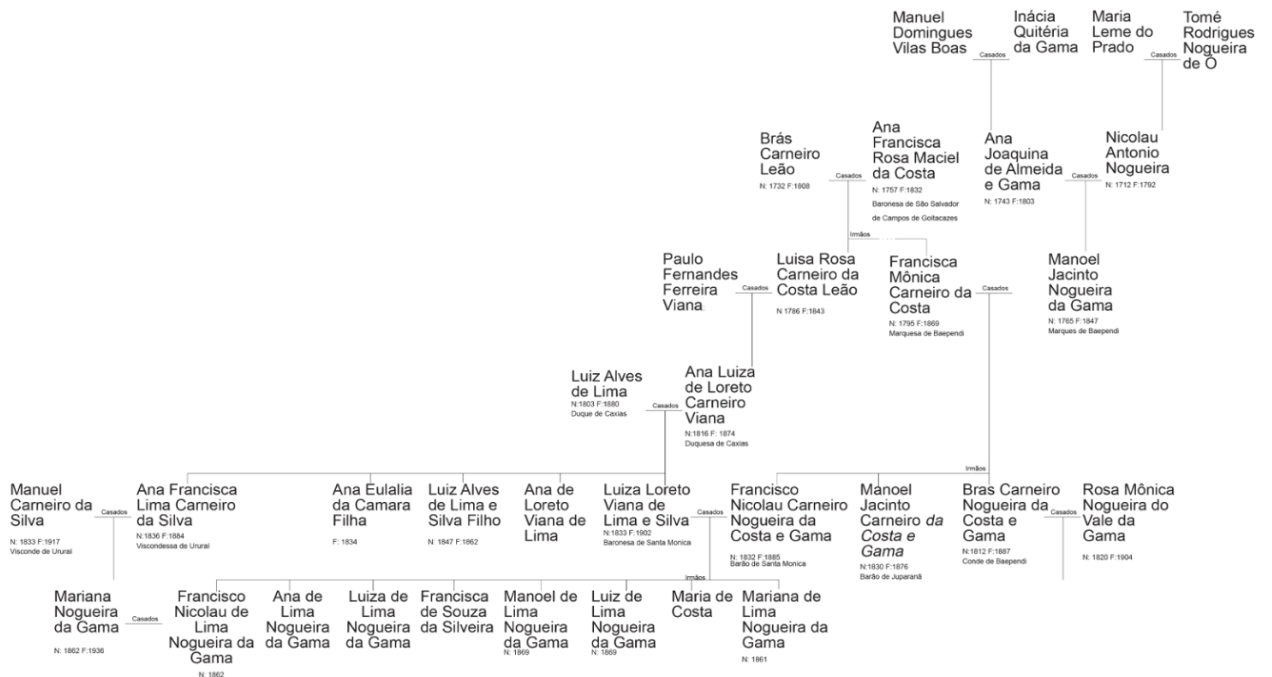
Manoel Jacinto Nogueira da Gama nasceu em 8 de setembro de 1765, em São João del Rey, teve bem-sucedida carreira política e econômica e se tornou Visconde (1825) e Marquês de Baependi (1826). Doutorou-se em matemática e filosofia em Coimbra e ocupou as maiores posições como político, Conselheiro de Estado e Senador por Minas Gerais, e, na Fazenda, como Ministro e Presidente do Tesouro Público. Ele já vinha de uma família nobre ou, como Walsh aborda “outro daqueles nobres, que, segundo sou informado, tirara seus títulos principalmente de suas benfeitorias, como proprietário de terras e agricultor”. (WALSH, p. 46)

O Marquês de Baependi foi um dos maiores proprietários de terras na região do Vale do Paraíba Fluminense, resultado de sesmarias concedidas por D. João VI em 1814. Essas concessões são, por um lado, resultado de uma estratégia da Coroa de garantir não somente o povoamento da região, como também da aliança com a família Nogueira Gama, com grande poder político e econômico nas regiões de Minas Gerais, como do poder econômico que adquire ao se associar, ao se casar com a filha do maior comerciante de grosso trato no Rio de Janeiro, os Carneiro Leão.

Sua principal propriedade foi a fazenda Santa Mônica, localizada na antiga freguesia de Nossa Senhora da Glória, município de Valença, no Rio de Janeiro, que continha cerca de 580 alqueires de terras e fazia fronteira com as fazendas Paraíso, Sant'Anna e da Concórdia, todas pertencentes ao Marquês



OS MARQUESSES DE BAEPENDI, MANOEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA E FRANCISCA MÔNICA CARNEIRO DA COSTA. PINTURA DE CLAUDE JOSEPH BARANDIER, 1826. MUSEU DO FORTE DE COPACABANA.



ARVORE GENEALÓGICA FAMÍLIAS CARNEIRO LEÃO E NOGUEIRA DA GAMA

CATÁLOGO VIRTUAL DE PROCESSOS DA NOBREZA
As formas de morar da aristocracia cafeeira e os inventários

A casa-grande da Fazenda Santa Mônica é um dos maiores casarões encontrados na região de expressão do café, apresentando 3.048m², 65 compartimentos, 97 janelas, 62 portas e seis escadas. A análise do inventário do Marquês de Baependi, sob a guarda do Museu da Justiça, permite observar-se o universo material que compunha a moradia – a prataria, louças, ferramentas, utensílios de cozinha, móveis, como cadeiras, mesas de jacarandá, bancos, marquesas, piano, relógio, louças de vidro (algumas importadas da Índia e Inglaterra), toalhas e lençóis (alguns da Grã-Bretanha).

Huma ambola de Prata com o pezo de sento e quarenta e dous oitavas que foi visto e avaliado a duzentos e quarenta reis cada oitava importa na quantia de trinta e quatro mil e oitenta reis | 34\$080

Huma duzia de colheres de soupa de prata com o pezo de sento e oitenta oitavas que forão vistas e avaliadas a duzentos e quarenta reis cada oitava importa na quantia de quarenta e tres mil duzentos reis | 43\$200

[Doze] colheres e huma [caixa] de prata com o pezo de quarenta e oito oitavas, que forão vistas e avaliadas a duzentas e quarenta reis cada oitava importa na quantia de onze mil quinhentos e vinte reis | 11\$520

Huma colher de tirar arroz e outra de soupa com o pezo de noventa e oito oitavas que forão vistas e avaliadas a duzentos e quarenta reis cada oitava que importão na quantia de vinte e tres mil quinhentos e vinte reis | 23\$520

Hũa balança pequena de cobre com pesos di tres Libras que forão vistas e avaliadas pela quantia de tres mil e duzentos reis | 3\$200

[...]

Duas Marquesas de Palhinha, que forão vistas e avaliadas a seis mil reis cada huma, que importão na quantia de dose mil reis | 12\$000

Cinco guarda dacto que forão vistas e avaliadas a quarenta mil reis cada huma que importa na quantia de duzentos mil reis | 200\$000

Huma Meza grande de jantar que foi vista e avaliada pela quantia de secenta mil reis | 60\$000

Quatro Bancos que forão vistos e avaliadas a quatro mil reis cada hum que importa na quantia de [?] mil reis | 100\$000

Huma dita de chá que foi vista e avaliada na quantia de deseceis mil reis | 16\$000

Duas Mesas para jogo, que forão vistas e avaliadas a quatro mil reis cada huma, que importa na quantia de oito mil reis | 8\$000

Camas, e Mesas, e Bancos que [f?] a os Empregados, que foi visto e avaliado pela quantia de trinta mil reis | 30\$000

Hum Piano usado que foi visto e avaliado pela quantia de oitenta mil reis | 80\$000

Duas duzias de cadeiras de jacarandá na Palhinha que forão vistas e avaliadas a quatro mil reis cada cadeira, que importa na quantia de noventa e seis mil reis | 96\$000

Hum Relogio de Parede] ordinarios digo, dous relógio de Parede [ordinarios] que forão vistos e avaliados a dezezeis mil reis cada hum importa na quantia de trinta e dous mil reis | 32\$000

Huma Louça de Vidro que foi visto e avaliado pela quantia de cinquenta mil reis | 50\$00

Hum [serviço de Mesa de Louça da [India] incompleto, que foi visto e avaliado pela quantia de cinquenta mil reis | 50\$000

O documento descreve, também, os cerca de 700 escravos que possuía. Esse plantel que o Marquês detinha, por ocasião de sua morte, é muito distinto daquele que estava a serviço da fazenda no fim do século, quando então propriedade de seu filho Francisco Nicolau Nogueira da Gama, hipotecada para o Visconde de Ururay com 167 escravos.

Manoel Jacinto Nogueira da Gama faleceu aos 81 anos em 15 de fevereiro de 1847, seu corpo foi sepultado no jazigo da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. No entanto, o poder de sua família se manteve no governo de D. Pedro II. O imperador foi hóspede frequente da Fazenda Santa Mônica, que visitou um ano após a morte do Marquês, retornando também nos anos de 1865, 1876 e 1881. Em 1869, faleceu a Marquesa de Baependi e a Fazenda Santa Mônica ficou como herança para o filho do casal, Manoel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, o Barão de Juparanã. Após o falecimento deste, a fazenda se tornou propriedade de seu irmão, Francisco Nicolau, futuro Barão de Santa Mônica, casado com a prima, Dona Luíza Loreto Vianna de Lima e Silva, filha do Duque de Caxias que, em seus últimos anos de vida, passou a morar lá, até falecer em 7 de maio de 1880.

Os resultados alcançados se referem às estruturas simbólicas, manifestadas na arquitetura da fazenda, expressando os valores sociais estabelecidos no seu tempo e as relações de um poder local e suas estratégias de permanência, a partir de um poder central emergente.

ANA PESSOA
Fundação Casa de Rui Barbosa/Intituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LOUHANA OLIVEIRA
Fundação Casa de Rui Barbosa

Familia Imperial



BRASÃO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL³

Imperatriz Amélia de Beauharnais (1812– 1873)

DADOS PESSOAIS

Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais nasceu no dia 31 de julho de 1812. Filha do Príncipe Eugênio de Beauharnais (Duque de Leuchtenberg e Príncipe de Eichstatt) e da Princesa Dona Augusta Amélia. Foi a segunda esposa de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, tendo se casado, por procuração em 2 de agosto de 1829.

Ostentou os títulos de Imperatriz do Brasil e Duquesa de Bragança. No Brasil, ainda recebeu a Grã-Cruz das ordens de Pedro I, do Cruzeiro e da Rosa.

Faleceu no dia 26 de janeiro de 1873, em Lisboa, Portugal.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.064

DATAS-LIMITE: 1873-1933

PRODUTOR: Juízo da Provedoria do Rio de Janeiro

INVENTARIADO: Amélia de Bragança

INVENTARIANTE: Agostinho Marquês Perdigão Malheiros

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal (inventário) com 245 folhas; dois apensos: Extinção de Cláusula (1933), com 15 folhas e Requerimento (1930) com 12 folhas

NOTAS: Inclui testamento traduzido do idioma francês, onde constam como testamenteiros, o Visconde de Almeida e o Visconde de Aljezur.

³ VASCONCELLOS, Barão de; e VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne, Suíça: Imprimerie de la Concorde, 1918, p. 11.

A imperatriz nomeia como única e universal herdeira, sua irmã Josephina, Rainha da Suécia e Noruega, legando-a à Fundação do Hospital para doentes do peito - Hospício da Princesa Dona Maria Amélia, que leva o nome de sua falecida filha, na Ilha da Madeira em Portugal.

A Imperatriz viúva pede ao Rei de Portugal, a quem considera como neto, que seu enterro seja o mais simples possível e que ela seja enterrada na Igreja de São Vicente junto de seu marido e de sua filha, entre outras instruções.

A Imperatriz viúva deixa a Fazenda do Macaco, localizada aos arredores do Rio de Janeiro e 134 apólices da dívida pública do Império do Brasil, condicionadas ao pagamento de pensões vitalícias deixadas.

Os apensos de extinção de cláusula (1933) e requerimento (1930) foram impetrados pelo inventariante do espólio do finado Imperador, o Senhor D. Pedro II.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online. - [Inventário \(1873\)](#)

Apensos: [Extinção de Cláusula \(1935\)](#) e [Requerimento \(1930\)](#) 



BRASÃO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL⁴

Imperador Dom Pedro II (1825-1891)

DADOS PESSOAIS

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga nasceu no dia 02 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro. Filho do Imperador Pedro I e da Imperatriz Maria Leopoldina Josefa Carolina, casou-se, por procuração, em 30 de maio de 1843, com Thereza Christina Maria de Bourbon, que só desembarcaria no Brasil em setembro do mesmo ano, quando foram recebidas as bênçãos nupciais.

Sucedeu a seu pai, D. Pedro I, após abdicação deste ao trono do Império do Brasil, em 1831, aos cinco anos de idade. Declarado maior em 1840, ocupou o cargo de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil até o dia 15 de novembro de 1889.

No Brasil, foi Grão-mestre das ordens do Cruzeiro, de Pedro Primeiro, da Rosa, de Nosso Senhor Jesus Cristo, S. Bento de Aviz e S. Thiago da Espada.

Faleceu na cidade de Paris, em 05 de dezembro de 1891.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.249

DATAS-LIMITE: 1901 - 1934

PRODUTOR: Juízo de Direito da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes do Distrito Federal

INVENTARIADO: Sr. D. Pedro II

INVENTARIANTE: Conselheiro Dr. Silva Costa

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com dois volumes e 855 folhas

NOTAS: O Imperador registrou o desejo de que caberia ao inventariante, o Sr. Sabino Baptista Lopes, a função de administrar como superintendente a Imperial Fazenda de Petrópolis. Assim

⁴ Idem.

como, delegou ao mesmo a função de procurador de seus herdeiros. Após a morte do primeiro inventariante, passa o Senhor Conselheiro, Dr. José da Silva Costa, a ocupar a função. Todavia, com a morte do segundo inventariante, coube então ao senhor Américo Mendes de Oliveira Castro desempenhar tal ofício (nomeado em 19 de setembro de 1930).

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1901\) – Volume 1](#) e [Inventário \(1901\) – Volume 2](#)





BRASÃO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL⁵

Princesa Isabel (1846–1921)

DADOS PESSOAIS

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga nasceu em 29 de julho de 1846, no Rio de Janeiro. Filha do Imperador Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina de Bourbon, das Duas Sicílias, casou-se com Luiz Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde d'Eu, neto do rei Luiz Felipe I, da França, e primogênito de Luiz Carlos Felipe Raphael d'Orleans, Duque de Nemours.

Em 29 de julho de 1860, prestou solene juramento constitucional como herdeira do Trono do Brasil. Primeira senadora do Brasil, cargo a que tinha direito como princesa da Casa Imperial, a partir dos 25 anos de idade, segundo a Constituição brasileira de 1824.

Esteve à frente da monarquia, como regente, em três períodos, por ocasião das viagens do imperador D. Pedro II ao exterior. Ostentava as seguintes honrarias: Ordem Espanhola das Damas Nobres de Maria Luisa; Ordem de Santa Isabel, de Portugal; Ordem da Cruz Estrelada, d'Áustria; e Rosa de Ouro, conferida pelo papa Leão XIII.

Como Princesa Imperial Regente, assinou a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil.

Faleceu no dia 14 de novembro de 1921, no Castelo d'Eu, França.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.295

DATAS-LIMITE: 1921 - 1954

PRODUTOR: Juízo de Direito da 1ª Vara de Orfãos e Ausentes do Rio de Janeiro

INVENTARIADO: Isabel Condessa D'eu

⁵ Idem.

INVENTARIANTE: José da Silva Costa

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com dois volumes e 622 folhas e seis apensos: requerimento (1922) com 8 folhas; agravo de petição (1911) com 156 folhas, testamento do Conde D'Eu (1922) com 24 folhas, requerimento (1922) com 5 folhas, requerimento (1923) com 4 folhas e requerimento (1923) com 4 folhas

NOTAS: O conselheiro Dr. José da Silva Costa, tendo sido nomeado 1º testamenteiro por sua alteza imperial, Dona Isabel, Condessa D'Eu, em seu solene testamento, aberto no juízo da provedoria desta capital, vem requerer a V. Exa. se sirva admiti-lo a assegurar termo de inventariante dos bens do espólio da referida princesa, visto o cônjuge e herdeiros necessários acharam-se fora do país.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1921\) - 1º Volume](#), [Inventário \(1921\) - 2º Volume](#)

Apensos: [Agravo de Petição \(1911\)](#), [Testamento do Sr. Conde D'Eu \(1922\)](#), [Requerimento \(1922\)](#), [Requerimento \(1922\)](#), [Requerimento \(1923\)](#) e [Requerimento \(1923\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Comisso

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.304

DATAS-LIMITE: 1924 - 1925

PRODUTOR: Juízo de Direito da Comarca de Petrópolis

AUTORES: Os herdeiros dos Condes D'Eu

RÉU: Domingos Pereira Nunes e sua mulher

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 114 folhas

NOTAS: Ação de Comisso, pela falta de pagamento do foro anual, para ser declarada extinta o direito real de enfiteuse da denominada "Imperial Fazenda de Petrópolis" exercido pelo suplicado sobre o prazo de terras de 3ª classe de nº 2452 do quarteirão denominado "Villa Thereza", cujo domínio pertence, por direito sucessório, aos suplicantes.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Comisso \(1924\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Comisso

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.309

DATAS-LIMITE: 1927


PRODUTOR: Juízo de Direito da Comarca de Petrópolis

AUTORES: Os herdeiros dos Condes D'Eu

RÉU: José Carlos Guimarães

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 110 folhas

NOTAS: Ação de Comisso, pela falta de pagamento do foro anual, para ser declarada extinta o direito real de enfiteuse da denominada "Imperial Fazenda de Petrópolis" exercido pelo suplicado sobre o prazo de terras de 4ª classe de nº 4525 do quarteirão denominado "Worms", cujo domínio pertence, por direito sucessório, aos suplicantes.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Comisso \(1927\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Comisso

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.310

DATAS-LIMITE: 1928 - 1929


PRODUTOR: Juízo de Direito da Comarca de Petrópolis

AUTORES: Os herdeiros dos Condes D'Eu

RÉU: João de Deus Campos

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 11 folhas

NOTAS: Ação de comisso, pela falta de pagamento do foro anual, para ser declarada extinta o direito real de enfiteuse da denominada "Imperial Fazenda de Petrópolis" exercido pelo suplicado sobre o prazo de terras de 4ª classe de nº 1802 do quarteirão denominado "Rhenania Central", cujo domínio pertence, por direito sucessório, aos suplicantes.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Comisso \(1928\)](#) 



BRASÃO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL⁶

Príncipe Dom Pedro de Alcântara (1875 -1940)

DADOS PESSOAIS

Pedro de Alcântara Luiz Felipe Maria Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga nasceu no dia 15 de outubro de de 1875, em Petrópolis. Filho do Príncipe Gastão de Orleans (Conde D'eu) e Princesa Isabel de Orleans e Bragança (Condessa D'eu). Casou-se com a Condessa de Dobrzenicz em novembro de 1908, com quem teve 3 filhos.

Ostentou os títulos de Príncipe do Grão-Pará (1875-1891), Príncipe Imperial do Brasil. Também foi condecorado com Grã-Cruz das Ordens do Cruzeiro, de D. Pedro I, da Rosa, e a do Sol Nascente, do Japão.

Faleceu em 29 de janeiro de 1940, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Comisso

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.361

DATAS-LIMITE: 1926

PRODUTOR: Juízo de Direito de Petrópolis

AUTORES: Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança e Pia de Orleans e Bragança

RÉU: Lourenço Bonijolo

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 45 folhas

NOTAS: Ação de comisso, pela falta de pagamento do foro anual, para ser declarada extinta o direito real de enfiteuse da denominada "Imperial Fazenda de Petrópolis" exercido pelo suplicado sobre o prazo de terras de 4ª classe de nº 4654 e 4655 do quarteirão denominado "Itamaraty", cujo domínio pertence, por direito sucessório, aos suplicantes.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Comisso \(1926\)](#) 

⁶ Idem

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.324

DATAS-LIMITE: 1940 - 1945

PRODUTOR: Juízo de Direito da Comarca de Petrópolis

INVENTARIADO: Dom Pedro de Orleans e Bragança

INVENTARIANTE: Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 199 folhas

NOTAS: Inventário: Sua Alteza Imperial, o Príncipe Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, o mais velho dos filhos varões de Sua Alteza Imperial, o Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, falecido nesta cidade no dia 29 de janeiro, vem requerer a V. Exa. se digne a autorizá-lo a assinar o termo de inventariante dos bens do seu falecido pai.

Do inventário consta certidão de óbito; procuração; tradução do contrato de casamento; escritura de emancipação; ofício do Banco de Londres; precatória; mandado de avaliação; recibo de avaliador; cálculo de imposto; recolhimento de imposto; apuração de monte-môr; recibo de corretagem; esboço de partilha; alvará de transferência de ações.

Relaciona os seguinte herdeiros: Princesa Isabelle de Bragança Orleans, Condessa de Paris, casada Sua Alteza Real o Príncipe Henri D' Orleans, Conde de Paris; o próprio inventariante; Princesa Maria Francisca de Orleans Bragança; Príncipe Dom João de Orleans Bragança e Princesa Theresa Maria de Orleans Bragança.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1940\)](#)





BRASÃO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL⁷

Príncipe Dom Luiz Gastão (1911-1931)

DADOS PESSOAIS

Luiz Gastão Antônio Maria Filipe nasceu no dia 19 de fevereiro de 1911, em Cannes. Filho de Dom Luiz Maria Felipe Pedro de Alcântara Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga, Príncipe Imperial do Brasil, e de Dona Maria Pia Clara Anna de Bourbon, Princesa das Duas Sicílias.

Faleceu, solteiro, no dia 8 de setembro de 1931, em Paris.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.316

DATAS-LIMITE: 1931

PRODUTOR: Juízo de Direito da 4ª Vara Cível do Distrito Federal

INVENTARIADO: Príncipe Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança

INVENTARIANTE: S. A. I a Princesa Dona Pia de Orleans Bragança

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 188 folhas

NOTAS: S. A. I. a Princesa Dona Pia de Orleans Bragança, viúva vem requerer a V Exa. se digne admiti-la a assinar termo de inventariante dos bens deixados por seu filho, o Príncipe Dom Luiz Gastão de Orleans Bragança, falecido no estado de solteiro, sem testamento, no dia 8 de setembro de 1931, na cidade de Paris. A requerente é, pois a, a única herdeira do finado, e protestando juntar oportunamente a certidão de óbito e fazer a declaração de bens, existentes nesta capital e em Petrópolis.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1931\)](#)



⁷ Idem.

Nobreza Titulada



COROA DO MARQUÊS DE ABRANTES⁸

Marquês de Abrantes (1796-1865)

DADOS PESSOAIS

Miguel Calmon du Pin e Almeida nasceu em Santo Amaro, na Bahia, no dia 26 de outubro de 1796. Filho de José Gabriel Calmon de Almeida e Maria Germana de Souza Magalhães, casou-se com Maria Carolina Piedade Pereira Bahia, filha dos barões de Merity.

Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra e político, participou do Governo Provisório da Vila de Cachoeira.

Na Província da Bahia, foi eleito deputado à Assembleia Geral Constituinte (1823) e, a partir de 1827, à Assembleia Geral Legislativa em três legislaturas. Elegeu-se senador pela Província do Ceará, em 1840. Foi também ministro das pastas da Fazenda e dos Estrangeiros. Neste ministério, defendeu os interesses nacionais na Questão Christie.

Foi também conselheiro de Estado, membro honorário da Academia Imperial de Belas Artes, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio-fundador da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, provedor da Santa Casa de Misericórdia, comissário do governo no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Fluminense de Agricultura, além de autor de diversos livros.

Recebeu o título de Visconde com grandeza, por decreto de 18 de julho de 1841, e de Marquês de Abrantes, pelo decreto de 2 de dezembro de 1854.

Recebeu as honrarias de Grande do Império, veador de S. M. a Imperatriz, dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro e das ordens de Conceição de Vila Viçosa, de Portugal; da Real Ordem Constantina das Duas Sicílias, de S. Maurício e S. Lázaro e de Leopoldo, da Bélgica.

Faleceu em 5 de outubro de 1865, no Rio de Janeiro.

⁸ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 26.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.038

DATAS-LIMITE: 1860-1876

PRODUTOR: Provedoria de Capelas e Resíduos da Corte


INVENTARIADO: Visconde de Merity

TESTAMENTEIRO: Marquês de Abrantes

INVENTARIANTE: Comendador José Lopes Pereira Bahia

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 128 folhas

NOTAS: Se apresentam o Marquês de Abrantes (genro do inventariado), o Comendador José Lopes Pereira Bahia e José Duarte Coelho Júnior na qualidade de testemunhas e inventariantes do espólio do falecido Visconde de Merity.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1861\)](#) 

Conde de Agarez (1853-1911)

DADOS PESSOAIS

Francisco Alves Machado nasceu em Agarez, freguesia de Vila Real, Portugal, no dia 8 de dezembro de 1853. Filho de José Maria Vaz Guedes e Maria da Gloria Machado, casou-se com Mercedes do Carmo Alves Machado.

Foi executivo e empresário.

Recebeu o título de Visconde de Agarez no ano de 1907 e de Conde, por decreto de 4 de setembro de 1908, por D. Manuel II, Rei de Portugal.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Faleceu em 26 de novembro de 1911, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.271

DATAS-LIMITE: 1911

PRODUTOR: Juízo da 2ª Vara Cível do Distrito Federal


INVENTARIADO: Condessa de Agarez

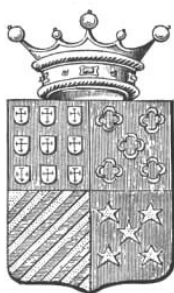
INVENTARIANTE: Conde de Agarez

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 35 folhas

NOTAS Tendo a Condessa falecido em 1 de fevereiro de 1911, deixou sete filhos maiores, frutos do primeiro casamento com Henrique Baptista Armando e sem testamento. Coube ao Conde de Agarez o papel de testamenteiro de sua esposa, a qual deixou 50 Apólices de dívida pública federal, como bens a seus herdeiros.

Consta do inventário o certificado de registro de óbito da Condessa, autos de declaração de bens, divisão e partilha amigável entre os herdeiros com declaração de pagamento aos filhos: Mercedes Armando Pereira, Sophia Armando de Goes, Maria Armando de Abreo, Adelina Alvares Armando, Antenor Alvares Armando, Guilherme Alvares Armando e Nelson Alvares Armando; bem como cálculo de impostos e recibos.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1911\)](#) 



BRASÃO DO CONDE DE ALJEZUR⁹

Conde de Aljezur (1820-1909)

DADOS PESSOAIS

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1820. Filho de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e Maria Carolina de Athaide Portugal, casou-se com Maria Rita de Noronha, Viscondessa de Aljezur e contraiu segundas núpcias com Ana Carolina de Saldanha Gama.

Senhor do Morgado de Marapicú, no Estado do Rio de Janeiro, foi Deputado provincial representando Iguaçu, Tenente-Coronel do 7º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional no mesmo município. Foi veador das Imperatrizes d. Amélia e d. Teresa Cristina, e fidalgo da Casa Imperial do Brasil servindo como camarista do Imperador d. Pedro II. Fez parte da comitiva Imperial no exílio, na França, estando presente quando do falecimento do Imperador, tendo sido o Conde quem lavrou o auto de falecimento. Fez parte do movimento católico vicentino pelo qual fundou diversas igrejas e conferências tanto no Brasil como em Portugal.

Recebeu o título de Visconde de Aljezur, por casamento com Maria Rita de Noronha, e autorizado a utilizar o título por decreto de Pedro V, de Portugal, em 15 de setembro de 1858. Elevado a Conde por decreto de 10 de abril de 1878, de D. Luís I, de Portugal.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo, no Brasil; da Ordem da Estrela do Norte, da Suécia e Cavaleiro de São Gregório Magno, de Roma. Foi homenageado com o nome de Estação Aljezur, da linha auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil, inaugurada em 1903.

Faleceu no dia 2 de abril de 1909, em Petrópolis, Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB.1-2.045

DATAS-LIMITE: 1867-1899

PRODUTOR: Juízo de Órfãos da Corte

⁹ PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal**. Lisboa: Francisco Athur da Silva, 1883. Tomos I, p. 33

INVENTARIADO: Marquês e Marquesa de Itanhaém

INVENTARIANTE: Visconde de Aljezur

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com três volumes com 718 folhas. Dois apensos: arrematação de escravo com 13 folhas e auto de petição com 364 folhas

NOTAS: João Bernardo Nogueira da Silva assinou na 1ª fase do inventário como inventariante. Os juízes foram Olegário Herculano d'Aquino e Castro (2ª Vara Criminal) e José Alvares da Silva Lima (Vara de Órfãos).

O 1º apenso trata-se de arrematação de escravo fugido pertencente ao Marquês e Marquesa de Itanhaem, de nome Emiliano – oficial de carpinteiro, que achava-se recolhido ao calabouço da Casa de Correção da Corte.

O 2º apenso trata-se de auto de petição com oitocentos e oitenta documentos originais que foram apresentados e fazem parte das declarações do inventário. Consta do dito apenso petições carta precatória, avaliação dos bens, certidão de óbito de escravo, procuração, traslado de edital de praça, certidão de óbito, conta de custas, cálculo de liquidação, recolhimento de imposto, recibo, alvará e notas fiscais.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1867\) - 1º volume](#), [Inventário \(1867\) - 2º volume](#) e [Inventário \(1867\) - 3º volume](#)

Apensos: [Arrematação de escravo \(1869\)](#) e [Auto de petição \(1869\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.063

DATAS-LIMITE: 1873

PRODUTOR: Juízo de Órfãos de Iguazu

SUPPLICANTE: Visconde de Aljezur

FINADO: Manoel José Correia Gomes

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 8 folhas

NOTAS: O Visconde de Aljezur, administrador do Morgado de Marapicú, informa que Manoel José Corrêa Gomes deve determinada quantia referente ao arrendamento de um terreno que ocupava na fazenda denominada Cabussú. O Visconde de Aljezur foi constituído Procurador de Antonio Benicio Alves Penna, senhor e administrador das terras do Morgado de Marapicú.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1873\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Prestação de Contas

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.239

DATAS-LIMITE: 1899

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara Cível do Distrito Federal

CURADOR: Conde de Aljezur

FINADO: Manoel Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho (filho do Marquês de Itanhaém).

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 25 folhas

NOTAS: O Conde de Aljezur, Curador do interdito Manoel Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho (filho do Marquês de Itanhaém), falecido a 24 de julho de 1898 em Lisboa; presta contas da receita e despesa do finado curatelado.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Prestação de Contas \(1899\)](#)



Conde de Alves Machado (1822-1915)

DADOS PESSOAIS

Manoel Joaquim Alves Machado nasceu na Freguesia de Cerva, em Portugal, no dia 4 de fevereiro de 1822. Filho de Bernardo José Alves Machado e Cypriana Rosa Moura Alves.

Chegou ao Brasil com a idade de 12 anos, adquirindo fortuna como negociante matriculado no antigo Tribunal do Commercio do Rio de Janeiro.

Recebeu o título de Visconde, por D. Luís de Portugal, em 21 de agosto de 1879, e o de Conde de D. Carlos de Portugal, em 11 de junho de 1896.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo, em Portugal, e da Imperial Ordem da Rosa, no Brasil.

Faleceu no dia 4 de abril de 1915, na Freguesia de Santo Idelfonso, em Portugal.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.287

DATAS-LIMITE: 1915-1929

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Provedoria e Resíduos do Distrito Federal

INVENTARIADO: Conde de Alves Machado

INVENTARIANTE: Barão de Oliveira Castro

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal 219 folhas. Dois apensos: Contas testamentárias com 67 folhas e nulidade de testamento e petição de herança com 46 folhas

NOTAS: Consta do inventário certidões de óbitos, dentre as quais a do Conde de Alves Machado, certificado de tradução de procuração, mandado de intimação, certificado de reconhecimento de assinatura, relação de bens, auto de avaliação, demonstrativos de movimentações bancárias, cálculos de custos, cálculos de impostos, cálculos de adjudicação, procurações, traslados de procurações, certificado de registro de casamento. Maria Celestina Alves Machado solicita prestar compromisso de inventariante do Conde como filha, o Conde, no entanto, declara em seu testamento: “Não ter filho ou filha alguma com qualquer mulher”.

O 1º apenso trata de contas testamentárias que contém mandados de entrega, madado de intimação e procurações.

O 2º apenso trata-se de nulidade de testamento e petição de herança, cuja autora é Maria Celestina Alves Machado, suposta filha do Conde de Alves Machado, e os réus, Isabel de Bragança (Condessa D'Eu) e seu marido Gastão d'Ordeans (Conde D'eu), José Mendes de Oliveira Castro (Barão de Oliveira Castro) e o dr. Curador de Resíduos. Maria Celestina Alves Machado quer citar os réus para responderem a uma ação ordinária, em que a suplicante provará que, na sua qualidade de filha, é a única herdeira de Manoel Joaquim Alves Machado, Conde de Alves Machado e diante disso reivindica a entrega de todos os bens da herança e solicita a nulidade do testamento aberto. Consta do apenso procurações, mandado de intimação, certificado de reconhecimento de assinatura, traslado de procuração.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1915\)](#)

Apensos: [Contas Testamentárias \(1915\)](#) e [Nulidade de Testamento \(1920\)](#)



Conde de Avellar (1855-1932)

DADOS PESSOAIS

Antônio Gomes de Avellar nasceu em 24 de maio de 1855, em São Martinho do Porto, Portugal. Filho de José Gomes de Avellar e Maria dos Prazeres de Avellar, casou-se com Miguela Moreira Avellar e contraiu segundas núpcias com Deolinda do Rosário Souza, com quem teve 6 filhos.

Foi comerciante, presidente do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, do Banco de Lavoura e de Comércio do Brasil e da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficencia. Exerceu cargos nas Veneráveis Ordens Terceira da Penitência e de Nossa Senhora do Monte do Carmo, funções administrativas na irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Candelária e no Hospital dos Lázaros.

Recebeu o título de Visconde em 4 de março de 1897 e de Conde em 27 de julho de 1901, concedido por D. Carlos I, de Portugal.

Foi agraciado como Comendador da Real Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Faleceu em 19 de março de 1932, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.317

DATAS-LIMITE: 1932-1969

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Provedoria e Resíduos do Distrito Federal

INVENTARIADO: Antônio Gomes de Avellar (Conde de Avellar)

INVENTARIANTE: Deolinda do Rosário Souza de Avellar (Condessa de Avellar)

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal 347 folhas. Sete apensos: contas testamentárias, com 29 folhas; prestação de contas (1933), com 30 folhas; contrato de honorários (1960,) com 7 folhas; autorização para compra de imóvel (1933), com 34 folhas; subrogação (1944), com 51 folhas; contrato de honorários (1933), com 11 folhas e extinção de usufruto, com 158 folhas

NOTAS: Tendo falecido o Conde de Avellar na Cidade do Rio de Janeiro, deixando seus desejos registrados em testamento no Juízo da Provedoria e Resíduos, coube à Condessa de Avellar o papel de Inventariante e testamenteira do marido. Consta nos Autos de Inventário o testamento e o atestado de óbito do Conde, bem como as certidões de casamento/nascimento de seus filhos. São filhos do Conde de Avellar: Antônio Gomes do Avellar, Sophia de Avellar Couto, Júlio de Souza Avellar; José Gomes de Avellar; Deolinda do Rosário Avellar e Maria José de Avellar. Para garantir a segurança financeira dos filhos e netos, o Conde determina, em testamento, que os bens destinados a eles sejam constituídos em títulos e prédios.

O 1º apenso trata de contas testamentárias. Em 1936, a Condessa de Avellar inicia o processo de prestação de contas da partilha dos bens do Conde. A inventariante declara ter sido casada com o inventariado em regime de separação de bens.

O 2º apenso trata de prestação de contas relativas às obras de conservação feitas em imóvel sito à rua Marquês de Valença.

O 3º apenso trata de contrato de honorários firmado, em 1960, pelos herdeiros para a prestação de serviços do senhor Luiz Maria Macdonell da Costa, em virtude da morte da Condessa de Avellar.

O 4º apenso trata do pedido de José Gomes de Avellar, herdeiro do Conde, para comprar um terreno no Engenho Velho.

O 5º apenso trata de pedido de venda de ações do Banco do Commercio, que fazem parte do espólio do Conde de Avellar, para a compra de imóvel para a residência da Condessa, sendo o produto da venda das ações depositado no Banco do Brasil, cuja caderneta ficará a disposição do juízo para ser subrogado no imóvel a ser adquirido.

O 6º apenso trata do estabelecimento de contratos de honorários firmados em 1933, com o advogado Dr. Dulcideo Gonçalves, contratado pela Condessa para promover o processo de inventário do marido e representar o espólio nos autos de verificação de haveres da firma Avellar e Cia.

O 7º apenso trata do pedido dos herdeiros para o fim do sistema de usufruto dos bens deixados para a viúva e registrados no processo inventário, já que ela falecera e eles desejam garantir seus direitos legais. Os herdeiros, por meios de seus representantes, anexam ao processo de extinção de usufruto, uma extensa lista com todos os bens nos quais a Condessa era usufrutuária. Coube portanto uma nova avaliação dos bens deixados em inventário.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1932\)](#)

Apensos: [Contas Testamentárias \(1936\)](#), [Prestação de Contas \(1933\)](#), [Contrato de Honorário \(1960\)](#), [Autorização para Compra de Imóvel \(1933\)](#), [Subrogação \(1944\)](#), [Contrato de Honorários \(1933\)](#) e [Extinção de Usufruto \(1959\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.240

DATAS-LIMITE: 1899 - 1902

PRODUTOR: 2ª Pretoria do Distrito Federal / 2º Tribunal Cível e Criminal

INVENTARIADO: José Luís da Costa Nogueira

INVENTARIANTE: Conde de Avellar

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 78 folhas

NOTAS: Diz Avellar e Companhia, como testamenteiros nomeados de Jose Luiz da Costa Nogueira, falecido no Reino de Portugal, e como representantes da viúva cabeça do casal que, existindo bens do finado na circunscrição desta Pretoria, querem que seja ordenado os termos do respectivo inventário a fim de que satisfaça as condições legais, - passam igualmente serem cumpridas as disposições testamentárias, constantes, que a esta se ajunta. Consta do inventário recibo, procuração, diversas ações e títulos.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1899\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.300

DATAS-LIMITE: 1922


PRODUTOR: Juízo da 4ª Vara Cível do Distrito Federal

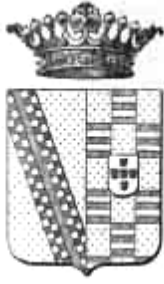
INVENTARIADO: Maria Rosa Moreira Correa

INVENTARIANTE: Conde de Avellar

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 7 folhas

NOTAS: O Conde de Avellar, presidente do Banco do Comercio da cidade do Rio de Janeiro, tendo recebido a notícia do falecimento de Maria Rosa Moreira Correia, como faz certo o documento junto, vem requerer a Vossa Excelência seja admitido assinar termo de inventariante do espólio da finada a fim de que, de acordo com o documento referido, fiquem resguardados os interesses dos herdeiros do de cujus protestando apresentar oportunamente as relações de herdeiros e bens, requerendo, outrossim, seja admitido a prestar caução de rato para apresentação no prazo de 90 dias dos documentos necessários do prosseguimento do inventário.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1922\)](#) 



BRASÃO DO MARQUÊS DE BAEPENDY¹⁰

Marquês de Baependy (1765-1847)

DADOS PESSOAIS

Manoel Jacintho Nogueira da Gama nasceu em 8 de setembro de 1765, em São João del Rei, Minas Gerais. Filho de Nicolau Antonio Nogueira e Anna Joaquina de Almeida e Gama. Casou-se com Francisca Monica Carneiro da Costa, com quem teve 3 filhos: que viriam a ser o 2º Conde de Baependy, o Barão de Juparanã e o Barão de Santa Mônica.

Formou-se em Filosofia (1789) e Matemática (1790) pela Universidade de Coimbra. Em 1791, foi nomeado lente substituto de Matemática na Academia Real de Marinha, em Lisboa, sendo promovido a 1º tenente (1793), capitão-tenente (1796) e capitão de fragata (1798). Em 1º de junho de 1801, foi enviado como inspetor geral das nitreiras e fábricas de pólvora em Minas Gerais, e, em 1º outubro do mesmo ano, nomeado deputado da Junta da Real Fazenda dessa capitania.

Em 1808, foi designado escrivão do Real Erário, no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, foi promovido a coronel do Corpo de Engenheiros e, em 1819, nomeado brigadeiro, sendo reformado em 1822, como marechal de campo.

Foi deputado pela Província do Rio de Janeiro na Assembleia Constituinte de 1823, sendo um dos signatários da Constituição de 1824, senador por Minas Gerais, a partir de 1826, vice-presidente e presidente do Senado, e ministro da Fazenda. Foi membro de diversas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Francesa de Indústria Agrícola e a Academia Real de das Ciências de Lisboa.

Recebeu o título de conselho em 10 de março de 1814, o foro de fidalgo cavaleiro em 18 de janeiro de 1815, e os títulos de Visconde com grandeza em 15 de outubro de 1825, e de Marquês por decreto de 12 de outubro de 1826.

Agraciado com várias honrarias, dentre elas a de dignatário da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de São Bento de Aviz.

Faleceu em 15 de fevereiro de 1847, no Rio de Janeiro.

¹⁰ VASCONCELLOS, Op. Cit, p. 68.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Carta precatória

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ.PNB.1-2.011

DATAS-LIMITE: 1847


PRODUTOR: Juízo Órfãos da Cidade de Valença

INVENTARIADO: Marquês de Baependy

INVENTARIADO: Marquesa de Baependy

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 86 folhas

NOTAS: Cópia da Carta Precatória, requerendo a avaliação de bens do Marquês de Baependy, nos autos de seu Inventário. Requerimento foi levado ao Juízo de Órfãos pela Marquesa de Baependy, que além de tutora dos filhos do casal desempenhou o papel de Inventariante do finado esposo. Consta do processo certificados, descrição nominal de escravos (informações de filiação, idade e sexo), assim como vistas, cálculos de valor de cada escravo, quantia e pagamentos feitos por item no decorrer do processo de avaliação de bens.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Carta Precatória \(1847\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Homicídio

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-3.012

DATAS-LIMITE: 1857

PRODUTOR: Juízo de Valença

AUTOR: A Justiça


RÉU: Francisco de Souza Carvalho

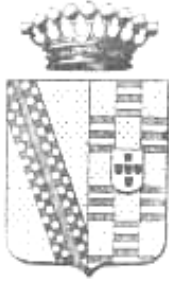
DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 34 folhas

NOTAS: Tendo Francisco de Souza Carvalho, arriador da tropa do Capitão Francisco José de Souza, ao pernoitar no Rancho do Desengano, teve uma pequena alteração com o escravo Caetano, de propriedade da Marquesa de Baependy, que foi agredido por uma forte pancada na cabeça, cujo, ferimento lhe causou a morte.

Consta do processo o rol de testemunhas que presenciaram os fatos, declarações que atestam atendimento médicos prestados e exames realizado no escravo Caetano ainda no local dos fatos aonde a vítima apresentou um quadro de vômitos e desmaios seguidos de outros sintomas até que finalmente veio a óbito, solicitação de que se mande intimar as testemunhas para que se

apresentem em Juízo, para que prestem depoimento, transcrição dos depoimentos das testemunhas e pedido de Condenação máxima do artigo n. 193 do código criminal com agravante do artigo 1686, do mesmo código.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Homicídio \(1857\)](#) 



2º Conde de Baependy (1812-1887)

BRASÃO DO 2º CONDE DE BAEPENDY¹¹

DADOS PESSOAIS

Braz Nogueira da Costa e Gama nasceu em 22 de maio de 1812, no Rio de Janeiro. Filho de Manoel Jacintho Nogueira da Gama (Marquês de Baependy) e Francisca Monica Carneiro da Costa e Gama (Marquesa de Baependy), casou-se com Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, com quem teve 5 filhos.

Em 1820, alistou-se no 1º Regimento de Cavalaria do Exército, na qualidade de 1º cadete, onde permaneceu até 1826. Em 1832, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional na Província do Rio de Janeiro, sendo promovido a coronel em 1833, ano em que pediu exoneração e iniciou a carreira política como vereador em Valença, vindo a presidir a Câmara local.

Nas paróquias de Valença e Santa Teresa, exerceu o cargo de juiz de paz. Foi também presidente da Província de Pernambuco (de 23/08/1868 a 04/11/1869), deputado provincial do Rio de Janeiro, vice-presidente desta Província, deputado da Assembleia Geral, que presidiu, e senador pela mesma província, tornando-se vice-presidente (de 05/05/1877 a 03/05/1878 e de 18/05/1882 a 03/05/1884) e presidente (de 21/05/1885 a 03/05/1887) do Senado.

Recebeu o título de Visconde com grandeza por decreto de 12 de outubro de 1828 e de Conde por decreto de 2 de dezembro de 1858.

Recebeu as honrarias de Gentil Homem da Câmara Imperial, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Grande do Império, Comendador da Imperial Ordem de Cristo, e Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa.

Faleceu em 12 de maio de 1887, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Partilha

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.046

DATAS-LIMITE: 1864

¹¹ Ibidem, p. 69.


PRODUTOR: Juízo Municipal da Cidade de Valença

AUTOR: Barão do Rio Preto e outros

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 16 folhas

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online

NOTAS: Dizem o Barão e a Baronesa do Rio Preto, o Conde e a Condessa de Baependy, Manoel Jacinto Nogueira da Gama e sua mulher Dona Anna Netto Nogueira da Gama, José Honório Dias e sua mulher Dona Joaquina Theodora de Jesus, Francisco Luiz do Couto e sua mulher Dona Anna Maria da Penha, Antônio Dias da Rosa e José Antônio Gonçalves Pinto que, tendo havido por herança, compra e permutação as terras que possuíam os finados José Dias da Rosa e sua mulher Dona Maria Angélica das Virgens, denominadas “Monte Verde” pertencentes a sesmaria originalmente concedido a Boaventura da Cruz Alves, na freguesia de Santa Theresa, na cidade de Valença. Acordam os suplicantes proceder a partilha amigável e a demarcação das terras pela forma constante no documento assinado pelos suplicantes em 31 de outubro de 1863, proceder pagamento de indenização a quem for de direito. Consta do processo o Atestado da Sesmaria assinado pelo Engenheiro Civil Guilherme Luiz Rabano de Montrigen e o quinhão que coube a cada um dos suplicantes.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Partilha \(1864\)](#) 

Conde de Cambolas (1832-1889)

DADOS PESSOAIS

Victor Marie Hippolyte nasceu em 15 de agosto de 1832, na França. Casou-se com Francisca Leopoldina de Resende, filha do Marquês de Valença.

Recebeu o título Conde de Cambolas e de Marquês de Palarin, ambos títulos de nobreza francês.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo.

Faleceu em 29 de abril de 1879, em sua cidade natal, na França.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB1-2.211

DATAS-LIMITE: 1892

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Cível da Comarca de Valença

AUTOR: Joaquim Mariano de Amorim

RÉ: Marquesa de Cambolas e Palarim

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 201 folhas

NOTAS: Requerimento do Dr. Joaquim Mariano de Amorim Carrão, engenheiro civil, que tendo sido administrador da Fazenda das Coroas, de propriedade da Marquesa de Cambolas e Pallarin; e não tendo recebido pagamento pelos serviços prestados, cita sua devedora em Juízo a fim de receber a remuneração devida de dez contos de réis. A defesa da Marquesa argumenta que o autor jamais foi contratado como empregado da Fazenda. Que o mesmo sendo amigo de um estimado sobrinho, recebeu como proposta, o ofício de gestão da propriedade. Portanto, em retribuição aos seus serviços não acordou um salário fixo, e sim, o recebimento da sexta parte dos lucros líquidos produzidos pela fazenda cafeeira. Logo, com a aceitação do autor pelo recebimento de lucros, considera que não houve por parte da Ré um acordo prévio de salários, o que não configurou uma relação empregatícia, mas de sociedade. Não havendo acordo entre as partes, e satisfação das mesmas com as sentenças de instâncias inferiores, em junho de 1892, os autos processuais chegam ao Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro como Apelação Cível.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1832\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Doação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.337

DATAS-LIMITE: 1898 - 1926

PRODUTOR: Juízo Municipal de Valença


AUTORA: Marquesa de Palarim e Condessa de Cambolas

DONATÁRIOS: Henriqueta de Abreu e Silva

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 134 folhas

NOTAS: A Marquesa de Palarim e Condessa de Cambolas nomeia e constitui como seu procurador o Sr. João de Sá Larivoir com poderes especiais para fazer a insinuação de doação de cinco alqueires de terras da Fazenda das Corôas, ao seu afilhado menor Hypolitte, filho legítimo de Custódio Antônio da Silva Júnior e Valentina Moreira Dias da Silva. Faz também a doação de cinco alqueires de terras da mesma fazenda para a Sra. Valentina Moreira Dias da Silva e de três alqueires à dona Henriquetta de Abrêu e Silva. Determina nas devidas escrituras a cláusula de que não podem os doados dispôr das terras enquanto viverem e, por sua morte, poderão os filhos das terras dispor.

Em 1925, Vicente Ferreira Lucena requer a extinção do fideicomisso, assim como a citação por edital de José Conrado de Abrêu e Silva, herdeiro da finada Henriquetta de Abrêu e Silva, cujo paradeiro é desconhecido pelo requerente.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Doação \(1898\)](#) 



BRASÃO DO DUQUE DE CAXIAS¹²

Duque de Caxias (1803-1880)

DADOS PESSOAIS

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu no Arraial do Porto da Estrela, no Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1803. Era filho do Marechal e Senador Francisco de Lima e Silva, membro das Regências Trinas Provisória e Permanente (1831-1835) e de Marianna Candida de Oliveira Bello. Casou-se com Anna Luiza Carneiro Vianna, com quem teve 1 filho, falecido ainda jovem, e duas filhas.

Militar, participou do processo de independência combatendo vitoriosamente, na Bahia, as forças fiéis a Portugal, sendo promovido a Capitão. Lutou na Guerra da Cisplatina (1825-1828), sendo promovido a Major e nomeado, posteriormente, para o batalhão do Imperador. Em 1839, foi nomeado presidente e comandante da província do Maranhão, com o intuito de combater a revolta da Balaiada (1838-1841). Exonerado, a pedido, em 1841, foi promovido a Brigadeiro. No ano seguinte, recebeu o cargo de comandante das Armas da Corte. Já com a patente de Marechal, que recebera por sua atuação no combate à revolta liberal na províncias de Minas Gerais e São Paulo, foi nomeado presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1842, a fim de combater a Revolução Farroupilha (1835-1845). Obtendo êxito, foi eleito senador pela dita província. Foi nomeado Ministro da Guerra (1855) e, no ano seguinte, assumiu a presidência do Conselho de Ministros do Império, cargos que voltaria a ocupar em 1861. Em 1866, foi nomeado comandante-em-chefe das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870). Por decreto de 12 de outubro de 1870, foi nomeado conselheiro de Estado. Em 1875, foi novamente nomeado ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros.

Recebeu os títulos de Barão, por decreto de 18 de julho de 1841, de Conde, por decreto de 25 de março de 1845, de Marquês, por decreto de 26 de junho de 1852, e de Duque, por decreto de 23 de março de 1869.

Foi agraciado com várias honrarias, dentre as quais Cavaleiro e Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de São Bento de Aviz, e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.

Faleceu na Fazenda Santa Mônica, na Província do Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1880.

Em 1962, o Decreto nº 51.429, de 13 de março, instituiu e homologou a escolha do Duque de Caxias, já consagrada, como Patrono do Exército Brasileiro.

¹² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coleção Brasões. Notação: BR.AN.RIO.OD.0.159

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Ação de dez dias

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.333

DATAS-LIMITE: 1848


PRODUTOR: Juízo Municipal de Niterói

AUTOR: Conde de Caxias

RÉU: Luiz Pinto Guedes e Rita Magessi Pinto

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 29 folhas

NOTAS: Diz o Conde de Caxias que Luiz Pinto Guedes e sua esposa, Rita Magessi Pinto, lhe são devedores da quantia de cinco contos e quinhentos mil réis, garantida por cinco letras e uma escritura de obrigação e hipoteca. Consta do processo petições, letras de câmbio (5) e escritura de dívida e hipoteca.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Ação de Dez Dias \(1848\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Prestação de contas

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.111

DATAS-LIMITE: 1881


PRODUTOR: Provedoria de Capelas e Resíduos da Corte

TESTADOR: Duque de Caxias

TESTAMENTEIRO: Coronel Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 62 folhas

NOTAS: Diz o Coronel Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, testamenteiro de seu sogro, o finado Duque de Caxias, que com os documentos juntos mostra estarem as disposições cumpridas do Testamento. Consta do processo petições e recolhimento de impostos.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Prestação de Contas \(1881\)](#) 



Conde de Cedofeita

COROA DO CONDE DE CEDOFEITA¹³

DADOS PESSOAIS

Henrique Coelho de Sousa foi um grande proprietário e capitalista no Brasil, além de cônsul de Portugal em Juiz de Fora.

Recebeu o título Visconde de Cedofeita, por decreto de 15 de julho e carta de 19 de julho de 1869, e de Conde, por decreto de 2 de julho e carta de 9 de julho de 1875, de D. Luís I. Rei de Portugal.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo, por D. Luís, de Portugal e da Ordem da Rosa e Calaleiro da Ordem de Cristo por D. Pedro II, do Brasil.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Sequestro de bens

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.071

DATAS-LIMITE: 1875-1879

PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

AUTOR: Visconde de Cedofeita

RÉU: José Ramos da Rocha & Irmãos

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 224 folhas

NOTAS: Pedido de sequestro de bens, tendo como credor o Visconde de Cedofeita, por transferência de dívida do Comendador Antonio Lopes Coelho de Souza Bastos, contra a firma social agrícola José Ramos da Rocha & Irmãos, que teria dado a hipoteca de sua fazenda denominada Conceição e 48 escravos, como garantia de pagamento de empréstimo de cinco letras no valor de setenta e dois contos e quinhentos mil réis, contraído com o referido Comendador. Consta do processo requerimentos de Joaquim Lucio de Figueiredo Lima, depositário dos bens sequestrados, solicitando a contratação de um feitor para os trinta e oito escravos apreendidos, de médicos para os escravos que porventura fiquem enfermos e compra de mantimentos para a alimentação. Consta também a relação de bens sequestrados.

¹³ PINTO, Op.Cit, p. 438.

Por sentença do juiz de direito, o sequestro dos bens foi anulado, bem como julgada nula a transferência de dívida. O Conde de Cedofeita recorre por agravo de instrumento ao Tribunal da Relação.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Sequestro de Bens \(1875\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Sequestro de bens

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.095

DATAS-LIMITE: 1879

PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

AUTOR: Conde de Cedofeita

RÉU: José Ramos da Rocha & Irmãos

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 78 folhas

NOTAS: Conde de Cedofeita, cessionário da dívida contraída por José Ramos da Rocha & Irmãos ao Comendador Antonio Lopes Coelho de Souza Bastos no valor de setenta e dois contos e quinhentos mil réis, dando como garantia escritura de hipoteca de sua fazenda e 48 escravos, pede sequestro de bens para a quitação da dívida ao juízo municipal.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Sequestro de Bens \(1879\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.094

DATAS-LIMITE: 1879-1882

PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

AUTOR: Conde de Cedofeita


RÉU: José Ramos da Rocha & Irmãos

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 410 folhas

NOTAS: Trata-se de ação de pedido de rescisão de nulidade de sentença, feita pelo Conde de Cedofeita, sobre a decisão que anulou a transferência da dívida do Comendador Antônio Lopes Coelho de Souza Bastos ao referido Conde (p.166); bem como a ação de sequestro de bens no valor de setenta e dois contos e quinhentos mil réis, da firma José Ramos da Rocha & Irmãos que houvera dado como garantia de pagamento ao referido Comendador, a hipoteca da fazenda da Conceição e 48 escravos. Os herdeiros do falecido Comendador Bastos, sabendo da nulidade da

transferência da dívida em favor do Conde de Cedofeita, opõem-se ao Conde, no sentido de se manter a nulidade de transferência de dívida.

Consta do processo a transcrição da escritura de dívida e obrigação com hipoteca de fazenda e escravos contraída por José Ramos da Rocha & Irmãos ao Comendador Bastos. Transcrição das petições e sentenças das ações anteriores. Relação de títulos relativos à herança do falecido Comendador Bastos pertencentes ao Conde de Cedofeita. Consta do processo os depoimentos do Conde, das testemunhas arroladas pelos réus e do réu José Ramos da Rocha e Silva.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1879\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Ação de oposição

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.115

DATAS-LIMITE: 1881-1892


PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul / Tribunal da Relação da Corte

AUTOR: João Lopes Coelho de Souza e outros

RÉUS: Conde e Condessa de Cedofeita

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 78 folhas

NOTAS: João Lopez Coelho de Souza e outros, na qualidade de herdeiros do falecido Comendador Bastos, entram com ação de oposição contra o Conde e a Condessa de Cedofeita, alegando nulidade da transferência da dívida de José Ramos da Rocha e Irmãos ao referido Conde. Pretendem os herdeiros excluir o Conde e a Condessa de Cedofeita da ação proposta contra José Ramos da Rocha e Irmãos, ficando eles, herdeiros do Comendador Bastos, como credores de José Ramos da Rocha e Irmãos. Foi julgado procedente a oposição, ficando livres os herdeiros do Comendador Bastos de proporem ação contra José Ramos da Rocha e irmãos para o pagamento da dívida e destes para reivindicarem prescrição das letras. O Conde de Cedofeita apela para a Relação da Corte, bem como José Ramos da Rocha quanto ao pagamento da metade das custas e do reconhecimento da prescrição. Consta do processo certidões de óbito e testamentos, petições, artigos de defesa e de oposição, contestação, inquirição de testemunhas e traslado dos autos de ações anteriores.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Ação de Oposição \(1881\)](#) 

Conde de Feitosa (1836-1905)

DADOS PESSOAIS

João Manuel Fernandes Feitosa nasceu em 1836 no distrito de Viana do Castelo, em Portugal. Filho de João Fernandes de Feitosa e Mariana das Dores Caldas de Magalhães, casou-se com Anna Maria Guimarães Feitosa com quem teve um filho.

Recebeu o título de Visconde em 19 de junho de 1879, condedido por D. Luís I de Portugal; e de Conde, por decreto de 30 de janeiro de 1890, de D. Carlos I, Rei de Portugal.

Faleceu em 8 de setembro de 1905, na França.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.257

DATAS-LIMITE: 1905-1906


PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Provedoria e Resíduos do Distrito Federal

INVENTARIADO: Conde de Feitosa

INVENTARIANTE: Condessa de Feitosa

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 118 folhas

NOTAS: São herdeiros a Condessa de Feitosa e João Manuel Fernandes Feitosa, tendo por procurador o Diretor do Banco do Commercio, Joaquim A. de Souza Ribeiro. O Banco do Commercio, por seu diretor, requer que o admite a assinar o termo de inventário do Conde de Feitosa, que faleceu em Paris, deixando testamento. O suplicante já era procurador do falecido Conde e conforme o telegrama da viúva, torna-se procurador dos herdeiros, sua mulher e filho maior.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1905\)](#) 

Conde de Frontin (1860-1933)

DADOS PESSOAIS

André Gustavo Paulo de Frontin nasceu em Petrópolis, província do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1860. Filho de João Gustavo de Frontin e Eulalia Lorenço Hypolita Vilan, casou-se com Maria Leocádia Dodsworth de Frontin, com quem teve 3 filhos.

Engenheiro civil e de minas, Bacharel em ciências físicas e matemáticas e Doutor em filosofia, foi Professor Catedrático da Escola Politécnica. Um dos fundadores da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, da qual foi diretor e presidente. Em 1896, integrou a comissão de avaliação de projetos de saneamento do Rio de Janeiro. Também como engenheiro, atuou no Governo Municipal de Pereira Passos, durante a política de reestruturação urbanística da cidade, responsável por chefiar a construção da Avenida Central. Como político, foi Senador, Prefeito e Interventor do Distrito Federal, sendo feitas obras importantes na sua gestão, como o alargamento da Avenida Atlântica e a construção da Avenida Niemeyer e Delfim Moreira. Foi Presidente Perpétuo e Membro Vitalício do Conselho Diretor do Clube de Engenharia no Rio de Janeiro.

Recebeu o título de Conde, concedido pelo Papa Pio X, em 1909.

Faleceu em 15 de fevereiro de 1933, no Rio de Janeiro.

Foi homenageado com atribuição do nome de Avenida Paulo de Frontin a logradouro público no bairro do Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro e, em 1963, com o nome de Engenheiro Paulo de Frontin, ao município do estado do Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.312

DATAS-LIMITE: 1929

PRODUTOR: Juízo da 4ª Vara Cível do Distrito Federal

INVENTARIADO: Condessa de Paulo de Frontin (*sic*)

INVENTARIANTE: Conde de Paulo de Frontin (*sic*)

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 84 folhas

NOTAS: A inventariada era casada pelo regime de comunhão de bens e deixou três filhos, todos maiores: Maria Elisa de Frontin Werneck, casada com Álvaro Werneck; Henrique Paulo de Frontin, casado com Ilka Figueira de Frontin e Maria da Glória de Frontin Moniz Freire, casada com Ismael Américo Moniz Freire. Consta do inventário certidão de óbito; assentamento de

registro civil de casamento; carta precatória de avaliação; mandado de avaliação; laudo de avaliação dos bens; petições; cotação de títulos: ações do Banco do Brasil, ações nominativas da Companhia Docas de Santos, ações nominativas da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil; cálculo do valor dos bens; imposto de taxa judiciária; imposto de transmissão causa mortis; conta; despachos; conta de custas; cálculo do imposto; partilha e imposto de transmissão de propriedade.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1929\)](#) 



BRASÃO DO CONDE DE ITAGUAÍ¹⁴

Conde de Itaguaí (1790-1875)

DADOS PESSOAIS

Antônio Dias Pavão nasceu em 13 de março de 1790, em São Paulo. Filho de Jorge Pavão Vico e Victoria Francisca de Araújo, casou-se com Victoria de Oliveira Pavão, e contraiu segundas núpcias com Anna Bazília Dias Pavão. Teve quatro filhos

Foi Major do Exército, com honras de Tenente-coronel, comerciante e fazendeiro.

Recebeu o título de Barão, por decreto de 17 de novembro de 1851; Barão com grandeza, por decreto de 10 de fevereiro de 1854; Visconde com grandeza, por decreto de 30 de novembro de 1866 e Conde por decreto de 22 de abril de 1868.

Foi agraciado com as honrarias de Grande do Império, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo.

Faleceu em 14 de junho de 1875, no Rio de Janeiro, deixando como herdeiros o seu filho Antonio Dias Pavão de Araújo, e os seus dois netos, Antonio Basilio e Arlinda Basilio Teixeira Lima.

Em 1929, foi homenageado com a atribuição do nome de Rua Conde de Itaguaí a logradouro público no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.075

DATAS-LIMITE: 1875-1877

PRODUTOR: Juízo de Direito da 2ª Vara de Órfãos da Corte

INVENTÁRIADO: Casal Conde de Itaguaí

INVENTARIANTE: Celestino Teixeira Lima

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coleção Brasões. Notação: BR.AN.RIO.OD.0.131

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal em dois volumes com 685 folhas. Dois apensos: Petição, com 6 folhas e extinção de usufruto, com 49 folhas

NOTAS: No 1º volume, o inventariante solicita que o inventário do casal Conde de Itaguaí seja realizado na 2ª Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal e não mais no Juízo da Provedoria e solicita também a avaliação dos bens do inventariado. Do inventário consta lista e registro de escravizados. O 2º volume é a continuação do inventário do casal Conde de Itaguaí, constando lista de escravizados.

O 1º apenso trata-se da petição de Rufino Rodrigues Pereira, casado com Dona Itelvina Luiza da Silva, que solicita levantamento da quantia de 796 mil contos de réis com correção monetária, quantia essa legada pelo Conde de Itaguaí à sua esposa.

No 2º apenso, os herdeiros José Mateus de Moura, Anthero Matheus de Moura, Francisco Antônio da Silva e José Felizola, filhos e genros de Gertrudes Maria de Moura e únicos herdeiros de 10 apólices da dívida pública deixados a ela, pelo Conde de Itaguaí, com cláusula de usufruto, requerem os autos que estão arquivados no Arquivo Público para a extinção do usufruto e partilha das apólices.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1875\) - 1º volume](#) e [Inventário \(1875\) - 2º volume](#)

Apensos: [Petição \(1889\)](#) e [Extinção de Usufruto \(1919\)](#). 



COROA DO MARQUÊS DE ITANHAÉM¹⁵

Marquês de Itanhaém (1782-1867)

DADOS PESSOAIS

Manuel Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho nasceu em 5 de maio de 1782, na freguesia de Marapicu, no Rio de Janeiro. Filho do Brigadeiro Inácio de Andrade Souto Maior Rendon e Antonia Joaquina de Athayde Portugal, teve dois filhos frutos de dois casamentos.

Foi 1º Cadete no regimento de Freire de Andrade, Capitão de Regimento de 1ª linha do Rio de Janeiro, Coronel do Regimento de Guaratiba e comandante do distrito de Irajá. Foi alferes-mor na Coroação e sagração de D. Pedro I, bem como no juramento da constituição do Império e camarista na semana da abdicação de D. Pedro I. Substituiu José Bonifácio de Andrada e Silva na tutoria de D. Pedro II e suas irmãs, por decreto de 15 de dezembro de 1833. Foi testemunha no casamento da princesa Isabel e Senador do Império pela província de Minas Gerais (1844-1867).

Recebeu o título português de Barão, concedido por D. João VI, por decreto de 3 de maio de 1819. No Brasil, foi nomeado Barão com grandeza, por decreto de 1 de dezembro de 1822 e de Marquês, por decreto de 12 de outubro de 1826.

Foi agraciado com as honrarias de Comendador da Ordem da Conceição, por D. João VI; com a Grã-Cruz da Legião de Honra, pelo rei francês Luiz Felipe; Grã-Cruz da Ordem de São Maurício e São Lázaro, pelo Rei da Sardenha; e com a Grã-Cruz de São Januário de Nápoles, pelo rei das Duas Sicílias. No Brasil, foi Grande do Império, Gentil Homem da Imperial Câmara e Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo.

Faleceu em 17 de agosto de 1867, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB.1-2.045

DATAS-LIMITE: 1867-1899

PRODUTOR: Juízo de Órfãos da Corte

INVENTÁRIADO: Marquês e Marquesa de Itanhaém

¹⁵VASCONCELLOS, Op. Cit. p. 210.

INVENTARIANTE: Visconde de Aljezur; João Bernardo Nogueira da Silva assinou na 1ª fase do inventário como inventariante.

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal em 3 volumes com 719 folhas. Dois apensos: Arrematação de escravo, com 13 folhas e Petição, com 364 folhas

NOTAS: O 1º apenso, trata da arrematação de escravo fugido pertencente ao Marquês e Marquesa de Itanhaem, de nome Emiliano - oficial de carpinteiro, que achava-se recolhido ao calabouço da Casa de Correção da Corte.

O 2º apenso, trata-se de auto de petição com documentos apresentados que fazem parte do inventário. Oitocentos e oitenta documentos originais que foram apresentados e fazem parte das declarações do inventário. Juntada: petições; carta precatória; avaliação dos bens; certidão de óbito de escravo; procuração; traslado de edital de praça; certidão de óbito; conta de custas; cálculo de liquidação; recolhimento de imposto; recibo; alvará e notas fiscais.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online [Inventário \(1867\) – 1º volume](#), [Inventário \(1867\) – 2º volume](#), [Inventário \(1867\) – 3º Volume](#).

Apensos: [Arrematação de escravo \(1869\)](#) e [Petição \(1869\)](#).



Conde de Mendes de Almeida (1866-1939)

DADOS PESSOAIS

Cândido Mendes de Almeida Filho nasceu em 1866 em Paraíba do Sul. Filho de Cândido Mendes de Almeida e Rosalinda Ribeiro Campos, casou-se com Maria da Glória Teixeira Mendes de Almeida.

Foi jurista, professor e político. Lecionou Prática Forense na Faculdade de Ciências Sociais do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Em 1902, fundou a "Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes", hoje Universidade Cândido Mendes.

Recebeu o título de Conde, concedido por Pio X aos herdeiros de Cândido Mendes (pai) pelo reconhecimento da Santa Sé aos serviços como especialista e defensor incansável do direito canônico.

Faleceu em 1939, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Reintegração de Posse

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.325

DATAS-LIMITE: 1952

PRODUTOR: Juízo da 7ª Vara Cível do Distrito Federal

REQUERENTE: Luís Borromé


REQUERIDA: Maria da Glória Teixeira Mendes de Almeida (Condessa Mendes de Almeida)

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 86 folhas. Um apenso: Caução com 8 folhas

NOTAS: A Condessa é proprietária dos prédios nº 11 e 15 da rua Senador Vergueiro, onde foi estabelecido o Hotel Elite pelo locatário Luis Borromé. Luis Borromé informa que foi notificado para desocupar a área junto e antes do prédio nº 11, que corresponde aos 28 metros, conforme expresso em contrato e efetivamente desocupou. Acontece que os réus iniciaram atos de

turbação de posse, demolindo cômodos que serviam de quartos ao Hotel, indo além dos 28 metros solicitados. Provando a posse dos cômodos como locatário e o prejuízo pela obra nova em execução no terreno vizinho, Luis Borromé requer o embargo da obra nova e reivindica indenização. Consta do processo 3 fotografias do terreno.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Reintegração de Posse \(1952\)](#)

Apenso: [Caução \(1952\)](#) 

Conde de Modesto Leal (1860-1939)

DADOS PESSOAIS

João Leopoldo Modesto Leal nasceu em 1860 e casou-se com Izabel Fernandes Modesto Leal, com quem teve 3 filhos.

Foi banqueiro, comerciante e político. Enriqueceu no comércio de sucatas de navios, posteriormente ampliando as suas ações comerciais nos ramos dos empréstimos financeiros, aluguéis de imóveis e fazendas em todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito Senador da República pelo mesmo estado.

Recebeu o título de Conde pela Santa Sé em reconhecimento as suas grandes contribuições financeiras à Igreja Católica.

Faleceu em 1939.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Carta Precatória

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.322

DATAS-LIMITE: 1939 - 1941


PRODUTOR: Juízo de Direito da 5ª Vara Cível do Distrito Federal

EXECUTADO: Conde Modesto Leal

EXEQUENTE: Fausto A. Cardoso e outros

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 109 folhas

NOTAS: Ação de manutenção de posse, cujo o autor o Sr. Conde de Modesto Leal (João Leopoldo Modesto Leal) e esposa movem contra Fausto A. Cardoso e outros. Ora em execução de sentença de cobrança de custas. Peticiona o dr. Alfredo Pimenta de Pádua a emissão de precatória no Rio de Janeiro, cujo objetivo é verificar a existência de valores depositados na Caixa Econômica, a fim de que se faça cumprir a ação de custas. Consta do processo a transcrição de peças dos autos originais do Juízo de São Paulo, tais como: mandado de penhora, auto de penhora, auto de depósito, certidão, remessa e sentença; solicitação de embargo do Sr. Conde de Modesto Leal e sua esposa e a carta precatória emitida em favor do Sr. Alfredo Pimenta de Pádua.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Carta Precatória \(1939\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): despejo

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.265

DATAS-LIMITE: 1906


PRODUTOR: Juízo de Direito da 2ª Vara de Niterói

AUTOR: Conde Modesto Leal

RÉ: Sara Roland

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 10 folhas

NOTAS: João Leopoldo Modesto Leal, tendo alugado uma casa, localizada à rua Santa Bibiana, à Sra. Lara Roland, declara que a inquilina não honra o pagamento do aluguel há dois meses. Em razão deste fato, requer a citação da suplicada em ação de despejo a sua custa. Consta do processo talão de imposto predial.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Despejo \(1906\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): despejo

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.341

DATAS-LIMITE: 1928


PRODUTOR: Juízo de Direito da 2ª Vara de Niterói

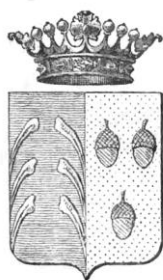
AUTOR: João Leopoldo Modesto Leal

RÉU: João Vieira

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 20 folhas

NOTAS: João Leopoldo Modesto Leal, tendo alugado um prédio, localizado à rua Marquês de Paraná, ao Sr. João Vieira, declara que o inquilino não honra o pagamento dos aluguéis há seis meses. Em razão deste fato, requer o proprietário a citação do locatário em ação de despejo, restituição de chaves ou oferecer os embargos que tiver. Consta do processo talões de recibo de pagamento de aluguéis e mandado de despejo.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Despejo \(1928\)](#) 



Marquês de Monte Alegre (1796-1860)

BRASÃO DO MARQUÊS MONTE ALEGRE¹⁶

DADOS PESSOAIS

José da Costa Carvalho nasceu na Bahia, em 7 de fevereiro de 1796. Filho de José da Costa Carvalho e Ignez Maria da Piedade Costa, contraiu primeiras núpcias com Genebra de Barros Leite, e após seu falecimento, casou-se com Maria Isabel de Souza e Alvim.

Em 1819, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra. Seguiu carreira de magistrado no Brasil, exercendo os cargos de Juiz de Fora e Ouvidor em São Paulo. Foi diretor do Curso Jurídico de São Paulo, em 1835 e 1836. Foi eleito deputado a Assembleia Geral Constituinte, em 1823, pela província da Bahia. Posteriormente, em outras três legislaturas, representou a Bahia e São Paulo na Câmara dos Deputados na qual foi presidente. Após a abdicação de D. Pedro I, fez parte da Regência Trina Permanente (1831-1835). Foi Senador por Sergipe e Presidente do Senado, Presidente da Província de São Paulo, Conselheiro de Estado, Ministro de Estado dos Negócios do Império, e presidente do Conselho de Ministros (06/10/1849 a 10/05/1852).

Recebeu o título de Barão em 1841, de Visconde em 1843, e de Marquês, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro e a Grã-Cruz da Legião de Honra da França.

Faleceu em 18 de setembro de 1860, na cidade de São Paulo.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.039

DATAS-LIMITE: 1861-1888

PRODUTOR: Juízo de Órfãos da Corte

INVENTÁRIADO: Marquês de Monte Alegre

¹⁶ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 291.

INVENTARIANTE: Marquesa de Monte Alegre

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo principal em 3 volumes com 719 folhas. Quatro apensos: avaliação de bens, com 6 folhas; justificação de dívidas, com 17 folhas; documentos originais, com 122 folhas e requerimento de credores, com 65 folhas

NOTAS: A Marquesa de Monte Alegre diz que foi instituída, por testamento de seu falecido marido, herdeira de usufruto vitalício de todos os bens do casal e também foi nomeada testamenteira. Consta do inventário a relação dos interessados que são as irmãs do falecido e os filhos do irmão do Marquês, também falecido.

O 2º volume apresenta a súplica de Pedro Augusto da Costa Silveira, por cabeça de sua mulher, D. Rita da Costa Silveira, que o Juízo de Direito da Provedoria é incompetente para dar prosseguimento ao inventário, pois muito dos herdeiros são órfãos.

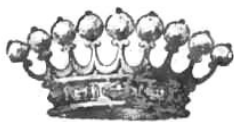
No 3º volume, o inventariante, Pedro Augusto da Costa Silveira, requer juntar aos autos a Carta Precatória do Juízo de Órfãos de Piracicaba, para avaliação de bens do Marquês de Monte Alegre.

O primeiro apenso trata da avaliação de bens do Marquês de Monte Alegre; no segundo apenso, Dona Anna Maria de Souza Queiroz nomeia como seus procuradores o Senador José Ignácio Silveira da Motta, José Carlos de Oliva Maia, Manoel Ribeiro Pessoa, Balthazar da Silveira e, em particular, Alexandre José Cardoso, para que se peça judicialmente o pagamento que lhe é devido no inventário do Marquês de Monte Alegre; no terceiro, consta documentos originais do inventário do Marquês de Monte Alegre e o quarto trata de Requerimento de credores no inventário do Marquês de Monte Alegre.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online: [Inventário \(1861\) - 1º volume](#), [Inventário \(1861\) - 2º Volume](#) e [Inventário \(1861\) - 3º volume](#)

Apensos: [Avaliação de Bens \(1863\)](#), [Justificação de Dívidas \(1863\)](#), [Documentos Originais \(1864\)](#), [Requerimento de Credores \(1863\)](#)





COROA DO CONDE DE MOREIRA LIMA¹⁷

Conde de Moreira Lima (1842-1926)

DADOS PESSOAIS

Joaquim José Moreira Lima Júnior nasceu em Lorena, na Província de São Paulo, no dia 11 de junho de 1842. Filho de Joaquim José Moreira Lima e Carlota Leopoldina de Castro Lima, casou-se com Risoleta de Castro Lima.

Em sua cidade natal, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia e um dos fundadores do Colégio São Joaquim.

Recebeu o título de Barão em 28 de abril de 1883; de Visconde, em 1 de março de 1884 e de Conde, em 7 de março de 1887.

Foi Comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Ordem de S. Gregório, de Roma.

Faleceu no dia 2 de julho de 1926, em Lorena, no Estado de São Paulo.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Execução de sentença

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB.1-2.204

DATAS-LIMITE: 1890 - 1891

PRODUTOR: Juízo de Direito da Comarca de Resende.

AUTOR: Conde de Moreira Lima

RÉU: Antônio de Alvarenga Freire

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 77 folhas

NOTAS: Sentença cível de ação de libelo em favor de Antônio de Alvarenga Freire contra dona Ignês Ferreira de Mello Silva, viúva e herdeiros do doutor João Leme da Silva. Ficando a viúva responsável pelo pagamento de metade da dívida e a outra metade para os filhos dona Ivanna Maria da Silva, Antônio Nogueira da Silva (maiores de idade), João, Carolina, José, Anna e Eugênio (menores de idade). O Conde de Moreira Lima quer, portanto, fazer citar os suplicados, sendo dona Ignês Ferreira de Mello Silva por si e como tutora de seus filhos menores para fortalecer os termos deste libelo.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Execução de Sentença \(1890\)](#)



¹⁷ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 297.



BRASÃO DO CONDE DE MOTTA MAIA¹⁸

Conde de Motta Maia (1845-1897)

DADOS PESSOAIS

Claudio Velho da Motta Maia nasceu no dia 14 de abril de 1845, no Rio de Janeiro. Filho de Manuel Domingos Maia e Maria Isabel Velho da Motta Maia, casou-se com Maria Amália de São Tomé de Azeredo Coutinho Viana, com quem teve 6 filhos.

Graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi professor de Anatomia Topográfica, Operações e Aparelhos nessa instituição e de Anatomia e Fisiologia na Academia de Belas Artes. Em 1880, foi nomeado médico da Casa Imperial. Amigo pessoal de D. Pedro II, acompanhou-o no exílio quando da Proclamação da República e foi um dos médicos que assinou o seu atestado de óbito.

Recebeu o título de Barão, por decreto de 6 de fevereiro de 1886; de Visconde com grandeza, por decreto de 20 de junho de 1887 e de Conde, por decreto de 8 de agosto de 1888.

Foi Comendador da Imperial Ordem de Cristo do Brasil e de Portugal, da Ernestina da Casa Ducal de Saxe Coburgo Gotha, da Ordem de Leopoldo da Bélgica, da Ordem do Leão de Zähringen do Grão Ducado de Baden. É patrono da Cadeira 22 da Academia Nacional de Medicina.

Faleceu no dia 7 de novembro de 1897, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.335

DATAS-LIMITE: 1889

PRODUTOR: Juízo da 1ª vara de Órfãos da Corte

INVENTARIADO: Manoel Antonio Fernandes Pereira

INVENTARIANTE: Conde de Motta Maia

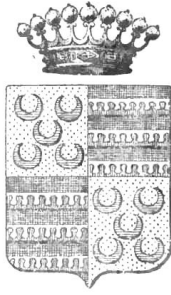
DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 192 folhas. Dois apensos: Lista de Bens, com 7 folhas e Certidões com 37 folhas

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coleção Brasões. Notação: BR.AN.RIO.OD.0.140.

NOTAS: Diz o Conde de Motta Maia, na qualidade de 1º testamenteiro, nomeado por seu finado cunhado, o Dr. Manoel Antônio Fernandes Pereira, que tendo o suplicante de proceder o inventário os bens do acervo para dar-se partilha aos herdeiros instituídos pelo testador, havendo entre eles órfãos menores, vem requerer que se mande distribuir e se lavre o respectivo termo.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1889\)](#)

Apensos: [Lista de Bens \(1890\)](#) e [Certidões \(1889\)](#) 



Conde de Nova Friburgo (1835-1914)

BRASÃO DO CONDE DE NOVA FRIBURGO¹⁹

DADOS PESSOAIS

Bernardo Clemente Pinto Sobrinho nasceu no dia 11 de novembro de 1835, em Cantagalo, Província do Rio de Janeiro. Filho de Antonio Clemente Pinto e Laura Clementina da Silva Pinto, 1º Barão e Baronesa de Nova Friburgo, casou-se com Ambrosina Leitão da Cunha.

Era bacharel em direito e veador de Sua Magestade a Imperatriz.

Recebeu o título de 2º Barão de Nova Friburgo, por decreto de 18 de dezembro de 1873; foi Visconde, e por decreto de 25 de abril de 1888, foi elevado a Conde.

Foi Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal; Grande do Império e Oficial da Ordem da Rosa.

Faleceu no dia 6 de agosto de 1914, em sua cidade natal.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Liquidação de sociedade

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.073

DATAS-LIMITE: 1875

PRODUTOR: Juízo Municipal de Cantagalo

LIQUIDANTES: O Barão e a Baronesa de São Clemente; o Barão de Nova Friburgo e Dona Matilde Silvestre Lessa

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 102 folhas

NOTAS: O Barão e a Baronesa de São Clemente, o Barão de Nova Friburgo, por um lado e Dona Matilde Silvestre Lessa (viúva de Francisco Inocência Lessa), por si e por seus filhos menores,

¹⁹ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 316

querem liquidar a sociedade agrícola firmada pelo falecido e o Barão de Nova Friburgo e o Barão e a Baronesa de São Clemente.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Liquidação de Sociedade \(1875\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Embargo

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.093

DATAS-LIMITE: 1879


PRODUTOR: Juízo Municipal de Cantagalo

EMBARGANTE: 2º Barão de Nova Friburgo

EMBARGADO: Pedro Thurler

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 16 folhas

NOTAS: Pedido de Embargo do Barão de Nova Friburgo pela turbação das terras da fazenda Gavião para a retirada de madeira para a construção da Estrada de Ferro Cantagalo.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Embargo \(1879\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Liquidação de sociedade

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.219

DATAS-LIMITE: 1889 - 1895

PRODUTOR: Juízo de Direito Comercial de Cantagalo; Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro

APELANTES: Conde de Nova Friburgo e Fortunato dos Santos Gomes

APELADO: Sociedade Anonyma “Engenho Central Rio Negro”

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 204 folhas

NOTAS: Liquidação da sociedade anônima “Engenho Central Rio Negro” por sua diretoria e por seu diretor-presidente, Doutor Joaquim Marquês da Cruz.

Diz a Sociedade Anônima Engenho Central Rio Negro, com sede no Município de Cantagalo, por sua diretoria e por deliberação de assembléia geral de seus acionistas, que se encontra em estado de insalubridade, tendo perdido quase todo, senão todo o seu capital, não podendo pagar suas dívidas, e portanto não podendo evitar a liquidação forçada da sociedade.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Liquidação de Sociedade \(1893\)](#) 

Marquês de Palarin (1832-1889)

DADOS PESSOAIS

Victor Marie Hippolyte nasceu em 15 de agosto de 1832, na França. Casou-se com Francisca Leopoldina de Resende, filha do Marquês de Valença.

Recebeu o título Conde de Cambolas e de Marquês de Palarin, ambos da nobreza francesa.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo.

Faleceu em 29 de abril de de 1879, em sua cidade natal, na França.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB1-2.211

DATAS-LIMITE: 1892

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Cível da Comarca de Valença

AUTOR: Joaquim Mariano de Amorim

RÉ: Marquesa de Cambolas e Palarim

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 201 folhas

NOTAS: Requerimento do Dr. Joaquim Mariano de Amorim Carrão, engenheiro civil, que tendo sido administrador da Fazenda das Corôas, de propriedade da Marquesa de Cambolas e Pallarin; e não tendo recebido pagamento pelos serviços prestados, cita sua devedora em Juízo a fim de receber a remuneração devida de dez contos de réis. A defesa da Marquesa argumenta que o autor jamais foi contratado como empregado da Fazenda. Que o mesmo sendo amigo de um estimado sobrinho, recebeu como proposta, o ofício de gestão da propriedade. Portanto, em retribuição aos seus serviços não acordou um salário fixo, e sim, o recebimento da sexta parte dos lucros líquidos produzidos pela fazenda cafeeira. Logo, com a aceitação do autor pelo recebimento de lucros, considera que não houve por parte da Ré um acordo prévio de salários, o que não configurou uma relação empregatícia, mas de sociedade. Não havendo acordo entre as partes, e satisfação das mesmas com as sentenças de instâncias inferiores, em junho de 1892, os autos processuais chegam ao Supremo Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro como apelação cível.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1832\)](#)



NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Doação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.337

DATAS-LIMITE: 1898 - 1926

PRODUTOR: Juízo Municipal de Valença


AUTORA: Marquesa de Palarim e Condessa de Cambolas

DONATÁRIOS: Henriqueta de Abreu e Silva

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 134 folhas

NOTAS: A Marquesa de Palarim e Condessa de Cambolas nomeia e constitui como seu procurador o Sr. João de Sá Larivoir com poderes especiais para fazer a insinuação de doação de cinco alqueires de terras da Fazenda da Corôas ao seu afilhado menor Hypolitte, filho legítimo de Custódio Antônio da Silva Júnior e Valentina Moreira Dias da Silva. Faz também a doação de cinco alqueires de terras da mesma fazenda para a Sra. Valentina Moreira Dias da Silva e de três alqueires à dona Henriquetta de Abrêu e Silva. Determina nas devidas escrituras, a cláusula de que não podem os doados dispôr das terras enquanto viverem, e por sua morte poderão os filhos das terras dispor.

Em 1925, Vicente Ferreira Lucena requer a extinção do fideicomisso, assim como a citação por edital de José Conrado de Abrêu e Silva, herdeiro da finada Henriquetta de Abrêu e Silva, cujo paradeiro é desconhecido pelo requerente.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Doação \(1898\)](#) 



2º Marquês de Paranaguá (1821-1912)

DADOS PESSOAIS

João Lustosa da Cunha Paranaguá nasceu em Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, na Província do Piauí, no dia 21 de agosto de 1821. Filho de José da Cunha Lustosa e Inácia Antônia dos Reis, casou-se com Maria Amanda Pinheiro de Vasconcelos. Teve 6 filhos.

Em 1846, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no Curso Jurídico de Olinda. Foi Chefe de Polícia, Juiz de Direito e Desembargador. Pelo Piauí, foi deputado à Assembleia Geral Legislativa e Senador. Presidiu as províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Foi ainda Ministro da Justiça, da Guerra, dos Estrangeiros e da Fazenda, além de Conselheiro de Estado. Também presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Recebeu o título de 2º Visconde com Grandeza, por decreto de 18 de janeiro de 1882 e de 2º Marquês, por decreto de 13 de junho de 1888.

Foi Grande do Império, veador de S. Majestade a Imperatriz, Comendador da Ordem de S. Gregório Magno, Dignitário da Imperial Ordem da Rosa e Gentil Homem da Imperial Câmara.

Faleceu em 9 de fevereiro de 1912, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.135

DATAS-LIMITE: 1884 - 1885

PRODUTOR: 1ª Vara do Juízo de Órfãos da Corte

INVENTARIADO: Visconde de Montserrate

INVENTARIANTE: Visconde de Paranaguá

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 144 folhas

NOTAS: Em 1º de outubro de 1884, o Visconde de Paranaguá compareceu à 1ª Vara do Juízo de Órfãos, como inventariante dos bens de seu sogro, o Visconde de Monte Serrate, apresentando em juízo a declaração de falecimento e dos herdeiros. Na qualidade de testamenteiro e inventariante, o Visconde de Paranaguá requer a emissão de carta precatória rogatória para a avaliação de bens, ao Juiz de Órfãos da Comarca de Santo Amaro, propondo como avaliadores os senhores José Pinto Nunes Valente e dr. Ernesto Augusto Amorim do Valle.

Consta do processo a tradução da procuração feita em língua francesa para o português passada pelo Conde e Condessa de Barral, netos do falecido Visconde de Monte Serrate; o testamento redigido pelo nobre quando ainda Barão de Monte Sarrate, no qual nomeia como primeiro testamenteiro seu genro, o Visconde de Paranaguá.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1884\)](#) 

1º Conde de Paraty (1784-1849)

DADOS PESSOAIS

Miguel Rafael Antônio do Carmo de Noronha Abranches Castello Branco nasceu no dia 24 de outubro de 1784. Filho de José Luiz de Menezes Castello Branco Abranches (6º Conde de Valladares) e Luiza Josepha Maria Rita Antônia Fausta de Noronha, casou-se com Francisca Quintina de Menezes, com quem teve 2 filhos.

Foi par do Reino de Portugal, Gentil-homem da câmara de D. João VI, Coronel de Cavalaria, Conselheiro da Fazenda e Deputado da Junta do Tabaco.

Recebeu o título português de Conde por decreto de 4 de dezembro de 1813

Foi agraciado como Comendador da Ordem da Conceição e de S. Bento de Aviz e com a Grã-cruz da Ordem da Torre e Espada.

Faleceu em 1849.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Carta Precatória

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.007

DATAS-LIMITE: 1841


PRODUTOR: Juízo Municipal de Niterói

SUPPLICANTE: Conde de Paraty

SUPPLICADO: João Carlos Velho da Veiga

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 13 folhas

NOTAS: Traslado dos autos de carta precatória citatória passada, a requerimento do Conde de Paraty, pelo Juízo da Quarta Vara Cível do Rio de Janeiro, às Justiças de Niterói a fim de instruir à citação de João Carlos Velho da Veiga nos autos de execução de penhora, movida contra a Baronesa de Jacutinga e outros, que tramita no Rio de Janeiro.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Carta Precatória \(1841\)](#) 

2º Conde de Paraty (1820-1884)

DADOS PESSOAIS

João Ignácio Francisco de Paula de Noronha nasceu em 31 de julho de 1820. Filho de Miguel Antonio de Noronha (1º Conde de Parati) e Francisca Quintina de Menezes, casou-se com Francisca da Cruz Lacé Pedrosa, com quem teve 5 filhos.

Foi par do Reino de Portugal; Oficial-mór honorário da Casa Real; Adido de 2ª classe (honorário de Legação); Governador civil de Lisboa, em 1860 e Alferes do Batalhão Voluntário do Comércio. Maçom, foi Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano II e Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, depois da unificação com a Confederação Maçônica Portuguesa.

Recebeu o título português de Conde, por decreto de 4 de fevereiro de 1824, como renovação do decreto que conferiu o primeiro título de Conde ao seu pai.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito e Grã Cruz de Isabel, a Católica.

Faleceu em 22 de abril de 1884.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.015

DATAS-LIMITE: 1852


PRODUTOR: Juízo da 3ª Vara da Cível da Corte

INVENTARIANTE: Conde de Paraty

INVENTARIADO: Conselheiro Antônio José Pedroza

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 17 folhas

NOTAS: Trata-se do inventário do Conselheiro Antonio José Pedroza, cujo testamenteiro e inventariante foi o Conde de Paraty, sogro do falecido por cabeça de sua mulher. Consta do testamento alvará de autorização de venda de escravos para pagamento de dívidas.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1852\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Protesto

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.102

DATAS-LIMITE: 1879


PRODUTOR: Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Corte

AUTOR: Conde de Paraty

RÉU: Manoel Pereira de Siqueira

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 12 folhas

NOTAS: O Conde de Paraty é o autor de um protesto contra Manuel Pereira de Siqueira por prejuízos, perdas e danos causados por obras novas e benfeitorias. Protesto referente a embargo de obras na chácara das Mangueiras, à rua de São Francisco Xavier.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Protesto \(1879\)](#) 



3º Conde de Penamacor (1844-1911)

BRASÃO DO 3º CONDE DE PENAMACOR²⁰

DADOS PESSOAIS

Antônio Maria de Saldanha Albuquerque Castro e Ribafria nasceu em 19 de março de 1844. Filho de Antônio Saldanha Albuquerque Castro Ribafria e Maria Leonor de Mello Silva César de Menezes (2º Condes de Penamacor), casou-se com Francisca Calmão Nogueira Valle da Gama, com quem teve 6 filhos.

Foi par do Reino de Portugal, por sucessão ao seu pai; Copeiro-mór da Cara Real; Moço Fidalgo e 14º senhor do Morgado de Pena Verde, em Cintra.

Teve título português de Conde renovado, por decreto de 6 de junho de 1864.

Faleceu em 5 de março de 1911.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.169

DATAS-LIMITE: 1887

PRODUTOR: Juízo Municipal de Valença

AUTOR: Banco do Brasil

RÉUS: Barão e Baronesa de Nogueira da Gama

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 53 folhas. Um apenso: Sequestro com 28 folhas

NOTAS: Diz o Banco do Brasil, estabelecido na Corte do Rio de Janeiro que, sendo credor do Barão de Nogueira Gama e da Baronesa de Nogueira Gama, deseja cobrar dos herdeiros da falecida a dívida hipotecária contraída pelos nobres citados. Em razão do falecimento da Baronesa, o banco requer que sejam citados os filhos, a saber: Conde e Condessa de Penamacor, Barão e Baronesa de Muniz de Aragão e o Dr. Calmon Nogueira Valle da Gama e sua esposa Rosa Monica Nogueira Valle da Gama. Como o paradeiro dos ditos herdeiros é desconhecido, o autor solicita que para que na primeira audiência os mesmos sejam citados por meio de edital. Consta

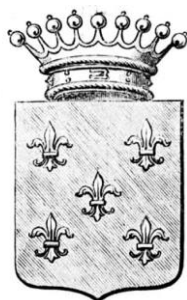
²⁰ PINTO, Op. Cit, Tomo II, p. 241.

do processo traslado dos editais de citação aos herdeiros; carta precatória citatória passada a requerimento do Banco do Brasil contra o Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama e sua mulher e contra o Barão de Nogueira da Gama e a Baronesa de Muniz de Aragão e cálculos de contas.

No apenso, o Banco do Brasil, na qualidade de credor do Barão de Nogueira da Gama, requer que se passe um mandado de sequestro dos bens hipotecados, afim de que se possa garantir o pagamento da dívida contraída pelo réu.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1887\)](#)

Apenso: [Sequestro \(1887\)](#) 



BRASÃO DO CONDE PEREIRA MARINHO²¹

Conde de Pereira Marinho (1816-1887)

DADOS PESSOAIS

Joaquim Pereira Marinho nasceu em Portugal, em 1816, e casou-se com Francisca da Piedade Oliveira, com quem teve dois filhos.

Foi membro fundador do Banco da Bahia, Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Presidente da Companhia Baiana de Navegação.

Recebeu o título de Conde, por decreto do Rei Luís I, de Portugal, de 7 de março de 1881.

Faleceu em 26 de abril de 1887.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Carta precatória

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.338

DATAS-LIMITE: 1890

PRODUTOR: Juízo da Provedoria de Capelas e Resíduos do Distrito Federal


DEPRECADO: O Juízo da Provedoria da Capital Federal

DEPRECANTE: O Juízo de Direito da Provedoria da Cidade de São Salvador da Bahia

INTERESSADA: Condessa de Pereira Marinho

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 17 folhas

NOTAS: Carta precatória para averbação de ações do Banco do Brasil, em nome do asilo de meninas desamparadas “Conde de Pereira Marinho”, aberto por ordenação do testamento do finado Conde, em decorrência da venda de diversas ações de vários bancos para o pagamento da parte da herança de seu filho, Visconde de Guahy.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Carta precatória \(1890\)](#) 

²¹ Ibidem, p. 255.

10º Conde de Pombeiro (1903-1991)

DADOS PESSOAIS

Antônio de Castelo Branco nasceu em São Vicente de Fora, Lisboa, Portugal, em 1903.²² Filho de José Inácio de Castelo Branco (8º Conde de Pombeiro) e Maria Margarida Tomásia Guedes Cabral Correia Queirós (4ª Marquesa de Belas), casou-se com Rachel Rodrigues de Castelo Branco, com quem teve dois filhos.

Foi engenheiro agrônomo formado pelo Instituto Superior de Agronomia e proprietário em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Recebeu o título de Conde por autorização de D. Manuel II, Rei de Portugal.

Faleceu em 13 de setembro de 1991, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Intimação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.323

DATAS-LIMITE: 1940 - 1973


PRODUTOR: Juízo de Direito da 2ª Vara de Nova Iguaçu

REQUERENTE: Conde de Pombeiro

REQUERIDO: Empresa Territorial São José Ltda

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 48 folhas

NOTAS: Tendo os Condes de Pombeiro, Sr. D. Antônio de Castelo Branco e sua esposa Rachel Rodrigues de Castelo Branco, reclamado o não pagamento de débito, solicitaram a notificação da Empresa Territorial S. José Limitada e seu representante legal, o Sr. Alexandre Deutsch. Segundo os Condes, a empresa possui uma dívida, referente a segunda prestação do compromisso de compra da propriedade denominada “Granja S. José” situada na Fazenda do Teles. Os nobres solicitam o cancelamento do compromisso de compra e venda em virtude da dívida. Consta do processo as custas dos autos de intimação para pagamento de prestações e requerimento de D. Antonio de Castelo Branco.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Intimação \(1940\)](#) 

²² As fontes apresentam divergência em relação a sua data de nascimento: 21 de maio de 1903 ou 21 de junho de 1903.



COROA DO CONDE DE PORTO BRANDÃO²³

Conde de Porto Brandão (1839-1885)

DADOS PESSOAIS

Thomás da Silva Brandão nasceu na Vila Nova de Gaia, Porto, Portugal, em 1839. Filho de João Thiago Brandão e Francisca Cândida da Silva, casou-se com Maria Thereza dos Prazeres Porto.

Recebeu o título de Conde, por decreto de 14 de junho de 1884, de D. Luiz I, de Portugal.

Faleceu em 10 de setembro de 1885, em Foz do Douro, Porto, Portugal.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Notificação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.339

DATAS-LIMITE: 1889-1891

PRODUTOR: Provedoria de Capelas e Resíduos da Corte / Câmara Cível


TESTADORA: Maria Thereza dos Prazeres Porto Brandão (Condessa de Porto Brandão)

TESTAMENTEIRO: Alfredo Pereira da Silva Porto

NOTIFICANTE: Promotor Fiscal

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 64 folhas

NOTAS: O Promotor Fiscal requer que seja intimado Alfredo Pereira da Silva Porto, filho do segundo casamento de Maria Thereza dos Prazeres Porto Brandão, Condessa de Porto Brandão e testamenteiro da finada mãe, para prestar contas testamentárias.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Notificação \(1889\)](#) 

²³ PINTO, Op. Cit., vol II, p. 323.

Condessa do Rio Novo (1817-1882)

DADOS PESSOAIS

Marianna Claudina Pereira de Carvalho nasceu em 1817. Filha de Antônio Barroso Pereira Júnior e Claudina Venância de Jesus (1º Barão e Baronesa de Ente Rios), casou-se com José Antonio Barroso de Carvalho (Barão e Visconde do Rio Novo).

Foi grande proprietária de terras e simpatizante da causa abolicionista. Considerada a fundadora do município de Três Rios, a Condessa deixou, entre outros legados, a liberdade todos os seus escravos e terras da Fazenda de Cantagalo para estabelecerem uma colônia agrícola e para a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que foi fundada em Paraíba do Sul, de acordo com as determinações de seu testamento.

Recebeu o título de Condessa, por decreto de 16 de outubro de 1880, após ficar viúva do Visconde do Rio Novo.

Faleceu no dia 5 de junho de 1882, em Londres.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.054

DATAS-LIMITE: 1869 - 1870


PRODUTOR: 2ª Vara de Órfãos de Paraíba do Sul

INVENTARIADO: Visconde do Rio Novo

INVENTARIANTE: Viscondessa do Rio Novo

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 107 folhas

NOTAS: Diz a Viscondessa do Rio Novo que tendo falecido o seu marido, o Visconde do Rio Novo, deixando testamento, na qualidade de meeira e cabeça de sua família, deseja proceder o inventário e partilha dos bens de seu falecido marido.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online - [Inventário \(1869\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Dívida

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.060

DATAS-LIMITE: 1871


PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

AUTORES: Viscondessa do Rio Novo e outros

RÉU: Sérgio Augusto de Carvalho

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 27 folhas

NOTAS: Diz a Viscondessa do Rio Novo, na qualidade de viúva do Visconde do Rio Novo; Antônio José Barroso de Carvalho; José Antônio Werneck de Carvalho e Antônio José Werneck de Carvalho na qualidade de herdeiros da finada Dona Magdalena Maria Pereira, que também foi herdeira do dito Visconde, que Sérgio Augusto de Carvalho lhes deve a quantia de quatro contos de réis, quantia que tomou como empréstimo do falecido Visconde, foi dado como garantia uma escritura de penhor lavrada em 28 de outubro de 1868.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Dívida \(1871\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Demarcação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.061


DATAS-LIMITE: 1872

PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

SUPPLICANTES: Viscondessa de Rio Branco e Tenente Coronel Damaso José Barroso de Carvalho

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 31 folhas

NOTAS: Medição Amigável entre as Fazendas Piracema e Boa União. Dizem Damaso José Barroso de Carvalho, sua mulher e a Viscondessa do Rio Novo, por intermédio de seu procurador, que tendo o primeiro suplicante herdado de sua mãe - Dona Magdalena Maria Pereira - a fazenda Piracema e mais terras que lhe couberam no inventário e partilha de bens do finado Visconde do Rio Novo, como uma cota da Fazenda União, de propriedade da segunda suplicante, mandam proceder a divisão e demarcação das terras.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Demarcação \(1872\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Testamento

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.327

DATAS-LIMITE: 1878


PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

TESTADOR: Vicente José Ayres

TESTAMENTEIRA: Viscondessa do Rio Novo

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 7 folhas

NOTAS: O senhor Vicente José Ayres, solteiro, estando doente, mas em perfeito juízo faz as disposições de suas últimas vontades, distribuindo seus bens e nomeando a Viscondessa do Rio Novo como sua testamenteira.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Testamento \(1878\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Doação

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.117

DATAS-LIMITE: 1882


PRODUTOR: Juízo Municipal de Paraíba do Sul

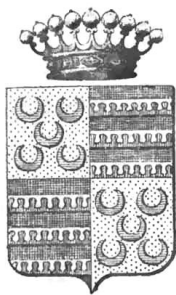
SUPPLICANTE: Marianna Cândida Guimarães

SUPPLICADA: Condessa do Rio Novo

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 13 folhas

NOTAS: Diz Dona Marianna Cândida Guimarães, acompanhada de seu marido, que recebeu de sua tia-avó, a Condessa do Rio Novo, uma doação no valor de dezessete contos, cento e vinte mil réis constantes de 16 apólices gerais de valor nominal de conto de réis cada uma, juro de 6% ano, lavrada em escritura.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Doação \(1882\)](#) 



Conde de São Clemente (1830-1898)

BRASÃO DO CONDE DE SÃO CLEMENTE²⁴

DADOS PESSOAIS

Antônio Clemente Pinto nasceu dia 15 de setembro de 1830, no Rio de Janeiro. Filho de Antonio Clemente Pinto e Laura Clementina da Silva Pinto (1º Barão e Baronesa de Nova Friburgo) e irmão de Bernardo Clemente Pinto (2º Barão de Nova Friburgo), casou-se com Maria Fernandes Chaves, com quem teve 2 filhos, Antônio Clemente Pinto, que viria a ser o 2º Barão de São Clemente e Alice Clemente Pinto.

Foi proprietário de terras, negociante, fundador e tesoureiro do Clube Agrícola, conselheiro fiscal da Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro e membro da diretoria de administração da Caixa de Amortização.

Recebeu o título de Barão, por decreto de 3 de junho de 1863; de Visconde, em 1882 e de Conde em 1888.

Foi agraciado como Moço Fidalgo da Casa Imperial; Veador de Sua Majestade, a Imperatriz; Grande do Império; Grande Dignatário da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da Imperial Ordem de Cristo. Também recebeu honrarias estrangeiras, como a de Comendador da Ordem de Cristo e da Real Ordem de Vila Viçosa, de Portugal; Grande Oficial da Ordem de São Estanislau, da Rússia; Comendador da Ordem de Francisco José, da Áustria; Ordem de Leopoldo, da Bélgica e Ordem do Leão Neerlandes, da Holanda.

Faleceu em Nova Friburgo, em 21 de janeiro de 1898.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Liquidação de Sociedade

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.073

DATAS-LIMITE: 1875

PRODUTOR: Juízo Municipal de Cantagalo

LIQUIDANTES: Barão e Baronesa de São Clemente, Barão de Nova Friburgo e Mathilde de Silvestre Lessa.

²⁴ VASCONCELLOS, Op. Cit, p. 437.

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 102 folhas

NOTAS: Ação para liquidação e dissolução de sociedade agrícola denominada “Clementes & Lessa”, entre o Barão de São Clemente, a Baronesa de São Clemente e o Barão de Nova Friburgo, de um lado, e de outro, Mathilde de Silvestre Lessa, viúva e inventariante dos bens de seu marido, Francisco Innocêncio Lessa e tutora de seus filhos menores, a fim de dar partilha dos bens do casal a seus herdeiros.

Consta do processo a escritura e avaliação dos bens de raiz e escravos pertencentes a firma Clementes & Lessa, bem como diversas notas de falecimento de escravizados constantes da relação firma, avaliação dos cafés colhidos da fazenda de S. Martinho, pertencente a firma Clementes & Lessa além do mapa da referida fazenda. Conta, ainda, o auto de pagamento aos sócios Barão e Baronesa de São Clemente e Barão de Nova Friburgo e o pagamento aos espólio de Francisco Innocencio Lessa.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Liquidação de Sociedade \(1875\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Súplica

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTMJ. PNB.1-2.131

DATAS-LIMITE: 1883


PRODUTOR: Juízo de Órfãos de Cantagalo

SUPPLICANTE: Visconde de São Clemente

SUPPLICADO: A Justiça

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 14 folhas

NOTAS: O Visconde de São Clemente solicita a desistência dos serviços de duas crianças chamadas Maria, de 7 anos e Corinna, de 4 anos, ambas filhas de sua escrava Eugenia. Pede ainda, que as crianças sejam entregues ao seu pai Casemiro Antunes Baptista a fim de educá-las e tratá-las de acordo com escritura de perfilhação. Consta do processo a escritura de perfilhação, termo de responsabilidade e termo de tutela.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Súplica \(1883\)](#) 

Conde de São Cosme do Valle (?-1909)

DADOS PESSOAIS

Bernardino Ferreira da Costa e Sousa nasceu no dia 12 de março na Vila Nova de Famalicão, em Portugal. Filho de Domingos Ferreira e Francisca da Costa Marquês, casou-se com maria Dolores da Costa e Souza e não tiveram filhos.

Foi comerciante e proprietário na praça do Rio de Janeiro, sendo dono da Fábrica de Gelo, situada à Praia de Santa Luzia, além de ser filantropo no Brasil e em Portugal.

Recebeu o título de Visconde, concedido em 30 de dezembro de 1897 e de Conde, em 24 de agosto de 1905, ambos os títulos concedidos por D. Carlos I, de Portugal.

Foi agraciado Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Faleceu em 25 de outubro de 1909, em Vila Nova de Famalicão, em Portugal.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.273

DATAS-LIMITE: 1909-1920

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Provedoria e Resíduos do Distrito Federal

INVENTARIADO: Conde de São Cosme do Valle

INVENTARIANTE: Barão de Famalicão

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 287 folhas. Dois apensos: Contas de Testamento (1911) com 51 folhas; e Informação (1931), com 77 folhas.

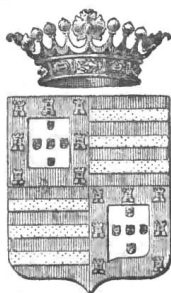
NOTAS: O Barão de Famalicão (Manuel Ferreira da Costa e Sousa), irmão do Conde de São Cosme do Valle foi testamenteiro e primeiro inventariante do finado nobre. Em testamento, o Conde de São Cosme do Valle, declara: “que uma vez sem filhos, deixa em usufruto para seu irmão os prédios localizados à rua Primeiro de Março” e, em ocasião da morte de seu irmão, esses bens deveriam ser divididos de forma igual entre suas sobrinhas filhas de sua irmã Ana. O Conde deixa para seus tios José da Costa e Souza e Christina Maria da Conceição, seis Apólices da dívida pública. O Conde também faz herdeiro o empregado e amigo, Marcelino Guttierz Amo, com quatro apólices da dívida pública. São seus herdeiros também: sua esposa, que fica a receber uma pensão, e demais irmãos, que recebem partes iguais na divisão de bens. Consta do processo o pacto antenupcial firmado entre o Conde e a Condessa, ao se casarem.

Diante da morte do Barão de Famalicão, testamenteiro e inventariante do Conde de São Cosme do Valle; as herdeiras ingressam junto ao Juízo da Provedoria solicitando a regulação do sistema de usufruto designada em testamento. Solicitando que seja adotado o usufruto sucessivo e não o sistema de usufruto simultâneo, que os herdeiros entendem ferir os direitos de seus sucessores.

O primeiro apenso trata das contas do testamento e o segundo contém informação sobre usufrutos de bens deixados pelo falecido.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1911\)](#)

Apensos: [Contas de testamento \(1911\)](#) e [Informação \(1931\)](#) 



Marquês de São João da Palma (1779-1843)

BRASÃO DO MARQUÊS DE SÃO JOÃO DA PALMA²⁵

DADOS PESSOAIS

Francisco de Assis Mascarenhas nasceu em Lisboa no dia 30 de setembro de 1779. Filho de José de Assis Mascarenhas e Elena Maria Josepha Xavier de Lima, casou-se com Joanna Bernardina dos Reis.

Foi Governador da Capitania de Goiás, Minas Gerais, Bahia e São Paulo, do qual também foi Senador. Foi também Conselheiro de Estado, Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Justiça e Mordomo-mór do Imperador D. Pedro I e membro de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Recebeu o título de 6º Conde da Palma, em 1810, e de Marquês, por decreto de 12 de outubro de 1825, por D. João VI, Rei de Portugal.

Foi agraciado como Grande do Império, com a Grã-cruz da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa.

Faleceu em 6 de março de 1843.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Carta precatória

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.340

DATAS-LIMITE: 1846-1847

PRODUTOR: Provedoria de Capelas e Resíduos da Corte

INVENTARIADO: Marquês e Marquesa de São João da Palma

INVENTARIANTE: Tenente General José Maria Pinto Peixoto


DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 134 folhas

NOTAS: Trata-se de Carta Precatória dirigida a Campos dos Goitacazes para que se arremate todos os bens pertencentes aos finados Marquês e Marquesa de São João da Palma que se encontram nesta cidade, a fim de que se possa vender o suficiente para pagar dívida deixada

²⁵ Ibidem, p. 451.

pelos finados. A herdeira da Marquesa de São João da Palma, Maria Margarida Mascarenhas, peticiona que se arremate apenas o montante suficiente a fim de liquidar a dívida existente e não todos os bens.

Consta a relação de bens do casal levados a pregão público. Traslado do edital com os bens e arrematação de 74 escravos, 48 cavalos e 20 potros. Embargos e motivos da herdeira para que se suste e anule a arrecadação de bens e razões do testamenteiro, dizendo que é necessário que se venda os bens para que contemple os encargos da testamentoria. Escritura de venda da herança da Marqueza de S. João da Paula para o Comendador João Pereira de Andrade por 21 contos de réis.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Carta Precatória \(1846\)](#) 



Marquês de São João Marcos (1772-1868)

BRASÃO DO MARQUÊS DE SÃO JOÃO MARCOS²⁶

DADOS PESSOAIS

Pedro Dias Paes Leme nasceu em Portugal no ano de 1772. Filho de Fernando Dias Paes Leme e Francisca Peregrina de Souza e Mello Cerqueira Correa, casou-se com Rita Ricardina Souza Coutinho, com quem teve 4 filhos, e contraiu segundas núpcias com Marianna Carolina de Souza Coutinho, com quem teve 9 filhos.

Foi 3º Senhor de São Joao Marcos, 3º Alcaide-mór da Bahia, Guarda-mór de todas as Minas e proprietário da Fazenda da Parahyba.

Recebeu o título de Barão com grandeza, por decreto de 1 de dezembro de 1822; Marquês por decreto de 12 de outubro de 1826. Foi também Barão, em Portugal, por decreto de 5 de fevereiro de 1818.

Foi Grande do Império; Reposteiro-mór de S. Magestade e Gentil Homem da Imperial Câmara. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo e Cavaleiro da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Viçosa, em Portugal.

Faleceu no dia 15 de dezembro de 1868, em Vassouras, Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Embargos

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB.1-2.002

DATAS-LIMITE: 1834

PRODUTOR: Juízo Municipal da Vila de Paraíba do Sul


AUTOR: Marquês de São João Marcos

RÉU: Thimoteo Victorino de Oliveira

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 10 folhas

²⁶ Ibidem, p. 449.

NOTAS: O Marquês de São João Marcos, por meio de seu Procurador, o Tenente Joaquim José dos Santos Silva, requer mandado para embargar a roçada que alega o réu estar fazendo em suas terras, na Fazenda da Parahyba.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Embargos \(1834\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Embargos

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ.PNB.1-2.003

DATAS-LIMITE: 1834


PRODUTOR: Juízo Municipal da Vila de Paraíba do Sul

EMBARGANTE: Marquês de São João Marcos

EMBARGADO: Sargento-mór Antônio Barroso Pereira

DIMENSÃO E SUPORTE: processo com 10 folhas

NOTAS: O Marquês de São João Marcos, por meio de seu Procurador o Tenente Joaquim José dos Santos Silva, requer mandado para embargar obra de rancho e roçada que alega o réu estar fazendo em suas terras, na Fazenda da Parahyba.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Embargos \(1834\)](#) 



BRASÃO DO CONDE DE SÃO MAMEDE²⁷

3º Conde de São Mamede (1881-1962)

DADOS PESSOAIS

Alfredo Ferreira Pereira Felício nasceu no dia 27 de dezembro de 1881, no Porto, Portugal. Filho de José Ferreira Felício (2º Conde de São Mamede) e Lídia Smoth de Vasconcelos, casou-se com Fernanda Lobo de àvila Vascolcelos da Graça com quem teve 2 filhos.

Engenheiro agrônomo e proprietário rural, foi fundador da Câmara Portuguesa de Comércio do Rio Grande do Sul, presidente da Comissão Pró-Pátria Portuguesa de Pelotas, membro acionista da Companhia Frigorífica Rio Grande e conselheiro e membro da União de Criadores do Rio Grande do Sul.

Recebeu autorização de uso do título de Conde em 1917, dado por D. Manuel II, de Portugal, no exílio.

Faleceu em 23 de outubro de 1962, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Requerimento

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.314

DATAS-LIMITE: 1929 - 1931


PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara da Provedoria e Resíduos do Distrito Federal

SUPPLICADO: Conde de São Mamede

SUPPLICANTE: Banco Germânico da America do Sul

DIMENSÃO E SUPORTE: processo com 6 folhas

NOTAS: Trata-se de um apenso de reserva de cota a fim de ser juntada nota promissória na partilha do inventário. Não consta no nosso acervo o inventário da 2ª Condessa de São Mamede, mãe do Conde, apenas o apenso. Banco Germânico da América do Sul portador de nota promissória emitida pelo Conde de São Mamede. Consta do processo procuração e traslado de uma nota promissória. O Juiz foi Pontes de Miranda.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Requerimento \(1929\)](#) 

²⁷ PINTO, Op. Cit, Tomo II, p. 570

1º Conde de São Salvador de Matosinhos (1820-1888)

DADOS PESSOAIS

João José dos Reis nasceu em Matosinhos, Portugal, no dia 11 de maio de 1820. Filho de Francisco José dos Reis e Rita Rosa da Silva, casou-se com Josephina Maria do Amaral, com quem teve 2 filhos. Contraíu segundas núpcias com Henriqueta Januária da Silva Reis, com quem teve 13 filhos.

Foi fidalgo da Casa Real e agraciado como comendador da Ordem de Cristo de Portugal e do Brasil, da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Viçosa (Portugal); dignatário, comendador e cavaleiro da Ordem da Rosa, Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Vila de Viçosa, de Portugal.

Recebeu o título de Visconde por decreto de 5 de junho de 1873 e de Conde por decreto de 29 de janeiro de 1880, criado por D. Luiz I, rei de Portugal.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1888.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.226

DATAS-LIMITE: 1888-1922

PRODUTOR: Juízo de Órfãos da 1ª Vara da Corte / Câmara Civil do Tribunal Civil e Criminal.

INVENTARIADO: Conde de São Salvador de Matosinhos

INVENTARIANTE: Henriqueta Januária da Silva, Condessa de São Salvador de Matosinho

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 3 volumes e 1023 folhas. Dois apensos: Autos de sub-rogação de apólice da dívida pública geral por prédio (1902) com 50 folhas e Extinção de usufruto (1922) com 48 folhas

NOTAS: Trata-se do inventário do 1º Conde de São Salvador de Matosinhos, onde o 2º Visconde é um dos herdeiros. Consta do inventário contas da avaliação; recibos; cálculos de liquidação; escritura de quitação; petição; ofício; termo de compromisso; contas de venda; carta precatória; carta rogatória; petição e talões de impostos.

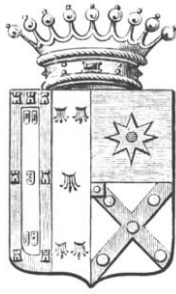
O primeiro apenso trata-se dos autos de sub-rogação de apólices de dívida pública geral por prédio, cuja suplicante é Henriqueta dos Reis, filha do 1º Conde de São Salvador de Matosinhos.

O segundo apenso trata-se de extinção de usufruto que com o falecimento do 2º Conde de São Salvador de Matosinhos, usufrutuário, se extinguiu.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1888\) – Volume 1](#), [Inventário \(1888\) – Volume 2](#), [Inventário \(1888\) - Volume 3](#)

Apensos: [Subrogação de Apolice de Dívida Pública \(1902\)](#) e [Extinção de usufruto \(1922\)](#)





2º Conde de São Salvador de Matosinhos (1846-1922)

BRASÃO DO CONDE DE SÃO SALVADOR DE MATOSINHOS²⁸

DADOS PESSOAIS

João José dos Reis Júnior nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1846. Filho de João José dos Reis (1º Visconde de São Salvador de Matosinhos) e de Josephina Maria do Amaral, casou-se com Elisa Carlota Habbert, com quem teve uma filha. Contraiu segundas núpcias com Maria Garcia dos Reis e não tiveram filhos.

Foi negociante e proprietário no Rio de Janeiro, sendo dono do Jornal *O Paiz* editado nesta cidade.

Recebeu o título de Visconde, foi renovado por decreto de 15 de abril de 1886 e o de Conde, por decreto de 14 de março de 1889, ambos de D. Luís, de Portugal.

Foi agraciado como Comendador da Ordem de Cristo.

Faleceu em Paris, no ano de 1922.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.226

DATAS-LIMITE: 1888-1922

PRODUTOR: Juízo de Órfãos da 1ª Vara da Corte / Câmara Civil do Tribunal Civil e Criminal

INVENTARIADO: Conde de São Salvador de Matosinhos

INVENTARIANTE: Henriqueta Januária da Silva, Condessa de São Salvador de Matosinho

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 3 volumes e 1023 folhas. Dois apensos: Autos de sub-rogação de apólice da dívida pública geral por prédio (1902) com 50 folhas e Extinção de usufruto (1922) com 48 folhas

NOTAS: Trata-se do inventário do 1º Conde de São Salvador de Matosinhos, onde o 2º Visconde é um dos herdeiros. Consta do inventário Contas da Avaliação; Recibos; Cálculos de Liquidação;

²⁸ Ibidem, p. 581.

Escritura de Quitação; Petição; Ofício; Termo de Compromisso; Contas de Venda; Carta Precatória; Carta Rogatória; Petição; Talões de Impostos.

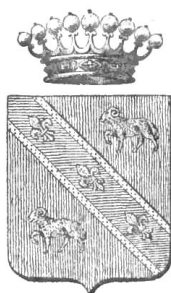
O primeiro apenso trata-se dos autos de sub-rogação de Apólices de Dívida Pública Geral por Prédio, cuja suplicante é Henriqueta dos Reis, filha do 1º Conde de São Salvador de Matosinhos.

O segundo apenso trata-se de Extinção de Usufruto que com o falecimento do 2º Conde de São Salvador de Matosinhos, usufrutuário, se extinguiu.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1888\) – Volume 1](#), [Inventário \(1888\) – Volume 2](#), [Inventário \(1888\) - Volume 3](#)

Apensos: [Subrogação de Apolice de Dívida Pública \(1902\)](#) e [Extinção de usufruto \(1922\)](#)





BRASÃO DO CONDE DE SÃO SIMÃO²⁹

Conde de São Simão (1804-1865)

DADOS PESSOAIS

Paulo Fernandes Carneiro Vianna nasceu em 10 de março de 1804. Filho de Paulo Fernandes Vianna e Luiza Rosa Carneiro da Costa, casou-se com Honorata Carolina Benigna da Penha de Azevedo Barroso.

Foi Senhor da Estância de São Simão, no Rio Grande do Sul, Intendente de Polícia, Coronel Chefe da 2ª Legião e Comandante Superior Interino da Guarda Nacional.

Recebeu o título de Barão, por decreto de 22 de janeiro de 1823 e de Conde, por decreto de 12 de outubro de 1826. Recebeu também o título de Barão, por Portugal, em Alvará de 6 de fevereiro de 1818.

Foi agraciado como Grande do Império e Gentil Homem da Imperial Câmara; Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro; Comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa. Foi agraciado pelo Príncipe Regente D. João com a mercê do Foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e como Cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição de Viçosa, de Portugal.

Faleceu em 14 de fevereiro de 1865, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1.2.334

DATAS-LIMITE: 1846

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara Cível da Corte

INVENTARIADO: Luiza Rosa Carneiro da Costa

INVENTARIANTE: Conde de São Simão

DIMENSÃO E SUPORTE: inventário com 296 folhas. Três apensos: Precatória para avaliação de Bens (1846) com 16 folhas; avaliação de bens (1846) com 10 folhas e testamento (1833) com 18 folhas

²⁹ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 466.

NOTAS: Consta do inventário petições, recibos, contas de inventário, e relação de bens. A inventariada é mãe do Conde de São Simão e viúva do Conselheiro e Desembargador do Paço, Paulo Fernandes Vianna. O Conde de Caxias é citado no inventário por ser representante da esposa, Anna Luiza Carneiro Vianna de Lima, herdeira e filha da inventariada.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1846\)](#)

Apensos: [Precatória para Avaliação de Bens \(1846\)](#), [Avaliação de Bens \(1846\)](#) e [Testamento \(1833\)](#)





COROA DO MARQUÊS DE SÃO VICENTE³⁰

Marquês de São Vicente (1803-1878)

DADOS PESSOAIS

José Antônio Pimenta Bueno nasceu no dia 4 de dezembro de 1803, em Santos. Filho de José Antônio Pimenta Bueno e Mariana Benedita de Faria e Albuquerque, casou-se com Balbina Henriqueta de Faria, com quem teve 6 filhos.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi Juiz de Fora, da Alfandega e Chefe de Polícia em Santos; Juiz de Direito da Comarca de São Paulo e do Paraná; Desembargador dos Tribunais da Relação do Maranhão e da Relação da Corte, aposentado com honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Como político, foi Deputado Provincial, Geral e Senador por São Paulo; Presidente da Província de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, chegando a exercer as duas funções cumulativamente, em 1848. Entre 1870 e 1871. Quando servia na pasta dos Estrangeiros, foi Presidente do Conselho de Ministros. Sagrou-se Conselheiro de Estado em 1859, atuando com destaque em cinco projetos que foram base para a lei do *Ventre Livre*. Exerceu também a diplomacia, sendo encarregado de negócios e Cônsul-Geral no Paraguai.

Foi importante escritor de obras jurídicas como *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*, *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro* e *Direito internacional privado e aplicação de seus princípios às leis particulares do Brasil*.

Recebeu o título de Visconde com grandeza, por decreto de 14 de março de 1867 e Marquês, por decreto de 15 de outubro de 1872.

Foi agraciado como Dignatário da Imperial Ordem da Rosa.

Faleceu em 19 de fevereiro de 1878, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Partilha

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.090

DATAS-LIMITE: 1878-1885

PRODUTOR: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Corte

FINADO: Marquês de São Vicente


³⁰ VASCONCELLOS, Op. Cit., p. 468.

AUTORES: Marquesa de São Vicente e outros

DIMENSÃO E SUPORTE: processo com 48 folhas

NOTAS: Partilha amigável dos bens do Marquês de São Vicente entre a Marquesa de São Vicente, viúva, e seus filhos: Manuel Antônio Pimenta Bueno, José Antônio Pimenta Bueno, Francisco de Paula Oliveira Borges (genro) casado com Emília Bueno de Oliveira Borges, Dona Josefina Pimenta Bueno, Joaquim Baptista Pimenta Bueno e Haroldo Pio Pimenta Bueno.

Consta do processo lista de bens, dentre eles um terreno desmembrado da antiga Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, denominado de Morro Queimado; lista e matrícula de escravizados.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Partilha \(1878\)](#) 

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.133

DATAS-LIMITE: 1883-1888


PRODUTOR: Juízo Municipal da Vila de Paraíba do Sul

INVENTARIADA: Marquesa de São Vicente

INVENTARIANTE: Tenente Coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno

DIMENSÃO E SUPORTE: processo com 42 folhas

NOTAS: O Tenente Coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno, Dona Josephina Bueno, Bacharel Francisco de Paula Oliveira Borges - representando sua esposa Dona Emília Bueno de Oliveira Borges, Joaquim Baptista Pimenta Bueno - representado por seu procurador Haroldo Pio Pimento Bueno procedem inventário e partilha de bens da finada Marquesa de São Vicente, falecida no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1883.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1883\)](#) 

Conde de Sebastião de Pinho (1859-1926)

DADOS PESSOAIS

Sebastião de Pinho nasceu em Portugal no ano de 1859.

Foi diretor do Banco Paris e Rio.

Recebeu o título de Conde, por decreto de 25 de julho de 1891, do rei Carlos I, de Portugal.

Faleceu em 1916.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Cobrança

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.362

DATAS-LIMITE: 1897-1902

PRODUTOR: 1ª Pretoria do Distrito Federal / Câmara Comercial do Tribunal Civil e Criminal


AUTOR: Os Síndicos da Cessão de Bens do Conde Sebastião de Pinho

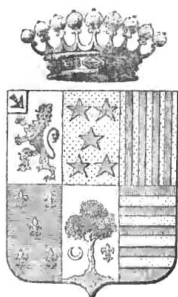
RÉU: Tertuliano Ramos

DIMENSÃO E SUPORTE: processo 39 folhas

NOTAS: Ordinária de Cobrança relativa a ação de Protesto de 1897.

Nos Autos de Protesto, a Comissão de sindicância nomeada para dar parecer sobre a Cessão de bens requerida perante a Câmara Comercial por Sebastião Pinho, composta dos Bancos de Depósitos e Descontos e da Lavoura e do Comércio do Brasil, pretendem interromper a prescrição da letra vencida em 30 de junho de 1892, de aceite de Tertuliano Ramos, pertencente a dita massa. Consta do processo procuração, certidão e rol de testemunhas.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Cobrança \(1897\)](#) 



BRASÃO DO CONDE DE TOCANTINS³¹

Conde de Tocantins (1809-1894)

DADOS PESSOAIS

José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho nasceu em 7 de outubro de 1809, no Rio de Janeiro. Filho de Francisco de Lima e Silva e Marianna Cândida de Oliveira Bello, casou-se com Emiliana de Moraes, com quem teve 1 filho. Contraiu segundas núpcias com Maria Balbina da Fonseca Costa, com quem teve 5 filhos.

Militar, era irmão do Duque de Caxias. Combateu contra os liberais em Minas Gerais, nas revoltas de 1842. Retirou-se da carreira militar e dedicou-se a política, sendo Deputado Provincial por Minas Gerais e Rio de Janeiro pelo Partido Conservador. Exerceu a presidência do Banco do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e a diretoria da Caixa Econômica e Monte de Socorro.

Recebeu o título de Visconde com grandeza, por decreto de 17 de julho de 1872; e de Conde, por decreto de 30 de março de 1889.

Veador de Sua Magestade a Imperatriz, foi agraciado como dignatário da Imperial Ordem da Rosa; Comendador da Imperial Ordem de Cristo; da Imperial Ordem de Vila Viçosa e de São Bento de Avis, de Portugal e da Ordem Ernestina de 2ª Classe, pela Casa Ducal da Saxônia.

Faleceu em 21 de agosto de 1894 no Rio de Janeiro.

PROCESSOS

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO (ASSUNTO): Inventário

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR RJTJMJ. PNB.1-2.336

DATAS-LIMITE: 1876-1877

PRODUTOR: Juízo da 1ª Vara de Órfãos da Corte

INVENTARIADO: José Alvez Fragoso

INVENTARIANTE: Visconde de Tocantins

DIMENSÃO E SUPORTE: Processo com 36 folhas. Um apenso: Arrematação de móveis (1876) com 14 folhas

³¹ VASCONCELLOS, Op. Cit.; p. 509.

NOTAS: Diz o Visconde de Tocantins, que tendo aceitado a testamentaria do finado padre José Alves Fragozo, quer proceder o inventário por este juízo, visto como entre os herdeiros instituídos em testamento, há dois menores e para esse fim requer. Consta do inventário petição, certidão de testamento, relação de bens, declarações e documentos.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Versão digital disponível online – [Inventário \(1876\)](#)

Apenso: [Arrematação de móveis \(1876\)](#)



Referências

INTRODUÇÃO

- ELIAS, Norbert (1897 – 1990). **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993, V2.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II; São Paulo. Companhia das Letras, 1998.
- TOSTES, Vera Lucia Bottrel. **Títulos e brasões, sinais da Nobreza**: Titulares brasonados do Império. Rio de Janeiro e São Paulo; Rio de Janeiro, JC Editora, 1996.

AS FORMAS DE MORAR DA ARISTOCRACIA CAFEIRA E OS INVENTÁRIOS

- CARITA, Helder. **A casa senhorial em Portugal**. Editora Leya, Lisboa, 2015.
- FAZENDA SANTA MONICA. **A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa**: Anatomia dos Interiores. Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casos-de-estudo/casosdeestudo/585-fazenda-santa-monica>. Acesso em 20 ago. 2022
- FRAGOSO, João. **A nobreza vive em bandos**: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. Revista Tempo, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.
- MARTINHO, Lenira Menezes. GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- ROCHA, Justiniano José da. **Biografia de Manoel Jacinto Nogueira da Gama Marquês de Baependi**. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de Laemmert. 1851.
- WALSH, Robert. **Notices of Brazil in 1828 and 1829**. London: F. Westley and A. H. Davis, 1830.

FAMÍLIA IMPERIAL E NOBREZA TITULADA

- 100 Anos que Fizeram a História. **Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.cccrj.com.br/rio/historia_1.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.
- 15 de novembro de 1889, A República no Brasil. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=346367>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- A Associação Commercial na Câmara dos Deputados. Discurso pronunciado pelo deputado Walter Gosling, na sessão de hontem da Câmara dos Deputados. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1934, primeira secção, p. 7. Disponível em: <https://archive.org/details/1934-setembro-02-domingo-correio-da-manha/1934%20Setembro%2009%20Domingo%20Di%C3%A1rio%20de%20Not%C3%ADcias/page/n5/mode/2up?q=%22Conde+de+Tocantins%22>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- A Herança do Conde. **O Castro Manco**. Disponível em <https://ocastromanco.blogspot.com/2016/04/a-heranca-do-Conde.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

A História da Câmara dos Deputados. José da Costa Carvalho. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_carvalho2.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

A morte do conde de Alves Machado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1915, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/29578. Acesso em: 15 ago. 2022.

A Regência Trina Permanente. **MultiRio**. Disponível em <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8931-a-reg%C3%Aancia-trina-permanente>. Acesso em: 19 nov. 2020.

ACADEMIA Nacional de Medicina. Disponível em: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2270. Acesso em: 22 jun. 2020.

AGÊNCIA de Comunicação Digital em Porto. **Web4 Business Real**. Disponível em <https://www.web4business.com.br/sites/agencia-de-comunicacao-digital-em-porto-real/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ALECRIM, Michel. O lado B da Princesa Isabel. **Portal Geledés**, 2017 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-lado-b-da-princesa-isabel/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ALEGRIO, Leila Vilela. **Donas do Café**: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro, Letra Capital, 2011. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Donas_do_Caf%C3%A9/1AyyCwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=%22condessa+do+rio+novo%22&pg=PA89&printsec=frontcover. Acesso em: 01 ago. 2022.

ALFREDO Ferreira Pereira Felício, 3.º Conde de São Mamede. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Alfredo-Fel%C3%ADcio-3-%C2%BA-Conde-de-S%C3%A3o-Mamede/6000000040654110225>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALFREDO Ferreira Pereira Felício, 3º Conde de São Mamede. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/53840/alfredo-ferreira-pereira-felicio-3-Conde-de-sao-mamede/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para 1891. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1891, p. 582. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=616>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ANUARIO administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1908. Rio de Janeiro, Adriano Maury & C, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=34524&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ANTONIO Maria de Castelo Branco de Vasconcelos e Sousa, 10 Conde de Pombeiro. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B3nio-Maria-de-Castelo-Branco-de-Vasconcelos-e-Sousa-10-%C2%BA-Conde-de-Pombeiro/6000000022893096729>. Acesso em: 11 dez. 2020.

ANUÁRIO Genealógico Brasileiro. **Revista Genealógica Brasileira**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, vol. 9, 1947. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Anu%C3%A1rio_geneal%C3%B3gico_brasileiro/6CfTAAAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 01 jul. 2022.

ARAÚJO, Marcos Paulo Mendes. Iguassú e sua Guarda Nacional: um símbolo de poder no sertão de Jeriximó. In: **Revista Pilares da História**. Ano 9, n. 10. Maio de 2010, pp. 61-66 Disponível em http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/revistas_pilar_hist/10_revista_pilares_da_historia.pdf#page=60. Acesso em: 25 ago. 2020.

ARQUIVO Distrital de Vila Real. **Livro de Registro de Baptismos** (1847-1860). Disponível em: http://www.advrl.org.pt/documentacao/digi/iViewer2.php?w=PT-ADVRL-PRQ-PVRL29-001-010&imgfile=galleries/PRQ/PT-ADVRL-PRQ-PVRL29-001-010/PT-ADVRL-PRQ-PVRL29-001-010_m0057.jpg. Acesso em: 02 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). André Gustavo Paulo de Frontin. **Mapa**: Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/828-andre-gustavo-paulo-de-frontin-2>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaéla Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, Princesa Isabel. **MAPA**: Memória da administração Pública Brasileira, 2020. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/550-isabel-cristina-leopoldina-augusta-micaela-gabriela-rafaela-gonzaga-de-braganca-e-bourbon-princesa-isabel>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá. **MAPA**: Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/670-joao-lustosa-da-cunha-paranagua-marques-de-paranagua>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. **MAPA**: Memória Da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/572-jose-antonio-pimenta-bueno-Marquês-de-sao-vice>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre. **MAPA**: Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/754-jose-da-costa-carvalho-Marquês-de-monte-alegre>. Acesso em: 19 nov. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. **MAPA**: Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/575-luiz-alves-de-lima-e-silva-duque-de-caxias>. Acesso em: 08 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes. **MAPA**: Memória da Administração Pública Brasileira, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/776-miguel-calmon-du-pin-e-almeida-Marquês-de-abrantes>. Acesso em: 04 out. 2021.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Bernardino Ferreira da Costa e Sousa**. (Alvará. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2089418>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Bernardino Ferreira da Costa e Sousa**. (Carta de Título. Visconde de S. Cosme, em sua vida). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2096978>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **João Manuel Fernandes Feitosa** (Carta de Título. Conde da Feitosa). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2092014>. Acesso em: 09 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **João Manuel Fernandes Feitosa** (Carta. Título de Visconde de Feitosa em sua vida). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7388668>. Acesso em: 09 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Manuel Joaquim Alves Machado**. (Carta. Concedendo-lhe o Título de Conde de Alves Machado). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2096377>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Manuel Joaquim Alves Machado**. (Carta. Título de Visconde de Alves Machado em sua vida). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7388799>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Processo de requerimento de passaporte do Conde de Feitosa**. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6100755>. Acesso em: 09 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Sem Titulo** (Carta. Concedendo-lhe o Título de Conde de São Cosme do Vale). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2106704>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ARQUIVO Nobiliárquico Brasileiro. Motta Maia. **Wikisource**. Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Arquivo_nobiliarchico_brasileiro/Motta_Maia_\(Bar%C3%A3o,_Visconde_com_grandeza_e_Conde_de\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Arquivo_nobiliarchico_brasileiro/Motta_Maia_(Bar%C3%A3o,_Visconde_com_grandeza_e_Conde_de)). Acesso em: 22 jun. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO do Estado de São Paulo. **Guia do Acervo**. Fundo BR SPAPESP JCC. José da Costa Carvalho. Disponível em <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/jose-da-costa-carvalho;isad> Acesso em: 19 nov. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Representantes de Minas Geraes**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1032.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

ASSIS, Machado de. **Correspondência de Machado de Assis**: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Silva Eleutério. Rio de Janeiro, ABL, 2009. Disponível em: <https://archive.org/download/JoaquimMariaMachadoDeAssisCorrespondnciaDeMachadoDeAssisTomoII18701889/Joaquim%20Maria%20Machado%20de%20Assis%2C%20Correspond%C3%Ancia%20de%20Machado%20de%20Assis%20%20tomo%20II%2C%201870-1889.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A saudade é cor de rosas**: memórias de Amélia de Leuchtenberg – Imperatriz do Brasil. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/en/publications/works/arte-cultura-e-patrimonio-do-romantismo-actas-do-1o-coloquio-201csaudade-perpetua201d/a-saudade-e-cor-de-rosa-memorias-de-amelia-de-leuchtenberg-imperatriz-do-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2022.

AVISOS fúnebres. **A Batalha**. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1931, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=175102&pagfis=4326&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 16 nov. 2020.

AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de história religiosa de Portugal**. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 2000. Disponível em: <https://archive.org/download/diciona-rio-de-histo-ria-religiosa-de-portugal-a-c-parte-3/DICION%C3%81RIO%20DE%20HIST%C3%93RIA%20RELIGIOSA%20DE%20PORTUGAL%20%28A-C%29%20PARTE%203.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BAENA, Sanches de. **Diccionario Aristocrático**. Lisboa, Typ. do Panorama, 1867. Disponível em: <https://archive.org/download/diccionarioaris01unkngoog/diccionarioaris01unkngoog.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BAENA, Visconde de Sanches de. **Archivo Heraldico-Genealógico**. Lisboa, Typographia Universal, 1872. Disponível em:

<https://archive.org/download/archivoheraldic00unesgoog/archivoheraldic00unesgoog.pdf>.
Acesso em: 28 jul. 2022.

BANCO do Brasil: Relação dos Presidentes (Desde 1853). **Associação de Aposentados, Fundionários e Pensionistas do Banco do Brasil** (AAPBB). Disponível em: <http://aapbb.org.br/index.php/noticias/banco-do-brasil-relacao-dos-presidentes-desde-1853-2/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BARATA, Carlos Eduardo. Diplomatas Portugueses no Brasil. **Colégio Brasileiro de Genealogia**. Disponível em <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/diplomatas-portugueses-II.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cTL6qNJ3aZsC&oi=fnd&pg=PA9&dq=princesa+isabel&ots=DpFwKvGrnT&sig=QA9a8p0TRoBcglmGk4Epv0X8d8U#v=onepage&q=princesa%20isabel&f=false>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BARÕES e Viscondes: 2ª Condessa Rio Novo. **Genealogia e História**. Disponível em http://www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesViscondes.asp?categoria=3&categoria2=2&subcategoria=333. Acesso em: 11 jan. 2021.

BARROS, José Fernando Cedeño de. A Família Imperial do Brasil e o Ramo Real Francês. **Revista da ASBRAP**, nº 20. Disponível em http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev20_art7.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

BATALHÃO RONDON, 8º Batalhão de Engenharia de Construção. Luiz Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias.. **Exército Brasileiro**. Disponível em <http://www.8bec.eb.mil.br/institucional/patronos/luiz-alves-de-lima-e-silva-duque-de-caxias.html>. Acesso em: 08 out. 2020.

BEILER, Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves. Breves Café: **História do Café no Brasil Imperial**. Disponível em: <http://brevescafe.net/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BERNARDINO Ferreira da Costa e Souza. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro. 10 de julho de 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=709670&pagfis=2651&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Tip. G. Leuzinger, 1876. Disponível em: <https://archive.org/download/annaesdabibliot06bragoog/annaesdabibliot06bragoog.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BIOGRAFIA do Exm. Sr. Senador Marquês de Itanhaem. Rio de Janeiro, Tip. Do Correio Mercantil, 1867. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1472154/or1472154.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/14856?_ga=2.17554801.999593084.1654793995-5-504682040.1654793995. Acesso em: 9 jun. 2022.

BOLETIM do Grande Oriente do Brazil. **Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira**; n. 6, 13º Anno, junho 1884. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1884_00006.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999. In: **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-GWR1-Q?i=64&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6FD2-LPWG>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL, Minas Gerais, Registros da Igreja Católica, 1706-1999. Santa Bárbara Santo Antônio Matrimônios 1802, Abr-1816. In: **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-P876-W?wc=M5FJ-T3N%3A369592701%2C369590902%2C370222601&cc=2177275>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012. In: **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79HH-DST2>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BRASIL, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980, In: **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-RZ33-RH?from=lynx1UIV8&treeref=9VSI-NLC>. Acesso em: 27 jul. 2022. <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R8NZ-S?personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8P-9H6M> e <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-GJVN-5?i=8&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8Y-CCB9> Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Assembleia Geral. Senado. Notícia dos senadores do Imperio do Brasil desde 1826; de ocorrências concernentes às respectivas eleições; e dos presidentes e vice-presidentes do Senado desde 1826. Das regências e dos regentes do Império dos ministros e secretários de estado desde 1822. Dos conselheiros de estado de 1823 a 1834, e de 1841 em diante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 173. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179483>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962. Institui e homologa a escolha de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51429-13-marco-1962-391353-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASILEIROS Ilustres em Petrópolis: Conde de Motta Maia. **Instituto Histórico de Petrópolis** Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=2034>. Acesso em: 31 mar. 2022.

CADENA, Nelson. O Conde Pereira Marinho. **Jornal Correio**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-Conde-pereira-marinho/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CALDAS, Andréa Christina Silva Panaro. **Genealogia da família imperial brasileira**. São Paulo: AgBook, 2011.

CALMON, Pedro. **A Princesa Isabel: “a redentora”**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1941. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/291/1/207%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CALMON, Pedro. Imagem e glória do duque de Caxias. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Brasília, Rio de Janeiro: 1980, nº 327, abr. / jun. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKsMU1heUZFMlBtbDA/view?resourcekey=0-oafnrLHfUpRtleWcS7NCWg. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Galeria de Ex-presidentes**. Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/braz_gama1.html. Acesso em: 23 set. 2020

CAMPOS, Joaquim Pinto de. **Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, barão, conde, marquês e duque de Caxias, desde o nascimento em 1803 até 1878.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Disponível em: <https://ia600205.us.archive.org/22/items/vidadograndecida00pintuoft/vidadograndecida00pintuoft.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **História da civilização brasileira.** Tomo II. O Brasil Monárquico. 2º Volume. Dispersão e Unidade. 3ª edição. São Paulo: Dispersão Européia do Livro, 1972.

CARNEIRO, Eduardo Santos. **Conde S. Cosme do Vale.** Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão. 1 de junho de 2007. Disponível em: <https://anacatarina12.blogs.sapo.pt/3233.html>. Acesso em: 21 jan. 2021

CARVALHO NETO, Fernando. **Os nobres do Brasil.** 2ª ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Reproduções Cópias e Matrizes Ltda., 1990.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Silvio Álvares Penteadó. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/penteadó-silvio-alvares>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CASTRO, Rute Andrade; SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Influência Britânica no Império: As Primeiras Explorações Mineraias na Bahia. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, vol. 5, n. 9, jul/dez. 2015. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/268397089.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. **A demarcação territorial indígena e o problema do "marco temporal": o Supremo Tribunal Federal e o indigenato do Min.** João Mendes de Almeida Júnior (1856-1923). 2016.96 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/10699>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CHAPEAU Bas. **Rua do Ouvidor.** Rio de Janeiro, 1 de junho de 1907, ano XI, n. 474, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/341398/313>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CLÁUDIO Velho da Motta Maia (Conde de Motta Maia) **Academia Nacional de Medicina** Disponível em: <https://www.anm.org.br/claudio-velho-da-motta-maia-Conde-de-motta-maia/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COLÉGIO Brasileiro de Genealogia. **Carta Mensal.** Ano VIII, nº 42, jul/set. 1996. Disponível em <http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/cm42.pdf>. Acesso em: 10 fev 2021.

COLEÇÃO CS. Paulo Fernandes Carneiro Vianna (conde de São Simão). **Museu Histórico Nacional.** Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/paulo-fernandes-carneiro-vianna-conde-de-sao-simao>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COLEÇÃO SV. São Vicente (marquês). **Museu Histórico Nacional.** Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/index.php/sao-vicente-marques>. Acesso em: 11 jul. 2022.

COLLABORAÇÃO. **Jornal do Recife.** Recife, 6 de junho de 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/15463>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CONDE de Moreira Lima. **Correio Paulistano.** São Paulo, 3 de julho de 1926, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_07/21876. Acesso em: 13 jul. 2022.

CONDE de Moreira Lima. **Prefeitura de Lorena.** Disponível em: <http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/2017/06/22/Conde-de-moreira-lima/>.

Acesso em: 17 nov. 2020 e

<http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/2018/06/11/Conde-de-moreira-lima-joaquim-jose-de-moreira-lima/>. Acesso em: 04 fev. 2022

CONDE de Motta Maia. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1897, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/26504. Acesso em: 18 jul. 2022.

CONDE de São Mamede. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/1280/Condes-de-sao-mamede/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CONDE de Sebastião de Pinho. **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_de_Sebasti%C3%A3o_de_Pinho. Acesso em: 24 jun. 2020.

CONDE Sylvio Penteadado. **Bandeira Quadriculada**. Disponível em: http://www.bandeiraquadriculada.com.br/Sylvio_Penteadado.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

CONDES de Agarez. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/7/Condes-de-agarez/>. Acesso em: 27 ago 2021.

CONDES de Pombeiro. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/990/Condes-de-pombeiro/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CONDES de Porto Brandão. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/1008/Condes-de-porto-brandao/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CONDES de São Salvador de Matosinhos. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/1304/Condes-de-sao-salvador-de-matosinhos/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CONDES de Sebastião de Pinho. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/titulo/1324/Condes-de-sebastiao-de-pinho/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CONDESSA de Cambolas e Marquesa de Palarin. **Jornal Local**. Disponível em: <http://www.local.jor.br/colunas/ler/8482/Condessa-de-cambolas-e-Marquesa-de-palarim>. Acesso em: 25 set. 2020.

CORRÊA, Eduardo Joaquim. Sebastião de Pinho. **O Mequetrefe**. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1891; Ano 17; nº 525. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709670/per709670_1891_00525.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1860, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/18115>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Correio Oficial. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1833, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/50>, 25 de setembro de 1833, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/290>, 14 de janeiro de 1835, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/1835>, 4 de outubro de 1836, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749443/3835>. Acesso em: 13 jul. 2021.

D. Antônio Maria de Castelo-Branco de Vasconcelos e Sousa, 10º Conde de Pombeiro. **Geneall**. Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/1180/pessoas.php?id=1050423>. Acesso em: 11 dez. 2020.

D. Antônio Maria de Castelo-Branco de Vasconcelos e Sousa, 10º Conde de Pombeiro. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/21043/d-antonio-maria-de-castelo-branco-de-vasconcelos-e-sousa-10-conde-de-pombeiro/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "redentora dos escravos"**: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281776>. Acesso em: 21 jul. 2020.

DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano (1827-1831). **Revista de História Regional**. 12(2): 29-50, Inverno, 2007. Disponível em <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2246>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DEISTER, Sebastião. Marquês (e Barão com grandeza) de São João Marcos Pedro Dias Paes Leme. **Jornal Regional**. Disponível em <http://www.jornalregional.rio/jornalregional2/noticia/buscarNoticia?id=5113>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DEPUTADOS provinciaes. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1857, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/11981. Acesso em: 9 ago. 2022.

DIAS, Joaquim. Conde de São Mamede. **Professor Joaquim Dias**. Disponível em: <http://professorjoaquimdias.blogspot.com/2017/01/conde-de-sao-mamede.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

DIAS, Vera. Catálogo Cândido Mendes. **Inventário dos Monumentos RJ**. Disponível em <http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iiCOD=232&iMONU=C%C3%A2ndido%20Mendes>. Acesso em: 13 nov. 2020.

DICCIONÁRIO Bibliográfico Brasileiro. D. Amélia, Duquesa de Bragança. **Wikisource**. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Diccionario_Bibliographico_Brasileiro/D._Amelia,_Duquesa_de_Bragan%C3%A7a_e_Imperatriz_do_Brazil. Acesso em: 16 jul. 2021.

DIRIGENTES das Maçonarias Portuguesas. Disponível em http://members.tripod.com/gremio_fenix/dirigentes.html. Acesso em: 04 dez. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 2.983, de 4 de fevereiro de 1929. Reconhece como logradouro público da cidade do Rio de Janeiro, com a denominação oficial aprovada, a rua Conde de Itaguahy no 16º Distrito – Tijuca. In **Publicações do Conselho Municipal**. Coleção de Leis Municipais e Vetos do Ano de 1929, organizada por J. B. Horta Barbosa, diretor da Secretaria do Conselho Municipal do Distrito Federal. Vol. LIII. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1930, p. 64. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/663816/11272>. Acesso em: 5 jul. 2022.

DOM Pedro I. Monarquia. Disponível em: <https://www.monarquia.org.br/dompedroi.html>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DUCOFF, Alexandre. História da cidade futuro: conheça tudo sobre o Conde Modesto Leal. **Jornal 24 Horas**. Disponível em: <https://24horasrio.com.br/2020/02/10/historia-da-cidade-futuro-conheca-tudo-sobre-o-conde-modesto-leal>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ESCOLA, Equipe Brasil. Amélia; **Brasil Escola**: Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/amelia.htm>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FALECEU em Lorena o Conde de Moreira Lima. **A Gazeta**. São Paulo, 3 de julho de 1926, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763900/23261>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FALLECIMENTO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1875, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/33205. Acesso em: 4 jul. 2022.

FALLECIMENTOS. **O Paiz**. 2 de fevereiro de 1911, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/5428. Acesso em: 03 ago. 2020.

FALLECIMENTOS. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1911, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/5428. Acesso em: 02 ago. 2022.

FALLECIMENTOS. **Pharol**. Juiz de Fora, 6 de julho de 1882, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/258822/1071>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FAMÍLIA Penteado. Disponível em: <https://www.familiapenteado.com.br/alvares.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FAZENDA Ponte Alta. **Instituto Cidade Viva**. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/26_pontealta.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

FERNANDA Lobo d'Ávila da Graça. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Fernanda-Lobo-d-%C3%81vila-da-Gra%C3%A7a/6000000023254112304>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol. XXII, 1959. Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=direct&doc_number=000007744&local_base=SEN01. Acesso em: 28 jun. 2022.

FONSECA, Martinho Augusto Ferreira da. **Almanak Ferin para 1902**: com uma relação dos ex-libris portugueses. Lisboa, Typ. da Livraria Ferin, 1902. Disponível em: <https://archive.org/download/almanakferinpara00fons/almanakferinpara00fons.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FRANCISCO Alves Machado, 1º Conde de Agarez. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/4592/francisco-alves-machado-1-Conde-de-agarez/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FRANCISCO Alves Machado. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Alves_Machado. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRANCISCO de Assis Mascarenhas. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francisco-de-Assis-Mascarenhas-6-%C2%BA-Conde-de-Palma-e-Marqu%C3%AAs-de-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-de-Palma/6000000021289705950>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GALERIA de Diretores. Conselheiro José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre) (1835-1836). **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. Disponível em http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_03.php. Acesso em: 19 nov. 2020.

GARCIA, Rodolfo (org.). **Obras do Barão do Rio Branco VI** : efemérides brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/975-Obras-do-Barao-do-Rio-Branco-VI-Efemerides-Brasileiras.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1883, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/3008>. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1883, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226688/2969>. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1880, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/492. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1911, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/28581. Acesso em: 02 ago. 2022.

_____. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1880, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/1062. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1882, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/3928. Acesso em: 29 jul. 2022.

GAZETILHA. Falecimento. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1865, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/9213. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. Título Estrangeiro. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1878, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/18363. Acesso em: 10 ago. 2022.

GOMES, Mariza da Silva. Titulares na Serra de Petrópolis. **Instituto Histórico de Petrópolis**. 2012 Disponível em http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20120412.htm. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

GUIMARÃES, Débora Cristina Carvalho. **Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel**. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/historiab/article/viewArticle/1778>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

GUIMARÃES, Rodrigo Régner Chemin. Pimenta Bueno: ideias precursoras do processo penal brasileiro no Segundo Império. In: **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**. Ano 2, n. 2, ago. 2005. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/02_pimentabueno.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

HIRATA, Alessandro. Notáveis do Direito: Cândido Mendes de Almeida, advogado e Senador do Império. **Jornal Carta Forense**. Disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/candido-mendes-de-almeida-advogado-e-senador-do-imperio/17538> Acesso em: nov. 2020.

HISTÓRIA da Fiesp: Galeria de Presidentes (de 1928 a 2015). 2013. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)**. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/infograficos/galeria-presidencia/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

HISTÓRIA. **Sociedade Rural Brasileira**. Disponível em: <http://www.srb.org.br/quem-e-a-srb/historia/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

HOFFBAUER, Daniela. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi. **Arquivo Nacional**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/758-manuel-jacinto-nogueira-da-gama-marquês-de-baependi>. Acesso em: 23 set. 2020.

IMPERADOR D. Pedro II do Brasil. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/D-Pedro-II-do-Brasil/6000000126734380821>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IMPERATRIZ dona Amélia. **Monarquia**. Disponível em: <https://www.monarquia.org.br/imperatrizdonaamelia.html>. Acesso em: 16 jul. 2021.

IMPERIAL Instituto dos Meninos Cegos. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1865, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/9417. Acesso em: 20 jun. 2022.

IMPÉRIO do Brasil. **Diário do Governo**. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1832, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706752/3613>. Acesso em: 14 jul. 2021.

INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. Memória e patrimônio dos afrodescendentes no Brasil: a colônia agrícola N^ª S^ª da Piedade Fazenda de Cantagalo-Paraíba do Sul: fim do século XIX e início do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Paulo, julho 2011. Disponível em

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300565404_ARQUIVO_Artigoemresumo-MemoriaepatrimoniodosafrodescendentesnoBrasil.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

INSTITUTO Cidade Viva. Fazenda Monte Alto In: **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/6_monte-alto.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

INSTITUTO do Açúcar e do Alcool. **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro, Of. de Indústrias Gráficas J. Lucena S/A, Ano XII; Vol. XXIV; ago 1944. Disponível em: <https://archive.org/download/brasilacucar1944vol23ago/brasilacucar1944vol23ago.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Capela Nossa Senhora da Piedade e coreto da praça da Autonomia. **Patrimônio Cultural Bens Tombados**. Disponível em http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/438. Acesso em: 11 jan. 2021.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); INSTITUTO Cultural Cidade Viva. **Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense**: Fazenda São Lourenço. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/13_faz-sao-lourenco_pg-197-a-205.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

INSTITUTO Genealógico Brasileiro. Comemorado o centenário do conde de Moreira Lima em Lorena. In **Revista Genealógica Brasileira**. Ano III. 1º Semestre de 1942. Nº 5, pp. 445-458. Disponível em: https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QacAqcrES8c5nFQzTZxwYiwOWCp8quX6Q7Sev6x4E13vcsYPyla58SB3E5BibycGg4r9NyEv_GEEFdsB1wr2kqE_1Fi12cI9SS453-1C4pdXkVKux3Vr14a5ROYc1Egflf2mA8gfuy1I5NrgCp9kXVWEyM3WSqWQfWLQbl3XjbbJrq9NH8fH3fUeJ_MJUILL7Dj_c4AQ5vMJ2CjWrW_ChABx6B3IAv0CvLhq_nxXQBdswgnFCSOMdg_r-W6N2aRq0-Pf4Un2GIVzPvU1euw9B5GEch91jsnZI-8kl2UHFIIH3Sy6rxMc. Acesso em: 14 jul. 2022.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). **Presidentes**. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

JOANA Bernardina do Nascimento. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Joana-Bernardina-do-Nascimento-Reis/6000000024746530502>. Acesso em: 25 jun. 2020.

JOÃO José dos Reis Júnior, 2º Conde de São Salvador de Matosinhos. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/54763/joao-jose-dos-reis-junior-2-conde-de-sao-salvador-de-matosinhos/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

JOÃO José dos Reis, 1º Conde de São Salvador de Matosinhos. **Geneall**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/54765/joao-jose-dos-reis-1-conde-de-sao-salvador-de-matosinhos/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 24 e 25 de novembro de 1928, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/31954. Acesso em: 09 ago. 2022.

JORNAL REGIONAL. Disponível em: <http://www.jornalregional.rio/jornalregional/noticia/buscarNoticia?id=5125>. Acesso em: 23 set. 2020.

JOSÉ Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, 1º Conde de Tocantins. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-Joaquim-de-Lima-e-Silva-Sobrinho-1%C2%BA-Conde-de-Tocantins/6000000012934824070>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

LAGO, Laurênio. Acréscimos e retificações ao arquivo nobiliárquico. In: **Anuário do Museu Imperial**: Petrópolis, 1954. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1954-Vol.-15.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LAZARINI, Luana. **Três Rios: do surgimento do Caminho Novo à Emancipação Política**. Disponível em <https://luanalarini.wordpress.com/2011/12/14/tres-rios-do-surgimento-do-caminho-novo-a-emancipacao-politica/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

LEAL, Miguel. A Pintura Decorativa do Palacete Alves Machado: um estudo de caso. In: **A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia de interiores**. Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/?task=download&file=pdf&id=36>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LEITE, Aureliano. Vida e obra do segundo marquês de Paranaguá. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 256. Julho-setembro 1962. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963, pp. 68-78. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsNEEwS3VkNDRQb1E/view?resourcekey=0-wtruG35ppD4OclbLPOAUUA. Acesso em: 1 ago. 2022.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia Paulistana**. São Paulo, Duprat e Comp, 1904. Disponível em: <https://archive.org/compress/GenealogiaPaulistana/formats=IMAGE%20CONTAINER%20PDF&file=/GenealogiaPaulistana.zip>. Acesso em: 09 ago. 2022.

LIMA, Raul. A cana-de-açúcar nos braços. In: **Brasil Açucareiro**. Vol. LXXVIII, nº 3. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971. Disponível em: <https://ia601300.us.archive.org/29/items/brasilacuca1971vol78v3/brasilacuca1971vol78v3.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.

LISTA de presidentes da FIESP e CIESP. **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_Fiesp_e_Ciesp. Acesso em: 15 jun. 2020.

LIVRO de Ouro: Homenagem ao Brasil e Portugal. Lisboa: Escola Typographica das Oficinas de S. José. 1908. Disponível em: <http://purl.pt/17319/1/index.html#/1>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LOCAL. Disponível em: <http://www.local.jor.br/colunas/ler/8482/condessa-de-cambolas-e-marquesa-de-palarim>. Acesso em: 25 set. 2020.

LOPES, Raimundo Helio. ALMEIDA, Fernando Mendes de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro** Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALMEIDA,%20Fernando%20Mendes%20de.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves**. Orientadora: Hebe Mattos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1367.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

LUIZ Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). **Superior Tribunal Militar**. Disponível em <https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/50576?show=full>. Acesso em: 08 out. 2020.

LYRA, A. Tavares de. Os ministros de Estado da Independência à República. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 193, out-dez. 1946. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsVURuWU9QZXUwMXc/view?usp=sharing&resourcekey=0-ybjqUr4gvuEeGHhgF4Okqw. Acesso em: 08 jul. 2022.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo XLI, parte segunda, 1878. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSscHlMalBhWFpIZzg/view?usp=sharing&resourcekey=0-xE6cvT68Ge6Avr8dLVkEkw. Acesso em: 08 jul. 2021.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Typ. e Lith. do Imperial Instituto Artístico, 1876. Disponível em: <https://archive.org/download/annobiographico01macegoog/annobiographico01macegoog.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MACHADO, Rubens da Mota. “Continuarei a derrubar até o último pau!”: Arrendamentos e conflitos nas terras do antigo Morgado de Marapicú. **XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, 2015. Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=1660>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MACHADO, Rubens da Mota. As transformações nas terras do Morgado de Marapicú: Um olhar sobre o caso das disputas na Fazenda do Sapê. In: **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2016. Disponível em http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471227167_ARQUIVO_RubensdaMotaMachado.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

MACHADO, Rubens da Mota. **O Morgado em perspectiva**: A política administrativa do Morgado de Marapicú (1772 – 1940). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2025.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MALIN, Mauro. Virgílio de Melo Franco. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRANCO,%20Virg%C3%ADlio%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MANUEL Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, Visconde e marquês de Itanhaém. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MIASMPCoelho.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

MANUEL Joaquim Alves Machado. **Wikiwand**. Disponível em https://www.wikiwand.com/pt/Manuel_Joaquim_Alves_Machado. Acesso em: 17 set. 2020.

MARQUÊS de Itanhaém (Fora de Exercício). **Senado Federal**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2096>. Acesso em: 22 out. 2020.

MARQUÊS de Monte Alegre. **Senado Federal**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1905>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

MARTINS, Henrique. **Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931**. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931, p. 93. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34979>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MATTOS, A. L. R. Fotografia, memória e esquecimento: A nascente sociedade urbana da Vila de Entre-Rios e o lugar dos escravos libertos e seus descendentes. **Cadernos UniFOA**, v. 7, n. 1 Esp (2012). Disponível em <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2059>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MAUAD, A. M.; RAMOS, I. C. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. **Acervo**, v. 30, n. 1, p. 155-178, 5 jun. 2017. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/795>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MELLO, J. A. Teixeira de. **Ephemerides nacionaes**. Tomo Segundo (Julho – Dezembro). Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881, p. 152. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182936>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MIGUEL Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCDPALmeida.html>. Acesso em: 04 out. 2021.

MORAIS, Francisco de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. 1940, V. LXII, p. 183. Disponível em: <http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6097273/CatalogodeDesembargadoresweb.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MOREIRA Lima Jr. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Joaquim-Jos%C3%A9-Moreira-Lima-Jr-bar%C3%A3o-e-Conde-de-Moreira-Lima/6000000014928514106>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MOURA, Patricia. **Coleção Etnográfica Loreto-Paranaguá-Schoeller**: a trajetória e as lacunas informacionais de uma coleção expatriada. Orientador: Luísa Maria Gomes de Mattos Rocha. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, março de 2014, Rio de Janeiro. Disponível em <http://docplayer.com.br/138952383-Colecao-etnografica-loreto-paranagua-schoeller.html>. Acesso em: 02 dez 2020.

MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. São Paulo, Instituto Genealogico Brasileiro, ano III, 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/063665/1370>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MUAZE, Mariana. Os escravagistas nas “festas da modernidade”: o Centro da Lavoura e do Comércio nas exposições internacionais. In: **Almanack. Guarulhos**, n. 29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463329ea00221>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MUSEU PAULISTA. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, Typ. do Diario Official, 1918, tomo X. Disponível em: <https://archive.org/download/revistadomuseupa10muse/revistadomuseupa10muse.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

NÉMETH-TORRES, Geovani. **A odisséia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993**. Disponível em < <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/download/48927/26585>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

NOGUEIRA, Almeida. **Academia de São Paulo**: Tradições e reminiscencias, estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo, Faculdade de Direito, 1908, quarta série. Disponível em: <https://archive.org/download/academiadesopa04nogu/academiadesopa04nogu.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NOGUEIRA, Almeida. **Academia de São Paulo**: Tradições e reminiscencias, estudantes, estudantões, estudantadas. São Paulo, Faculdade de Direito, 1910, oitava série. Disponível em: <https://archive.org/download/academiadesopa08nogu/academiadesopa08nogu.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império**: obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Brasília: Senado Federal, vol. I, 1973. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36461>. Acesso em: 11 jul. 2022.

O Mequetrefe. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1882, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709670/1743>. Acesso em: 28 jul. 2022.

O **Popular Digital**. 2019. Disponível em: <https://opopularmm.com.br/conheca-a-historia-de-antonio-alvares-leite-penteado-o-Conde-alvares-penteado-28461>. Acesso em: 15 jun. 2020.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz. **Tijuca de rua em rua**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

OLIVEIRA, Renato Lima de. A formidável história de vida do Conde de Aljezur e a importância dele para a SSVp do Brasil e de Portugal. **Famivin**. 2017. Disponível em <https://famvin.org/pt/2017/10/05/a-formidavel-historia-de-vida-do-conde-de-aljezur-e-a-importancia-dele-para-a-ssvp-do-brasil-e-de-portugal/>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

OS Presidentes do Jockey Club de São Paulo. **Jockey Club de São Paulo**. Disponível em: <http://www.jockeysp.com.br/social/presidentes.asp>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PÁGINA Vila Real. História e Patrimônio. **Facebook**. Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.921896247827396.1073741847.892980220718999&type=3>. Acesso em: 03 ago. 2020.

PALACETE Modesto Leal de portas abertas. **Rio & Cultura**: coluna Patrimônio Histórico. Disponível em: http://www.rioecultura.com.br/coluna_patrimonio/coluna_patrimonio.asp?pat. Acesso em: 16 nov. 2020.

PARATI, 2º Conde de. **Polítipédia**. Disponível em <http://www.politipedia.pt/parati-2o-Conde-de/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

PARTE OFICIAL. **Diário de Pernambuco**. 28 de outubro de 1880, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_06/1987. Acesso em 01 ago. 2022.

PATRONO do exército brasileiro: biografia resumida do duque de caxias. **Exército brasileiro**. Disponível em https://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/djfosfzckpxu/content/biografia-resumida-do-duque-de-caxias. Acesso em: 08 out. 2020.

PAULO Fernandes Carneiro Viana, 1º Conde de São Simão. **Geni**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Paulo-Fernandes-Carneiro-Viana-1%C2%BA-Conde-de-S%C3%A3o-Sim%C3%A3o/6000000015750515973>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PEDRO Dias Paes Leme da Câmara, marquês de São João Marcos. **Geni**. Disponível em <https://www.geni.com/people/Pedro-Dias-Paes-Leme-da-C%C3%A2mara-marqu%C3%AAs-de-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Marcos/6000000017378299777>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PEDRO I do Brasil. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pedro_I_do_Brasil&oldid=63783613. Acesso em: 13 jun. 2022. Acesso em: 16 jul. 2021.

PEDRO II do Brasil. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pedro_II_do_Brasil&oldid=63809261. Acesso em: 16 jun. 2021.

PEREIRA, Wendel Albert O. **O Almanaque Imperial**. Belo Horizonte, Clube dos Autores, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=IQhzDwAAQBAJ&pg=PA79&lpg=PA79&dq=luz+gast%C3%A3o+faleceu+em+1931&source=bl&ots=Wh-lyztIQ2&sig=ACfU3U3jASEhngFUle1mmYCoVo3b4jhs6g&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwifgaliYOPqAhUSP60KHZ_XBms4FBD0ATAAGegQIChAB#v=onepage&q=luz%20gast%C3%A3o%20faleceu%20em%201931&f=false. Acesso em: 22 jul. 2020.

PINHEIRO, Ana Virginia. A Princesa das Camélias: Princesa Isabel. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. **Organização das ordens honoríficas do Império do Brasil**. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & C., 1884. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182896/000015208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PINTO, Albano Antero da Silveira. **Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal**. Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, Tomo I, 1883. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or77051/or77051.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

PINTO, Albano Antero da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal**. Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, Tomo II, 1885. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or77052/or77052.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

PINTO, Surama Conde Sá. Paulo de Frontin. Centro de Pesquisa e de Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRONTIN,%20%20Paulo%20de.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Portugal antigo e moderno. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. Disponível em: https://archive.org/download/portugal_antigo_e_moderno_completo/Completo.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

PORTUGAL DICIONÁRIO HISTÓRICO. **São Cosme do Vale** (Bernardino Ferreira da Costa e Soma, Conde de). Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/saocosmevale.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PORTUGAL.SOS. Disponível em: <https://www.portugalsos.com/index.php/ilustres/item/15746-agarez,-Visconde-e-Conde-de>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PRESIDENTES. **Real Gabinete Português de Leitura**. Disponível em: <https://www.realgabinete.com.br/O-Real-Gabinete/Hist%C3%B3ria/Presidentes>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RAMOS, R. Antônio. **La independencia del Paraguay y el Imperio del Brasil**. Brasília, FUNAG, 2016. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/La_Independencia_del_Paraguay_y_el_Imperio_del_Brasil.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

REAL GABINETE Português de Leitura. Disponível em: <https://www.realgabinete.com.br/#Inicio/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

Resenha das famílias titulares do reino de Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional, 1838. Disponível em: <https://ia802704.us.archive.org/5/items/resenhadasfamil00unkngoog/resenhadasfamil00unkngoog.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias: Patrono do Exército. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=337433>. Acesso em: 08 out. 2020.

ROCHA, Justiniano José da. **Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Marquez de Baependy**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1866/bndigital1866.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

SALGADO, Cesar. **José Antônio Pimenta Bueno, bandeirante do Direito brasileiro**. Discurso proferido na sessão solene de instalação da Academia Paulista de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 11 de agosto de 1972. Disponível em: <https://goo.gl/Am1DQJ>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil. **Revista Almanak**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 7, jun. 2004, pp. 59-80. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332014000100059&script=sci_arttext. Acesso em: 13 nov. 2020.

SANTOS, Evani Castro da Silva; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; ZAGANELLI, Margareth Vetus. Gestão Financeira no Terceiro Setor: Estudo de Caso no Abrigo Sant'Ana – João Pinheiro (MG). In: **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016, pp. 128-154. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/7157>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, Prezalindo Lery. **Patheon fluminense**: esboços biográficos. Rio de Janeiro : Typ. G. Leuzinger, 1880. Disponível em: <https://archive.org/details/pantheonflumine00santgoog/page/n11/mode/2up?q=Pantheon+fluminense>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SENADOR Pimenta Bueno. **Senado Federal**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1883&li=16&lcab=1877-1878&lf=16. Acesso em 10 out. 2008.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. **Os generais do exército brasileiro**: de 1822 a 1889, traços biográficos. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1906, pp. 325-379. Disponível em: <https://ia600303.us.archive.org/18/items/osgeneraesdoexr00silvgoog/osgeneraesdoexr00silvgoog.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, Cláudia Neves da; LANZA, Fabio. Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais? In: **Revista de História**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, vol. 29, n. 2, 2010, pp. 40-55. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 25 ago. 2020.

SILVA, Daniel Neves. Dom Pedro I; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVA, Joaquim da Costa e. [Carta ao Conde de Parati, sobre regras das Cavalarias Reais]. **Biblioteca digital Luso-Brasileira**. Disponível em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/275768>. Acesso em: 11 mai. 2022.

SISSON, S. A. (editor). **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999-. (Coleção Brasil 500 anos). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1027>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SÓCIOS falecidos brasileiros. André Gustavo Paulo de Frontin (Conde de Frontin). **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB). Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/agpdfontin.html>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOUZA, Adriana Barreto de. Decompondo um Monumento: Narrativa Histórica e Luta Política na Construção da Memória do Duque de Caxias. **XXII Simpósio Nacional De História** (ANPUH). João Pessoa, 2003. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177545_808163d9772774538b9da900d79cfc47.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.

STRAUBE, Ernani Costa. **Reis de Portugal e a Administração do Brasil**. Curitiba, Quadriooffice, 2021. Disponível em:

<https://archive.org/download/reisdeportugaleadministracaodobrasil/REIS%20DE%20PORTUGAL%20E%20ADMINISTRACAO%20DO%20BRASIL%20FINAL%20PDF%20WEB.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

TAUNAY, Afonso de E. **História do Café no Brasil: no Brasil Imperial (1872-1889)**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939, tomo VI, vol. 8. Disponível em: <https://ia800908.us.archive.org/27/items/historiadocafnob1939vol8/historiadocafnob1939vol8.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

TELEGRAMAS. **A Província**. Recife, 27 de novembro de 1911, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/22393. Acesso em: 2 ago. 2022.

TELEGRAMAS. **Diário de Pernambuco**. 20 de outubro de 1880, capa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_06/1931. Acesso em: 01 ago. 2022.

TELEGRAMAS. S. Paulo. Escola do Commercio. Importante Donativo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1907, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_02&pasta=ano%20190&pesq=C onde%20ant%C3%B4nio%20alvares%20penteado. Acesso em: 15 jun. 2020.

TESTAMENTO. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1875, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/369381/1225>. Acesso em: 4 jul. 2022.

TÍTULO estrangeiro. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1878, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/37265. Acesso em: 10 ago. 2022.

TOMÁS da Silva Brandão. **Rodovid**. Disponível em: <https://pt.rodovid.org/wk/Pessoa:221588>. Acesso em: 02 jul. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). A criação dos cursos jurídicos no Brasil. In: **Museu da Justiça**: Caderno de exposições. Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça, 2011. Disponível em: <http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6464634/caderno-expo-2.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). **A Magistratura e o Cenário Urbano Carioca**: personalidades homenageadas na denominação de logradouros públicos. Rio de Janeiro, Museu da Justiça, 2016.

UM “Regalo” Português na Bueno Aires. **O Rio que o Rio não vê**. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://orioqueorionaove.com/2020/04/25/um-regalo-portugues-na-buenos-aires/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Um pouco de tudo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de outubro de 1865, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/14653. Acesso em: 20 jun. 2022.

VALLE, Hardalla Santos do. **As propostas educacionais da administração de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)**: um estudo da instrução Rio-grandense do século XIX (1842-1871). 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.. Disponível em <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/1629>. Acesso em: 07 out. 2020.

VASCONCELLOS, Barão de; e VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro**. Lausanne, Suíça: Imprimerie de la Concorde, 1918. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.html#page/1/mode/1up. Acesso em: 20 jul. 2020.

VASCONCELLOS, Max. **Vias brasileiras de comunicação**: Estrada de Ferro Central do Brasil. Linha do Centro e Ramaes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928. Disponível em: <https://archive.org/download/vias1934efcentralbr5/vias1934efcentralbr5.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022

VEIGA, Edison. A misteriosa história da Condessa brasileira que tem dois túmulos. **BBC News/Brasil**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44542432>. Acesso em: 11 jan. 2021.

VEIGA, José Pedro Xavier. **Ephemerides mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, volume IV, out./dez. 1897. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221689>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Veritas. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1955. Disponível em: <https://archive.org/download/veritas2231unse/veritas2231unse.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

VICTOR MARIE HIPPOLYTE. **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Victor_Marie_Hippolyte&oldid=55310375. Acesso em: 25 set. 2020.

VIEIRA, Nívea Silva. **A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto**: Definição e redefinição das políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1608.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VILLON, Victor. **Elisabeth Dobrzensky Von Dobrzenicz, "Imperatriz do Brasil"**. Disponível em <http://docplayer.com.br/8843974-Elisabeth-dobrzensky-von-dobrzenicz-imperatriz-do-brasil.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

VISCONDE de Mauá. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, Tomo LXIII, Parte I, pp. 74-136. Disponível em: <https://archive.org/download/revistadoinstit27unkngoog/revistadoinstit27unkngoog.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022

VISCONDE e Conde de Cedofeita. **Carreira da Índia**. Disponível em: <https://carreiradaindia.wordpress.com/2009/04/01/Visconde-e-Conde-de-cedofeita/>. Acesso em: 06 out. 2020.

XAVIER, Mateus Fernandez. **Um político de farda**: Caxias e a imposição do Projeto de Estado Saquarema no Cone Sul. Brasília, 2018. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34915>. Acesso em: 07 out.2020.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e Brasil**. Lisboa: Editora Enciclopédia, 3 vols., 1989.

